



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO -
POSTRAD**

DHENNY KÉTULLY SANTOS SILVA AGUIAR

**UM ESTUDO DESCRITIVO SOBRE A ATUAÇÃO DE INTÉRPRETES DE
LÍNGUA DE SINAIS EM UM CONTEXTO DE CONFERÊNCIA MULTILÍNGUE**

**BRASÍLIA
2020**



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO -
POSTRAD**

DHENNY KÉTULLY SANTOS SILVA AGUIAR

**UM ESTUDO DESCRITIVO SOBRE A ATUAÇÃO DE INTÉRPRETES DE
LÍNGUA DE SINAIS EM UM CONTEXTO DE CONFERÊNCIA MULTILÍNGUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Helena Santiago Vigata

**BRASÍLIA
2020**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

SILVA-AGUIAR, Dhenny Kétully Santos. **Um estudo descritivo sobre a atuação de intérpretes de língua de sinais em um contexto de conferência multilíngue**. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2020, 126 f. Dissertação de mestrado em Estudos da Tradução.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA-AGUIAR, Dhenny Kétully Santos

UM ESTUDO DESCRITIVO SOBRE A ATUAÇÃO DE INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS EM UM CONTEXTO DE CONFERÊNCIA MULTILÍNGUE

/ Dhenny Kétully Santos SILVA-AGUIAR; orientador Profa. Dra. Helena Santiago Vigata. -- Brasília, 2020. 126 p.

1. Interpretação simultânea em língua de sinais. 2. Contexto de conferência multilíngue. 3. Formação superior em Tradução e Interpretação em Língua de Sinais/Português. I. Vigata, Profa. Dra. Helena Santiago, orient. II. Título.



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO -
POSTRAD

Banca avaliadora

Profa. Dra. Helena Santiago Vigata

Universidade de Brasília

Presidente

Profa. Dra. Sabine Gorovitz

Universidade de Brasília

Examinadora interna

Prof. Dra. Silvana Aguiar dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina

Examinadora externa

Profa. Dra. Patrícia Tuxi dos Santos

Universidade de Brasília

Examinadora suplente

AGRADECIMENTOS

A Deus por seu amor, sua imensa bondade e misericórdia, pois sem Ele eu não teria chegado até aqui. Portanto, sou grata a Ele por tudo que sou e por tudo que conquistei.

À Professora Helena Santiago Vigata, minha orientadora, por suas orientações, atenção e paciência, indispensáveis em todos os passos para a realização desta pesquisa.

Ao meu esposo Rafael, por seu apoio, motivação e compreensão durante o mestrado, pois foram imprescindíveis para concluir mais esta etapa da minha vida, afinal foram muitos momentos de desespero.

A minha mãe e a meus irmãos, por me dizerem “vai dar certo”, “você vai conseguir” e pela compreensão nos momentos de ausência.

Aos amigos Leandro Viana Silva e Jackeline Goulart, pelo grande incentivo que me deram para ingressar no mestrado, agradeço por todo apoio que me deram quando os procurei e pelas palavras de ânimo nas horas de desespero e tensão.

Ao professor Tiago Coimbra Nogueira, pela grandiosa colaboração, pelas conversas e por toda atenção dispensada em contribuir para a realização deste trabalho, pois foram indispensáveis.

Ao professor Diego Maurício Barbosa, pela atenção e auxílio nos momentos finais da pesquisa.

À professora Dra. Sabine Gorovitz, pelo aceite de participação da banca de qualificação e de defesa desta dissertação e por suas excelentes contribuições.

À professora Dra. Silvana Aguiar dos Santos, pelo aceite de participação da banca de defesa desta dissertação, por sua leitura cuidadosa e considerações para o crescimento do trabalho.

A todos os participantes desta pesquisa, pois contribuíram imensamente para o enriquecimento deste trabalho.

Aos meus colegas tradutores e intérpretes da Universidade Federal de Goiás – UFG, que nos momentos em que precisei participar de congressos e ir às aulas em Brasília, foram compreensivos em colaborar comigo.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a produção desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal descrever a atuação dos intérpretes de língua de sinais em um contexto de conferência multilíngue – o 6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, 2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras e *V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas* –, com o intuito de identificar as peculiaridades desse âmbito de atuação em comparação com as conferências bilíngues e os desafios, estratégias e habilidades exigidas para os profissionais envolvidos. A fundamentação teórica desta pesquisa tem como principais autores: Moreno Cabrera (2016), Nogueira (2016), Pagura (2003), Barbosa (2014), Guarinello *et al.* (2017), Rodrigues (2018), Faria e Galán-Mañas (2018) e de Wit (2010). O percurso metodológico adotado foi de cunho descritivo e parte de uma abordagem qualitativa. O primeiro passo da pesquisa consistiu uma análise documental e bibliográfica para levantarmos as temáticas abordadas pelos cursos de formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais no âmbito brasileiro. A análise procurou identificar a possível oferta de outras línguas de trabalho, além de Português e Libras. Depois, procedeu-se à pesquisa do evento mediante observação. Após o evento, realizou-se a aplicação de questionários junto aos intérpretes da equipe e foi realizada uma entrevista com o coordenador da equipe de intérpretes, para compreender melhor a organização da equipe. A análise dos dados obtidos evidenciou que os currículos dos cursos não preveem uma formação para além do par linguístico Libras – Português. A língua oficial do evento foi a Libras e foi garantida interpretação simultânea para Português, Espanhol e Sinais Internacionais, permitindo que usuários de outras línguas levassem seus próprios intérpretes. A partir da observação, foi possível evidenciar que a interpretação ocorreu de forma predominantemente direta, entretanto, houve casos de interpretação indireta. Outro fator observado foi a frequente alternância de código linguístico durante uma conferência e outra, o que exigiu grande organização da equipe de interpretação, que atuou de forma coordenada. As respostas dos participantes mostraram que, em sua maioria, possuem conhecimento de outra língua, em nível básico ou intermediário, e que já tiveram outras experiências em contextos multilíngues. Além disso, relataram como maior dificuldade do contexto multilíngue a terminologia e o acesso prévio ao conteúdo para estudo preliminar, bem como a necessidade de estratégias de atuação distintas de um contexto bilíngue. Por outro lado, no que diz respeito à logística e às condições de trabalho, tanto a observação do evento quanto os relatos dos participantes evidenciaram que a organização foi muito cuidadosa com as condições de trabalho da equipe de interpretação. Quando questionados sobre a formação na perspectiva de atuação em contexto multilíngue, todos os participantes apontaram que seria necessária devido às especificidades da situação. Com base nos resultados da pesquisa, são apresentadas possíveis soluções para que os cursos abranjam a atuação em conferências multilíngues.

Palavras-chave: Interpretação simultânea em língua de sinais. Contexto de conferência multilíngue. Formação superior em Tradução e Interpretação em Língua de Sinais/Português.

ABSTRACT

This work's main goal is to describe the actuation of sign language translators and interpreters in the context of the multilingual event 6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, 2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras and V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas – with the intention of identifying the peculiarities in this scope of actuation in comparison to bilingual conferences and the challenges, strategies and skills required of the professionals involved. The main authors who comprise the theoretical basis for this research are: Moreno Cabrera (2016), Nogueira (2016), Pagura (2003), Barbosa (2014), Guarinello et al. (2017), Rodrigues (2018), Faria e Galán-Mañas (2018), and de Wit (2010). The methodological path adopted was descriptive in nature and follows a qualitative approach. The first step in the research was a documental and bibliographic analysis to assess the themes approached by the university courses that train sign language translators/interpreters in Brazil. The analysis sought to identify the possible offer of other working languages, in addition to Portuguese and Libras. Then, the conference was studied through observation. After the event, questionnaires were applied to the team's interpreters and an interview was conducted with the interpreters' coordinator, to better understand the organization of the team. The analysis of the obtained data evidenced that the curricula of the courses do not foresee training beyond the language pair Libras - Portuguese. The official language of the event was Libras and simultaneous interpretation into Portuguese, Spanish and International Signs was guaranteed, allowing users of other languages to bring their own interpreters. From the observation, it was possible to note that the interpretation occurred predominantly directly, however, there were cases of indirect interpretation. Another factor observed was the frequent alternation of language code during one conference and another, which required great organization by the interpretation team, which acted in a coordinated manner. The answers of the interpreters showed that most of them have knowledge of another language, at a basic or intermediate level, and that they have had other experiences in multilingual contexts. In addition, terminology and prior access to content for preliminary study were the greatest difficulty in the multilingual context, as well as the need for action strategies distinct from a bilingual context. On the other hand, with regard to logistics and working conditions, both the observation of the event and the reports of the participants showed that the organization was very careful with the working conditions of the interpretation team. When asked about training in the perspective of acting in a multilingual context, all participants pointed out that it would be necessary due to the specifics of the situation. Based on the findings, possible solutions are suggested for a sign language interpreter training concerned with the reality of multilingual conferences.

Keywords: Sign language simultaneous interpretation. Multilingual conference context. Higher education in translation and interpretation in Sign Language/Portuguese.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Layout do espaço do evento e a localização dos intérpretes.....	70
Figura 2 – Mestre de cerimônias conduzindo o evento em Libras.....	71
Figura 3 – Enquanto a intérprete da esquerda está interpretando de frente para a palestrante, a intérprete a seu lado serve como apoio.....	76
Figura 4 – Intérpretes surdos realizando interpretação espelhada.....	79
Figura 5 – Cabines de interpretação para Português e Espanhol.....	79
Figura 6 – Pessoas na plateia escutam a interpretação pelo fone de ouvido.....	80
Figura 7 – Integrante da mesa utilizando fone de ouvido para compreender a mensagem por meio de língua oral.....	80
Figura 8 – Intérprete de Língua gestual argentina.....	81
Figura 9 – Intérprete de língua de sinais colombiana.....	81
Figura 10 – Integrante da mesa direciona o olhar para o monitor.....	82
Figura 11 – Guia-intérpretes em atuação.....	83
Figura 12 – Guia-intérprete atuando.....	83
Figura 13 – Palestrante 1 pausa o discurso e aguarda revezamento dos intérpretes.....	84
Figura 14 – Palestrante 2 pausa o discurso e aguarda revezamento dos intérpretes.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estratégias para uma interpretação em equipe efetiva.	42
Quadro 2 – Objetivo dos cursos brasileiros para formação do tradutor e intérprete de Libras –Português.	61
Quadro 3 – Disciplinas de ensino de língua ofertadas por cada curso.	66
Quadro 4 – Línguas das palestras.	71

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ES	ESPAÑHOL
LP	LÍNGUA PORTUGUESA
LSB	LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA
LSBT	LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA TÁTIL
LSA	LÍNGUA DE SINAIS ARGENTINA
LSC	LÍNGUA DE SINAIS COLOMBIANA
LSCH	LÍNGUA DE SINAIS CHILENA
SI	SINAIS INTERNACIONAIS
ILS	INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS
TILS	TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS
UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
UFGD	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UFSCar	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UFRR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Multilinguismo e línguas de sinais	18
2.1.1 O conceito de multilinguismo	19
2.1.2 Países multilíngues e políticas linguísticas	23
2.1.3 Eventos multilíngues com línguas de sinais.....	29
2.2 Multilinguismo e interpretação de língua de sinais	31
2.2.1 Interpretação de língua de sinais	32
2.2.2 Interpretação de língua de sinais em contexto de conferência	36
2.2.2.1 Interpretação em equipe	40
2.2.2.2 Intérprete surdo em conferência	45
2.3 A formação de intérpretes de língua de sinais e a preparação para atuar em contextos multilíngues	47
2.3.1 Desafios.....	47
2.3.2 A formação de intérpretes na Espanha.....	50
2.3.3 A formação de intérpretes no Brasil.....	53
3 A PESQUISA.....	57
3.1 Metodologia	57
3.2 Resultados	60
3.2.1 Análise dos currículos dos cursos de graduação que formam tradutores/intérpretes de língua de sinais no Brasil.....	60
3.2.2 Observação da atuação em contexto de conferência multilíngue	68
3.2.3 Entrevista junto ao coordenador da equipe de intérpretes.....	86
3.2.4 Questionários junto aos intérpretes do evento.....	90
3.3 Discussão	96
3.3.1 Atuação em contexto de conferência multilíngue	97
3.3.2 Direcionalidade	99
3.3.3 Modalidades das línguas de trabalho	102
3.3.4 Trabalho em equipes mistas	105
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A – Quadro com as perguntas e respostas do questionário.....	121

1 INTRODUÇÃO

A atuação do intérprete tem sido assunto recorrente nas pesquisas em Estudos da Tradução e Estudos da Interpretação relacionados à língua de sinais. Acredita-se que isso se dá em razão da importância que esse profissional possui, haja vista que seu papel é mediar a comunicação entre pessoas que não se expressam na mesma língua e até mesmo entre pessoas que se comunicam na mesma língua, mas apresentam níveis linguísticos distintos. É importante destacar que o ato interpretativo vai além de transpor uma informação de uma língua para outra. O intérprete deve ter extraordinário domínio linguístico das línguas de trabalho, bem como ter amplo conhecimento da cultura dos indivíduos envolvidos no processo interpretativo, pois toda informação vem carregada de personalidade, sentimento e identidade de seu falante. Assim, tais competências e habilidades são indispensáveis para um profissional mediador comunicacional.

No caso do intérprete de língua de sinais, doravante ILS, as línguas de trabalho consideradas pela grande maioria têm sido Libras e Português. Todavia, na conjuntura atual, a presença dos surdos não se limita a contextos em que se usem apenas essas duas línguas, como podemos constatar em conferências internacionais com interlocutores de vários países e nos casos de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras no contexto educacional, que é presente na realidade de grande parte das pessoas surdas. Assim sendo, é relevante pensar na atuação desse profissional para além do domínio desse par linguístico.

A motivação para a pesquisa surgiu de minhas experiências como ILS, inicialmente no ano de 2009, na educação básica, atuando no ensino fundamental e médio até 2013. No mesmo ano, iniciei a atuação no ensino superior em uma instituição privada e em seguida comecei a interpretar na Universidade Federal de Goiás – UFG, onde trabalho até o momento. A atuação dos ILS na UFG não se limita ao contexto de sala de aula, mas perpassa os diversos espaços da universidade e seus três eixos: ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, os ILS exercem seu trabalho de interpretação na sala de aula, em palestras, seminários, simpósios, conferências, refeições de grau, reuniões, mestrado, doutorado e outros. Tal realidade contraria o senso comum de que o intérprete educacional atua interpretando apenas em sala de aula.

Outra experiência que contribuiu e motivou esta pesquisa foi a atuação no “Primeiro Encontro Nacional de Surdos e Surdas”, na cidade de Goiânia (GO), em 2015. O evento apresentou uma notável variedade linguística e cultural em um mesmo local e ao mesmo

tempo, com a participação de surdos e ouvintes de diversos locais do Brasil e também de outros países, tornando-o um contexto multilíngue. Foi uma experiência ímpar, pois me permitiu atuar em um cenário de conferência multilíngue, tendo até o momento vivenciado situações multilíngues apenas em sala de aula. Além disso, no Brasil, a interpretação simultânea de língua de sinais em contexto de conferência ainda é pouco discutida. Diego Maurício Barbosa (2014) e Tiago Coimbra Nogueira (2016) se destacam como iniciadores das pesquisas sobre essa temática.

Diante desse cenário de diversidade linguística, é inegável que, dia após dia, falantes de línguas distintas, de sinais ou orais, estão em contato cooperando para que as demandas por interpretação para além do par linguístico Libras–Português sejam crescentes, tanto no contexto educacional quanto em situações de conferência. Portanto, é necessário discutir a atuação dos profissionais, os desafios e possíveis soluções para os entraves enfrentados.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo principal descrever a atuação de intérpretes de língua de sinais em um cenário de conferência multilíngue, especificamente, no “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa” e no “2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras” e “*V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*”, que aconteceram simultaneamente entre os dias 01/10/2018 e 05/10/2018, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis (SC).

Acredita-se que este estudo poderá contribuir com novas teorias e abrir caminhos para novas pesquisas no campo dos Estudos da Tradução e dos Estudos da Interpretação envolvendo a Libras e outras línguas de sinais. Ademais, contribuirá para a formação de intérpretes, promovendo o enriquecimento da área, haja vista que a profissão do tradutor/intérprete de Libras, apesar de sua longa existência, apenas foi reconhecida recentemente pela Lei nº 12.319/2010.

Além de dispor sobre o reconhecimento da profissão, a referida lei disserta sobre a formação exigida para a atuação do ILS, bem como a competência que o profissional deve ter: “Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2010). Percebe-se que a própria legislação não prevê a possibilidade de esse profissional atuar com outras línguas para além do par Libras–Português, e acredita-se que essa perspectiva descrita na legislação acabe por limitar o campo

de formação para esses profissionais, o que reitera a importância de esta pesquisa abordar essa temática.

Este estudo está localizado no campo dos Estudos da Interpretação, que pode ser considerado como um desdobramento do campo dos Estudos da Tradução ou uma de suas subáreas.

Segundo Daniel Gile (2009, p. 136), a diferença dos Estudos da Tradução, que se iniciaram com reflexões surgidas da prática tradutória que transcenderam às esferas teológicas, filosóficas e linguísticas, de tradutores, as publicações sobre interpretação não seguiram a mesma tendência e ficaram, por muito tempo, restritas a preocupações práticas da profissão e da preparação do intérprete. A primeira escola que se dedicou à pesquisa em interpretação foi fundada em Paris na década de 1970 por Danica Seleskovitch, sem nenhuma referência a modelos ou teorias procedentes dos Estudos da Tradução, o que, segundo Gile, tem uma explicação:

É fácil de entender que as pesquisas em interpretação e as pesquisas em tradução inicialmente seguissem caminhos diferentes. Em primeiro lugar, os pesquisadores de interpretação de conferências se concentravam quase exclusivamente no processo de interpretação, pois os desafios que os profissionais tinham que enfrentar eram essencialmente cognitivos. Na pesquisa sobre tradução escrita, os pesquisadores não estavam preocupados nas questões cognitivas, mas nos problemas de equivalência ligados à língua e à cultura, e o fato de os ET [Estudos da Tradução] terem começado como disciplina no âmbito dos estudos literários e culturais enfatizou a dimensão cultural, que para os intérpretes de conferência não era particularmente importante, exceto em alguns países como o Japão. Em segundo lugar, enquanto os ET surgiram dos estudos literários, [...] os pioneiros da pesquisa em interpretação não tinham formação acadêmica e desejavam estabelecer uma disciplina própria sem interferências externas. (GILE, 2009, p. 148, tradução nossa¹)

Foi apenas a partir de meados da década de 1990 que convergências entre os Estudos da Tradução e da Interpretação começaram a surgir, sendo visível a influência das pesquisas sobre tradução nas pesquisas sobre interpretação – o que não parecia acontecer no sentido inverso (GILE, 2009, p. 148). Graças a essa aproximação com os Estudos da Tradução, a percepção de que os Estudos da Interpretação não tinham perfil acadêmico foi mitigada, mas

¹ Do inglês: The fact that interpreting research and translation research initially took different paths is easy to understand. Firstly, conference interpreting investigators focused almost exclusively on the interpreting process, as the challenges practitioners had to face were essentially cognitive. In research on written translation, cognitive issues were not in the investigators' minds, but equivalence problems linked to language and culture were, and the fact that TS [Translation Studies] as a discipline started within literary and cultural studies added emphasis to the cultural dimension which conference interpreters did not see as particularly important except in a few countries such as Japan. Secondly, while TS arose from within literary studies, [...] pioneers of research into interpreting had no academic background and wished to establish a discipline of their own without outside interference.

a pretensão de torná-los uma disciplina autônoma foi abandonada, sendo, hoje, vista como uma subárea dos Estudos da Tradução.

A ampliação das áreas e modos de atuação dos intérpretes produzida no século XXI – além do contexto de conferências, hoje existem diversos contextos que requerem a atuação de intérpretes comunitários, como tribunais, delegacias, consultórios e hospitais –, acarretou uma abertura com relação ao leque de possibilidades de pesquisa dos Estudos da Interpretação e de relações com outras áreas de conhecimento (GILE, 2009, p. 141).

Um olhar diferenciado deve ser lançado aos Estudos de Interpretação de Língua de Sinais, pois não seguiram exatamente o percurso acima descrito, que faz referência à interpretação de línguas orais. Em um relatório sobre a formação universitária de intérpretes de línguas de sinais, que estabelece uma comparação entre a Espanha e outros países da Europa e da América, a Federação Espanhola de Intérpretes de Línguas de Sinais e Guia-Intérpretes (FILSE) identifica a existência de dois modelos teóricos diferenciados: o modelo dos *Deaf Studies*, centrado na pesquisa e aprendizagem de aspectos relacionados à comunidade surda e da língua de sinais, como língua natural das pessoas dessa comunidade, e o modelo da Tradução/Interpretação, voltado para a análise da língua de sinais desde perspectivas mais estritamente filológicas, linguísticas e tradutórias. Enquanto o primeiro modelo costuma estar inserido em faculdades de Sociologia ou Educação, o segundo está mais presente em faculdades de Humanidades, Filologia, Línguas Modernas e Tradução e Interpretação (FILSE, 2011, p. 15-16).

Sobre o modelo dos *Deaf Studies*, pode-se dizer que:

Um aspecto muito positivo deste modelo é o perfil docente e discente, pois integra as pessoas surdas e ouvintes, que ocupam ambos papéis. Assim, os alunos ouvintes têm pessoas surdas como colegas e como professoras, de maneira que a integração e a aprendizagem da língua a cultura ocorrem de forma natural, e a imersão linguística e cultural é notável. (BARBERÁ *et al.*, 2008, s. p., tradução nossa²)

Já no segundo modelo tem-se uma mudança no perfil das pessoas, pois, enquanto o corpo docente pode estar formado por pessoas surdas e não surdas, ao trabalhar a interpretação sob uma perspectiva multilíngue, quase sempre com foco na interpretação entre línguas orais e línguas de sinais, costuma apresentar um corpo discente não surdo.

² Do espanhol: Un aspecto muy positivo de este modelo es el perfil de profesorado y alumnado, puesto que integra a personas sordas y oyentes que cubren ambos roles. Así, los alumnos oyentes tienen a personas sordas como compañeros y profesores, de modo que la integración y aprendizaje de la lengua y la cultura ocurren naturalmente, y la inmersión lingüística y cultural es notable.

Ainda há uma terceira opção que resulta da combinação dos dois modelos, geralmente mais próxima do modelo de Tradução/Interpretação, que tem uma marcada orientação para o social. Este modelo pode ser encontrado em universidades dos Estados Unidos e do Brasil (FILSE, 2011, p. 17). Conforme constatado por Silvana Aguiar dos Santos (2013, p. 28), no Brasil, os Estudos sobre Tradução e Interpretação de Língua de Sinais têm enfrentado um deslocamento teórico. Inicialmente concentrados na área da Educação, hoje estão estabelecidos como subárea dos Estudos da Tradução, e a formação universitária também é oferecida em institutos e faculdades de Letras.

Esta dissertação tem por objetivo principal descrever a atuação de intérpretes língua de sinais em um contexto de conferência multilíngue, estabelecendo os seguintes objetivos específicos: a) identificar as possibilidades de direções de interpretação em que o intérprete de língua de sinais pode atuar para além do par Libras–Português; b) descrever aspectos organizacionais da equipe de interpretação a partir das línguas de trabalho; c) conhecer os critérios de seleção de intérpretes para atuar em um contexto de conferência multilíngue; d) compreender o processo de preparação para a atuação em um contexto de conferência multilíngue; e) verificar o perfil dos intérpretes de língua de sinais que atuaram no contexto de conferência multilíngue sob análise; f) investigar se a formação de intérpretes, em nível superior, contempla a atuação em contextos multilíngues.

As perguntas que norteiam esta pesquisa são: 1) Quais as possibilidades de direcionalidades de línguas de trabalho em um contexto de conferência multilíngue com a presença de intérpretes de línguas de sinais? 2) Como uma equipe de intérpretes de língua de sinais se organiza para atuar em um contexto de conferência multilíngue? 3) Quais as competências esperadas de um intérprete de língua de sinais para compor uma equipe que atuará em um contexto de conferência multilíngue? A terceira pergunta tem por finalidade investigar os perfis individuais, pois acreditamos que uma equipe de ILS para uma conferência multilíngue não tem necessariamente que ser composta por profissionais com as mesmas competências e habilidades.

O trabalho está estruturado em dois capítulos, um sobre o referencial teórico e outro sobre a pesquisa desenvolvida. No capítulo sobre o referencial teórico, são apresentados os principais conceitos e autores que fundamentam esta dissertação. Abordamos assuntos relacionados ao multilinguismo e línguas de sinais, multilinguismo em contexto de conferências, interpretação simultânea de língua de sinais, interpretação em contexto de conferência, interpretação em equipe, a presença do intérprete surdo em contexto de

conferência e a formação de intérpretes de língua de sinais e a sua preparação para atuar em contextos multilíngues, dissertando sobre a formação de intérpretes na Espanha e no Brasil.

Em seguida, no capítulo sobre a pesquisa são apresentados a metodologia e os resultados obtidos mediante a análise dos currículos dos cursos de graduação que formam tradutores/intérpretes de língua de sinais no Brasil, a observação da conferência multilíngue, os questionários aplicados aos intérpretes participantes e a entrevista realizada junto ao coordenador da equipe de intérpretes do referido evento.

Por fim, fazemos as considerações finais a respeito do trabalho desenvolvido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão apresentados os referenciais teóricos que fundamentam nosso estudo. Abordaremos inicialmente o conceito de multilinguismo e discorreremos sobre a gestão do multilinguismo institucional e a importância das políticas linguísticas para o multilinguismo. Finalizaremos o capítulo apresentando alguns eventos multilíngues onde coexistiu o uso de línguas orais e línguas de sinais, foco deste trabalho. Posteriormente, apontaremos teóricos que versam sobre a interpretação simultânea, com ênfase na língua de sinais e no contexto de conferência. E, por fim, será abordada a formação de intérpretes de língua de sinais visando a atuação em contexto multilíngue, e a discussão tratará da formação na Espanha e no Brasil.

2.1 Multilinguismo e línguas de sinais

Sabe-se que os sujeitos se expressam de maneira diversa, ou seja, falam línguas diferentes. Começamos esta seção falando do relato mais antigo do surgimento da diversidade linguística: a Torre de Babel. Segundo o livro do Gênesis, capítulo 11, inúmeras pessoas se empenharam em construir uma cidade, e na cidade construíram uma torre que conseguisse tocar os céus com a intenção de receber reconhecimento e estabelecer aquele local como lugar para todo o povo. Durante a construção, todos os trabalhadores se compreendiam muito bem; quando algum dos trabalhadores pedia ao outro um tijolo, ele recebia um tijolo e assim por diante, pois falavam a mesma língua. Segundo é relatado na Bíblia, Deus não gostou da ideia da construção da torre e decidiu impedir que continuasse. Então, naquele instante, as pessoas começaram a falar cada uma em uma língua diferente, não compreendendo o que a outra estava pedindo; por exemplo, um pedia areia o outro entregava pedra. Tal acontecimento causou grande discordância entre o povo, que acabou se dispersando pela Terra.

O teoria da existência, em tempos remotos, de uma única língua na qual toda a humanidade se comunicava, junto com a crença de que, em um futuro não distante, existirá uma língua global, são, segundo Moreno Cabrera (2016, p. 165), os dois aspectos essenciais em torno dos quais o mito do multilinguismo tem sido construído. Partindo de um conceito de língua como instrumento de transmissão de informação, esse enfoque é baseado na ideia de que a informação transmitida é totalmente objetiva, independente da língua, que não afeta

em absoluto o conteúdo das mensagens transmitidas. Já uma visão da língua que a considere como um meio de expressão das visões e concepções individuais e sociais sobre o mundo aceitaria a realidade de que nenhuma língua materializa de forma unívoca todos os elementos das representações humanas, sendo cada língua uma ventana para vislumbrar as diferentes características dessas representações e, portanto, de modo algum a informação transmitida tem como ser totalmente objetiva (MORENO CABRERA, 2016, p. 169).

Para o autor, ao contrário do que um castigo que dificulta a comunicação, o multilinguismo é “o mecanismo que a humanidade tem desenvolvido ao longo de sua longa história para, preservando a língua como um meio de coesão e identificação grupal e social, conseguir a cooperação entre comunidades de línguas diferentes” (MORENO CABRERA, 2016, p. 167, tradução nossa³). Sob esse ponto de vista, a diversidade linguística contribui para a riqueza referencial e cultural da humanidade e o multilinguismo estimula a adaptação e a compreensão do diferente e pode ajudar a evitar conflitos entre as comunidades humanas.

Além disso, na história da humanidade, a mobilidade e o encontro entre grupos humanos e comunidades linguísticas diferentes têm sido a norma, e não a exceção, o que leva Moreno Cabrera (2009, p. 172) a afirmar que a natureza humana é biológica, social e culturalmente marcada pelo multilinguismo.

2.1.1 O conceito de multilinguismo

Embora multilinguismo e tradução estejam intrinsecamente ligados, essa relação começou a receber a atenção dos Estudos da Tradução nas últimas décadas, cobrindo um vasto leque de metodologias e temas. Em um levantamento realizado por Reine Meylaerts (2012, p. 537-538) de publicações sobre multilinguismo na área dos Estudos da Tradução, foram encontrados trabalhos sobre tradução literária, audiovisual, automática, localização, gestão linguística, interpretação comunitária, teletradução e teleinterpretação, políticas linguísticas e multilinguismo institucional, entre outros.

Nesse sentido, a definição de *multilinguismo*, apresentada por Rita Franceschini aponta para essa profusão de trabalhos:

O termo/conceito de multilinguismo deve ser entendido como a capacidade das sociedades, instituições, grupos e indivíduos de se envolverem regularmente, no espaço e no tempo, com mais de um idioma na vida cotidiana.

³ Do espanhol: [...] el mecanismo que ha desarrollado la humanidad a lo largo de su dilatada historia para, preservando la lengua como medio de cohesión e identificación grupal y social, conseguir la cooperación entre comunidades de lenguas diferentes.

O multilinguismo é um produto da capacidade humana fundamental de se comunicar em vários idiomas. Distinções operacionais podem então ser traçadas entre multilinguismo social, institucional, discursivo e individual.

O termo multilinguismo é usado para designar um fenômeno incorporado nos - hábitos culturais de um grupo específico, que são caracterizados por uma significativa sensibilidade intra e intercultural. (FRANCESCHINI, 2009, p. 33-34, tradução nossa⁴)

Conforme explica a autora, o termo *sensibilidade cultural* é uma expressão guarda-chuva que diz respeito ao alto grau de dependência que o multilinguismo tem nas circunstâncias culturais. Além do contexto biográfico individual dos falantes envolvidos, também engloba as relações de poder existentes em uma dada sociedade.

Esta pesquisa, ao se propor a analisar a gestão do multilinguismo no contexto de uma conferência, focará principalmente nos aspectos institucionais do multilinguismo, refletindo sobre a importância da formação e da preparação da equipe de interpretação – aspectos individual e social do multilinguismo – para gerir uma conferência multilíngue de maneira a preservar os direitos linguísticos dos participantes. Outro aspecto a ser abordado no trabalho é a gestão das relações de poder entre as línguas presentes no evento, em sua maioria, línguas de sinais, pois, como aponta Juan Carlos Moreno Cabrera (2016, p. 14), não é possível entender o fenômeno do multilinguismo no mundo atual sem estudar a ideologia que o acompanha e suas consequências na diversidade linguística.

No que diz respeito ao multilinguismo institucional, Franceschini salienta a necessidade de desenvolver pesquisas sobre as competências de grupos especializados altamente qualificados e sobre o desempenho prático das tarefas diárias dentro da instituição. A autora fornece alguns exemplos, dentre os quais cita o trabalho dos intérpretes:

Toda a cadeia de produção linguística deveria ser examinada, desde a redação de cartas e textos midiáticos até a revisão de traduções, as atividades de interpretação, os procedimentos de negociações internacionais etc. Em empresas multinacionais e em instituições como hospitais, escolas, escritórios governamentais, organizações não-governamentais, organizações de ensino superior e assim por diante, o objetivo, agora, além do discurso sobre o interculturalismo, é estudar as práticas linguísticas são usadas para comunicar em um ambiente de trabalho diário, as quais cada vez estão mais sujeitas à influência de diferentes línguas e códigos. (FRANCESCHINI, 2009, p. 45, tradução nossa⁵)

⁴ Do inglês: The term/concept of multilingualism is to be understood as the capacity of societies, institutions, groups and individuals to engage on a regular basis in space and time with more than one language in everyday life.

Multilingualism is a product of the fundamental human ability to communicate in a number of languages. Operational distinctions may then be drawn between social, institutional, discursive and individual multilingualism.

The term multilingualism is used to designate a phenomenon embedded in the cultural habits of a specific group, which are characterised by significant inter and intra-cultural sensitivity.

⁵ Do inglês: The entire language production chain should be scrutinized, from writing letters and media texts, to proofreading, translations, interpreting activities, to international negotiation procedures, etc. In multinational

Diversas instituições e organismos internacionais têm reconhecido o multilinguismo, não elegendo apenas uma, mas várias línguas como oficiais. Isso ocorre em razão de essas instituições e organizações colocarem em contato vários países em um mesmo contexto, seja em conferências ou até mesmo em documentos que devem circular pelos países membros. A exemplo disso, a União Europeia (instituição que integra países da Europa com a finalidade de uni-los tanto na economia quanto na política), devido à pluralidade de países que a integram, preza pela diversidade linguística posicionando-se favorável ao multilinguismo, conforme está exposto no documento produzido pela Comissão das Comunidades Europeias (2008):

A coexistência harmoniosa de muitas línguas na Europa é um símbolo claro da aspiração da União Europeia de alcançar a união na diversidade, uma das pedras angulares do projecto europeu. As línguas definem a identidade de cada pessoa, mas fazem parte igualmente de uma herança comum. Podem servir de ponte para chegar a outras pessoas e permitir o acesso a outros países e culturas, promovendo a compreensão mútua. Uma política de multilinguismo bem sucedida pode traduzir-se em novas oportunidades para os cidadãos: pode aumentar a sua empregabilidade, facilitar o acesso aos serviços e o exercício dos seus direitos, e contribuir para a solidariedade através da promoção do diálogo intercultural e da coesão social. Nesta perspectiva, a diversidade linguística pode representar uma mais-valia preciosa, sobretudo tendo em conta o mundo globalizado em que vivemos hoje. (UNIÃO EUROPEIA, 2008)

Com a finalidade de atender a demanda linguística dos países integrantes, o referido documento indica as línguas que devem estar presentes em determinado contexto ou documento. Segundo Cristina Aránzazu Huertas Abril (2016), as línguas são categorizadas da seguinte maneira: *línguas autênticas* são as línguas utilizadas para a escrita de textos internacionais; as *línguas oficiais* são as línguas utilizadas durante as reuniões e conferências; e as *línguas de trabalho* são as línguas utilizadas para comunicação no dia a dia de funcionamento de um órgão. É importante destacar que ainda está prevista a tradução ou interpretação para as demais línguas que fazem parte dessa organização.

O multilinguismo também é reconhecido no cerne da Organização das Nações Unidas – ONU, a exemplo de sua Carta Magna, produzida em espanhol, francês, inglês, russo e chinês e, tempos após, em árabe (ABRIL, 2016). A autora destaca que, assim como a União Europeia, a ONU também categoriza as línguas para cada situação.

companies and in institutions such as hospitals, schools, government offices, Non-Governmental Organizations, Higher Education Organizations, and so on, the aim now, over and above discourse on interculturalism, is to study those selected language practices which are used when communicating in a daily working environment, and which are increasingly subject to the influence of different languages and code.

Além das instituições citadas acima, outra organização que considera a diversidade linguística dos países que a integram é a Contextualização da Comunidade Econômica da África Ocidental – CEDEAO, atuante no processo de integração econômica e política de países da África Ocidental, ex-colônias de países europeus, pois, na realização de suas atividades, considera o multilinguismo e também o multiculturalismo, haja vista que a CEDEAO é constituída por 15 países (RAMOS, 2016). A respeito dessa diversidade imensa de línguas e culturas nos países integrantes da África Ocidental, a teórica menciona que isso desencadeia entraves no processo de integração entre os países e, na tentativa de amenizar as dificuldades, elegeram-se três línguas oficiais para facilitar a comunicação:

Os países que fazem parte da África Ocidental têm várias línguas e culturas, diferentes umas das outras, as quais constituiriam um grande constrangimento ao processo de integração. A barreira linguística enfrentada contribuiu para o estabelecimento de três línguas oficiais que facilitariam a comunicação entre os vários Estados-Membros. (RAMOS, 2016, p. 63)

No entanto, é preciso manter uma visão crítica da gestão do multilinguismo dentro dessas instituições, pois é complicado estabelecer e perdurar o equilíbrio entre as diversas línguas, levando em conta as relações de poder existentes entre elas. Ponhamos como exemplo a predominância do inglês como língua oficial ou como *língua franca* nas diversas instâncias sociais e institucionais.

De acordo com Fernández Vítores (2010 *apud* MORENO CABRERA, 2016, p. 254), o multilinguismo é um elemento primordial sem o qual o processo de integração europeia teria fracassado. Antecipando-se à polêmica que ocasionaria o estabelecimento de umas línguas como oficiais em detrimento das outras, desde o início foi acordado que seriam concedidos os mesmos direitos linguísticos a todas as línguas nacionais dos Estados. Ou seja, a política linguística da União Europeia deveria garantir direitos comunicacionais iguais para todos os participantes.

No entanto, a introdução do inglês, em 1973, com a adesão do Reino Unido e da Irlanda, criou uma notável assimetria. Devido à sua preponderância internacional nas esferas cultural, política, econômica e científica, esta língua tem experimentado uma crescente proliferação dentro da Comunidade Europeia, sendo a maior parte dos documentos redigidos em inglês. Esse crescimento descompensado, segundo Moreno Cabrera (2016, p. 254), abala o projeto multilíngue da organização e torna urgente a necessidade de avaliar suas implicações na filosofia e no funcionamento da instituição.

2.1.2 Países multilíngues e políticas linguísticas

Há países que reconhecem duas línguas como línguas oficiais, como é o caso do Canadá, que tem o Inglês e o Francês, e a Bélgica, que tem o Francês e o Flamengo (GOROVITZ, 2012, p. 2). Mas devemos levar em conta que nem todo país que se proclama multilíngue necessariamente produz indivíduos multilíngues, como podemos constatar em estados-nação onde a língua dominante, adotada pelo Estado como língua oficial, é imposta em todo o território, forçando as comunidades que possuem uma língua diferente a “bilinguizar-se” (MORENO CABRERA, 2016, p. 175), enquanto que as comunidades que têm aquela língua como língua nativa podem permanecer monolíngues. Esse é o caso de países como a Espanha, onde as comunidades galega, basca e catalã, que contam com suas respectivas línguas territoriais oficiais, não têm como renunciar ao bilinguismo com o espanhol.

Ainda, existem muitas outras línguas não oficiais, que, mesmo sem reconhecimento legal, são utilizadas por indivíduos de muitos países. Um exemplo disso é Moçambique, no continente africano, que, de acordo com Alexandre António Timbane (2015, p. 93), apesar de ter a língua portuguesa como língua oficial, apresenta vasta diversidade de línguas em uso:

O país possui mais de vinte línguas Bantu (LB) que estão distribuídas de forma desigual ao longo do território. As línguas maternas mais faladas em Moçambique são: o emakhuwa (26,3%), o xichangana (11,4%), português (10,8%), o cisena (7,8%), o lomwé (7,2%), o cinyanja (5,8%), o echuwabu (4,8%), o cindau (4,5%), o citswa (4,4%), cinyungwe (2,9%), ciyaawo (2,2%), cicopi (1,9%).

Tal diversidade linguística comprova que em um mesmo lugar convivem línguas diversas, ou seja, o mundo é multilíngue. Além disso, em seu texto, o autor destaca a importância de valorizar o multilinguismo como marca identitária de uma comunidade, dando liberdade para os sujeitos se expressarem na língua ou línguas com as quais se identificam, que fazem parte de sua existência como pessoas e também parte de sua história de vida. A aceitação e o reconhecimento do multilinguismo é a garantia efetiva dos direitos linguísticos de uma comunidade.

Na atualidade, diversos fatores têm levado os sujeitos falantes (ou sinalizantes) de diferentes línguas a estarem cada vez mais próximos e, conseqüentemente, isso tem colocado em contato suas culturas e idiosincrasias. Tais fatores são a globalização, a importação, a exportação, dentre outros que vão além das transações comerciais como, por exemplo, o cinema, a internet, as redes sociais e a música (GOROVITZ, 2012, p. 3).

A diversidade é inerente aos seres humanos. No primeiro contato, já é possível notar elementos que fazem parte da singularidade do sujeito, a exemplo da cor dos cabelos, dos olhos, da pele e a altura. Porém, a diversidade também está presente na cultura e na língua. Portanto, é imprescindível a garantia da diversidade cultural e linguística para o desenvolvimento dos povos, independente de seus locais de origem ou da língua pela qual se expressam, pois o processo de aquisição ou de aprendizagem de uma língua necessita ser de modo espontâneo, dando liberdade ao indivíduo para posicionar-se, aceitando ou não determinada língua. Não deve ser, portanto, um processo de imposição no qual se ignore a bagagem linguística e cultural de um povo ou de um indivíduo.

De acordo com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001), o multilinguismo é uma representação da diversidade de expressão e das culturas. A Declaração afirma que:

Art. 6º - A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico –inclusive em formato digital– e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presentes nos meios de expressão e de difusão, são garantias da diversidade cultural. (UNESCO, 2001, p. 3-4)

Considerando esse contexto, a situação do Brasil nos chama a atenção, pois comumente ouve-se que o Brasil é um país monolíngue, mas será que é realmente? O Brasil possui a língua portuguesa como sua língua oficial; essa é a língua utilizada na escrita de documentos oficiais, bem como na Constituição Federal e demais leis. Entretanto, o território brasileiro é composto por uma diversidade imensa de pessoas e de línguas. Segundo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL, 2010), “estima-se que mais de 250 línguas sejam faladas no Brasil entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades”. Pode-se afirmar que já se falavam diversas línguas no território brasileiro antes da chegada dos colonizadores portugueses, pois, ao chegarem nas terras brasileiras, os portugueses encontraram diversos povos indígenas que tinham sua própria cultura e suas formas de comunicar-se. Tal diversidade encontrada resultou em entraves na comunicação entre os colonizadores e os colonizados. Por isso, os portugueses forçaram os povos que já viviam no Brasil a aprender a língua portuguesa. Em outras palavras, as línguas e as culturas do povo indígena foram desprezadas.

Além das línguas dos povos indígenas colonizados, posteriormente, os povos escravizados trazidos do continente africano para intensificar a mão de obra na nova colônia de Portugal também sofreram essa rejeição a suas línguas e culturas, pois houve imposição da língua falada pelos colonizadores. Entretanto, a língua trazida pelos portugueses ganhou

uma nova “roupagem” devido ao contato com as línguas indígenas e com as línguas africanas, resultando em uma língua com características diferenciadas do português ibérico e neologismos marcados pelo contato de línguas.

É importante destacar que, com o passar dos anos, é possível verificar mudanças nesse cenário, com o reconhecimento paulatino de algumas línguas brasileiras. A língua brasileira de sinais, por exemplo, foi reconhecida há pouco mais de 16 anos, com a Lei nº 10.436/2002. A Libras, “a forma de expressão e comunicação dos surdos brasileiros” (BRASIL, 2002), não é a única língua de sinais existente no país. De acordo com Ferreira (1995), na região amazônica, na tribo indígena Urubu Kaapor, os indígenas surdos que fazem parte da comunidade comunicam-se por meio de outra língua de sinais, a Língua de Sinais Kaapor Brasileira.

Shirley Vilhalva (2009) destaca que há também alguns índios surdos que vivem em um ambiente multilíngue, composto tanto por línguas indígenas como por outras línguas, como o espanhol, por viverem em zona de fronteira. A autora acrescenta que os surdos que vivem nos centros urbanos em sua maioria são bilíngues, mas há casos de surdos integrantes de contextos de grande diversidade linguística que podem ser considerados multilíngues.

A comunidade surda é um complexo do ponto de vista linguístico, pois está envolvida com duas línguas no cotidiano, a Língua de Sinais Brasileira e a Língua Portuguesa. Surdos urbanos são, geralmente, denominados bilíngues. Mas, diante desse quadro de etnias e diversas línguas indígenas, consideramos que alguns índios surdos estão em um ambiente multilíngue, não só de línguas indígenas, mas também do espanhol, que é usual nos espaços fronteiriços do Mato Grosso do Sul com Bolívia e Paraguai, ou mesmo um pidgin, usado pela comunidade, comumente denominado de “portunhol”. (VILHALVA, 2009, p. 94)

Outra situação de multilinguismo no Brasil é a que ocorre na cidade de Foz do Iguaçu, que faz fronteira com Argentina e Paraguai. Por estar em uma zona de fronteira, a cidade recebe, frequentemente, um grande número de pessoas, turistas, para conhecer as Cataratas do Iguaçu e também para fazer compras no Paraguai. Esse grande número de pessoas chega de vários lugares do Brasil e de outros países, com suas línguas distintas. Tendo em vista a situação linguística do local, pode-se afirmar que a comunicação nessa zona fronteiriça se dá por meio da intercompreensão, já que certamente a maioria dos indivíduos que não compartilham o mesmo código linguístico não dispõem de intérpretes ou tradutores para acompanhá-los nos passeios às compras e, para tentar se fazer compreender e entender o que o outro diz, se apoiam nas semelhanças entre as línguas em questão para efetuar a comunicação. Karim Siebeneicher Brito (2016 p. 122), baseando-se na Abordagem da Intercompreensão proposta por Franz-Joseph Meissner, da Universidade Justus-Liebig em

Giessen, define a intercompreensão como o ato de apoiar-se em uma língua para compreender outra e acrescenta que essa habilidade é uma representação da característica marcante dos seres humanos em tentarem compreender e ser compreendidos:

Intercompreensão significa “a compreensão de uma língua (estrangeira) ou de uma variedade linguística sem que a mesma tenha sido aprendida/adquirida através de aprendizagem formal ou em seu ambiente cultural”. A base dessa habilidade é formada pelas estruturas linguísticas compartilhadas por diferentes línguas e indivíduos. Tentar compreender e ser compreendido faz parte da natureza humana em si. Sem essa iniciativa ou capacidade, não se pode adquirir nenhuma língua, nem mesmo a língua materna. A intercompreensão constitui uma resposta a essas características humanas básicas.

Já quando se produz o encontro dentro de uma mesma comunidade entre usuários de línguas orais e surdos sinalizantes, a tradução – e a interpretação – tornam-se necessárias para a comunicação. A tradução, nesses casos, possibilita as relações humanas e o contato entre os falantes de línguas distintas, bem como o acesso a sua cultura e à interlocução/interação dos envolvidos, mesmo em meio à diferença. Segundo Oustinoff (2011, p. 12), ela é essencial para a comunicação: “A primeira função da tradução é, então, de ordem prática: sem ela, a comunicação fica comprometida”.

De acordo com o *Ethnologue: Languages of the World*⁶, atualmente existem 7.111 línguas em todo o mundo, que estão espalhadas pelos 195 países. Porém, é importante destacar que existem países que reconhecem apenas uma língua oficial, como é o caso do Brasil, com o português, pois, apesar de a Libras ter sido reconhecida pela Lei nº 10.436/2002, não é plenamente reconhecida como língua oficial, já que a referida lei também afirma: “A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002). Assim, uma pessoa surda que se comunica em língua de sinais terá que aprender português e não pode optar por manter a comunicação somente em Libras. Com a finalidade de reiterar tal constatação, tomaremos por base a discussão realizada por Angela Baalbaki e Isabel Cristina Rodrigues (2011), que tratam da questão legal do reconhecimento da Libras como “meio legal de comunicação”, buscando equipará-la com o que é de fato língua oficial. Para discutir tais aspectos, as teóricas mencionam Guimarães (2007) e estabelecem uma relação entre as línguas de acordo com a maneira em que são utilizadas:

1) língua materna é aquela praticada pelo grupo no qual o falante nasce; 2) língua alheia é qualquer língua que não se dá como materna; 3) língua franca é aquela praticada por grupos de falantes de línguas maternas distintas; 4) língua nacional é aquela que mantém relação de pertencimento de um grupo; 5) língua oficial é a de

⁶ Disponível em: <http://www.ethnologue.com>.

um Estado nos seus atos legais; 6) língua estrangeira é a língua falada pelo povo de um Estado diferente daquela dos falantes de referência. (BAALBAKI; RODRIGUES, 2011, p. 140)

Tendo em vista o exposto acima, acredita-se que a Libras não é considerada língua oficial porque todos os documentos oficiais e pronunciamentos oficiais são em português. Aliás, apenas sessões da Câmara dos Deputados, que são transmitidas pela TV Câmara no canal do YouTube, têm janela com intérprete de Libras; os demais programas não têm. Além disso, o canal do Planalto Central, que frequentemente apresenta pronunciamentos oficiais referentes a assuntos da Presidência da República que são de interesse da população brasileira, apresenta grande divergência nos vídeos: apenas alguns têm janela com intérprete de Libras, outros legenda em português e outros não possuem nenhum dos recursos.

Diante disso, fica evidente que os direitos linguísticos não têm sido amplamente garantidos. Tal afirmação se fundamenta no que é exposto na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, em seu artigo 9º: “Todas as comunidades linguísticas têm o direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas”, e em seu art. 17º, inciso I, “Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor e a obter na sua língua toda a documentação oficial, qualquer que seja o suporte (papel, informativo, ou outro), nas relações respeitantes ao território de que essa língua é própria”(Barcelona, 1996). Esses trechos, relacionados à situação das línguas no Brasil, especialmente a Libras, evidenciam que os direitos linguísticos das pessoas surdas não têm sido assegurados, pois, o uso de uma língua apenas em situações pontuais como discursos políticos (em especial no período eleitoral) e em alguns pronunciamentos oficiais da Presidência da República não são suficientes para afirmar e propagar que os surdos tem sua língua considerada. Isso pode ser visto mais como uma estratégia eleitoral do que garantia de direitos linguísticos, afinal, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos é taxativa ao pontuar “toda a documentação oficial”.

Outra questão importante que é discutida por Marcus Vinícius Batista Nascimento (2016) é o fato de não existir uma política linguística efetiva para promover e difundir a Libras na sociedade brasileira, pois, até agora, essa língua tem sido considerada apenas um meio para os surdos terem acesso à educação e a outros direitos básicos, mas os documentos legais existentes não têm dado o devido status de língua à Libras.

O que se vê é uma legislação estabelecendo e determinando a inclusão dos surdos apenas no sistema educacional e em algumas, poucas, esferas sociais por meio da Libras. Os documentos não agem sobre a língua de fato pensando em sua condição de língua, mas determinam readequações na esfera educacional para que os surdos participem dela tomando esta língua como ponte para que isso aconteça, ou seja, a

língua, aqui, é vista como meio e não como constitutiva. (NASCIMENTO, 2016, p. 67)

Para tratar brevemente sobre as políticas linguísticas, tomaremos por base o que é discutido por Louis-Jean Calvet (2007). Segundo o autor, o conceito de políticas linguísticas e seu estabelecimento como campo de estudo deu-se a partir de 1960. Em seu livro intitulado *As políticas linguísticas*, ele argumenta que as políticas linguísticas discutem que/quais língua/s serão utilizadas pelos integrantes de determinada comunidade e o planejamento linguístico estabelece as formas/caminhos de como isso se dará. Em outras palavras, as políticas linguísticas têm como papel discutir as relações entre poder e língua. Para implementar qualquer política linguística, é necessário o planejamento linguístico e, por essa razão, as políticas linguísticas e o planejamento linguístico estão ligados.

O status de uma língua tem relação direta com o poder que ela possui. Assim, as situações em que determinada língua é utilizada lhe conferirão um status determinado. Quando ela é considerada a língua oficial, é utilizada como língua de instrução nas instituições de ensino e também nos meios de comunicação utilizados pela maioria populacional, e desfrutará de um prestígio do qual carecem as línguas minorizadas. Dessa maneira, as políticas linguísticas são elaboradas com a finalidade de dar o reconhecimento devido, a liberdade de comunicação e, acima de tudo, garantir o direito linguístico de uma comunidade.

As políticas linguísticas resultam das indagações e discussões feitas pelos grupos que não têm seus direitos linguísticos garantidos, por essa razão, a criação de políticas linguísticas é primordial para a garantia dos direitos linguísticos. Sob essa perspectiva, Calvet (2007, p, 20), afirma que qualquer comunidade/grupo de pessoas pode discutir e elaborar uma política linguística, no entanto, a responsabilidade de planejamento, de aplicar ou não a política linguística discutida, é do Estado.

Conforme apontado pelo autor, o planejamento linguístico perpassa diversos aspectos e determinados critérios como escrita, léxico e padronização de uma língua são necessários para que seu uso e status sejam estabelecidos. Os caminhos que uma política percorre até a sua implementação podem estar ligados aos comportamentos espontâneos e à intervenção legal. Na intervenção legal estão as leis, cuja finalidade é ordenar e exigir que uma política linguística seja instalada.

Assim, no caso das línguas de sinais existentes nas diversas regiões do Brasil, mesmo que as respectivas comunidades reconheçam sua forma de comunicar-se como língua, também devem reivindicar junto ao Estado a legitimação, o reconhecimento e o registro

dessas línguas por meio de leis. Por isso, há uma luta constante das comunidades surdas e dos estudiosos das línguas de sinais para a efetivação das políticas linguísticas das línguas de sinais.

No caso da Libras, uma das línguas de sinais existentes no Brasil, existe a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 que oferecem respaldo legal. O Decreto prevê o ensino de Libras nos cursos de licenciatura, fonoaudiologia e outros, mas não há a obrigatoriedade de a Libras ser inserida como disciplina na educação básica. Outro ponto importante que se faz presente na luta da comunidade surda é a criação de escolas bilíngues para surdos, pois, dessa forma, as crianças surdas teriam de fato seu direito linguístico assegurado e, além disso, a Libras teria uma difusão maior.

A partir dos apontamentos realizados nesta seção, reitera-se que o reconhecimento do multilinguismo é crucial para a vitalidade linguística e cultural tanto nos países quanto nas instituições e organizações, pois, é preciso garantir condições de igualdade entre as pessoas, a solidariedade entre povos, a democracia e a paz. Também é fundamental compreender e considerar o multilinguismo como necessário e reconhecer a importância da liberdade de escolha das línguas de comunicação, uma vez que representam a história, a identidade e o discurso de um sujeito ou de um povo. Tal escolha permite a defesa de interesses e direitos, e, conseqüentemente, confere dignidade a esses sujeitos ou povos. Ademais, é válido acrescentar que o multilinguismo traduz a diversidade de ideias, pois, conforme mencionado anteriormente, a língua não é somente um conjunto de códigos convencionados e reconhecidos por seus falantes; para além disso, transmite ideias, crenças, cultura e identidade. Assim, quando um sujeito surdo que se expressa e compreende o mundo por meio da língua de sinais recebe uma imposição para escrever de maneira fluente em português, uma língua que não é sua primeira, isso significa que ele é privado de seu direito de manifestar sua cultura e de reafirmar sua identidade. Em decorrência disso, esse indivíduo não conseguirá expor seus princípios e convicções da maneira esperada, dentro dos “padrões” da língua portuguesa, com a mesma clareza com que poderia expressá-los na língua de sinais. Então, será rotulado, incompreendido e desconsiderado.

2.1.3 Eventos multilíngues com línguas de sinais

Em situações diversas como telejornais, aulas, palestras, reuniões e conferências nacionais ou internacionais, a interpretação está presente. Inicialmente, no âmbito nacional,

a interpretação com mais visibilidade era aquela envolvendo línguas orais. No entanto, atualmente, a interpretação de língua de sinais tem conquistado cada vez mais espaço devido aos movimentos surdos e à intensidade da participação deles nos mais diversos contextos sociais.

Tratando da realidade brasileira, entende-se necessário mencionar eventos multilíngues ocorridos no Brasil nos quais ocorreram uma forma de multilinguismo que não se restringiu à modalidade das línguas orais-auditivas (que são compreendidas pela audição e são produzidas pelo canal vocal), senão que registraram participações em línguas de sinais (línguas visuais-espaciais que são compreendidas pela visão e são produzidas no espaço frente ao corpo da pessoa que se expressa) (QUADROS, 2004, p. 9).

O primeiro é a Conferência “Rio+20 Desafios da Sustentabilidade”, promovida pela Organização das Nações Unidas, que ocorreu no ano de 2012, e teve grande notoriedade pelas diversas organizações nacionais e internacionais que nela participaram; outra foi o “1º Encontro Nacional de Surdos e Surdas”, que aconteceu em 2015 na cidade de Goiânia (GO) e que teve participação de surdos, surdocegos e ouvintes oriundos de diversos estados brasileiros, bem como outros participantes de vários países; e os eventos “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa”, “2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras” e “V *Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*”, que aconteceram simultaneamente no ano de 2018 em Florianópolis (SC), na Universidade Federal de Santa Catarina, contando com um público heterogêneo composto de participantes do Brasil, da Alemanha, da Argentina, do Canadá, do Chile, da Colômbia, de Portugal, da Suécia e do Uruguai.

É importante salientar que a presença dos falantes de línguas de sinais nesses contextos é resultado das lutas das pessoas surdas, que trouxeram uma mudança de paradigma, já que, em épocas passadas, esses indivíduos não participavam de espaços dos quais as pessoas ouvintes faziam parte, estando excluídos de convívio social, passando posteriormente a ser integrados somente em alguns espaços, por exemplo, educacionais e religiosos. Entretanto, na época atual, os indivíduos surdos participam amplamente da vida social, econômica e acadêmica.

Outro fator que tem contribuído para colocar em contato falantes de línguas orais e de sinais de um mesmo país e também de países distintos é a globalização, assim com o desenvolvimento tecnológico, que possibilitou o surgimento de equipamentos cada vez mais acessíveis, tanto em recursos e funcionalidades quanto em valores. A comunicação de surdos,

antes limitada ao envio de mensagens SMS, tem sido facilitada, uma vez que agora podem expressar-se nas redes sociais e por videoconferência. Assim, cada vez mais, pessoas de cidades, estados e países diferentes estão em contato, contribuindo para a difusão das línguas de sinais. Por isso, tem-se tornado habitual esses sujeitos transitarem entre cidades, estados e países para participar de eventos diversos, por exemplo, encontros, congressos e conferências. Assim, nos espaços institucionalizados, a interação entre esses indivíduos é, muitas vezes, mediada por um terceiro, o tradutor/intérprete, por meio de interpretação simultânea. Esse tipo de interpretação acontece ao mesmo tempo em que o discurso é proferido, isto é, enquanto um conferencista faz o seu discurso na língua A, o intérprete faz a interpretação para a língua B, outro faz para a língua C, outro da língua B para a língua A e assim por diante.

A interpretação torna-se necessária quando a comunicação não pode ser estabelecida devido às barreiras linguísticas. Nesse sentido, Nogueira (2016, p. 34) declara:

[...] percebemos que a atividade de tradução e interpretação tem como demanda inicial a barreira linguística entre os indivíduos, e que esse ofício traz contribuições significativas para o desenvolvimento e crescimento de muitas sociedades. Grande parte do conhecimento produzido é disseminado por meio da atividade dos tradutores e dos intérpretes e é devido a esse trabalho que se torna possível o acesso a publicações em língua estrangeira ou a produções cinematográficas por meio das legendadas ou dublagem, notícias e acontecimentos do mundo, e até mesmo a possibilidade da presença de conferencistas de nacionalidades distintas em um mesmo evento.

Dessa forma, demonstra-se o papel importante que a tradução e a interpretação têm desempenhado como ferramentas ou meios necessários para a interação entre pessoas que podem estar em locais distintos ou na mesma localidade e não partilham a mesma língua. Até mesmo entre pessoas que vivem em um país dito monolíngue, mas que possui níveis linguísticos distintos, o que impossibilita certo nível de comunicação e pode necessitar de um auxílio comunicacional para entender e ser entendido, por exemplo, uma pessoa da zona rural que necessita estabelecer comunicação no contexto judiciário.

2.2 Multilinguismo e interpretação de língua de sinais

Tradicionalmente, os termos tradução e interpretação eram tidos como sinônimos. Contudo, após exaustivas discussões no campo dos Estudos da Tradução sobre essa temática, há o entendimento de que estas atividades, apesar de ter a mesma finalidade, a saber, mediar

a comunicação entre pessoas que não se expressam na mesma língua ou não apresentam o mesmo nível linguístico, são consideradas metodologicamente e estrategicamente distintas.

Nesta seção, serão discutidas as especificidades da interpretação de línguas de sinais, com foco no contexto de conferência, objeto de nosso estudo.

2.2.1 Interpretação de língua de sinais

Compreendemos que a interpretação tem como principal fim estabelecer a comunicação. Nesse sentido, Barbosa (2014, p. 44) aponta que:

No caso do ILS, o objetivo principal do seu trabalho é estabelecer uma comunicação fluída e bem-sucedida entre pessoas que falam línguas diferentes e que desejam interagir. Sendo assim, as estratégias são empregadas para manter o bom andamento desta comunicação. Mesmo que em algum momento o processo falhe, o ILS terá este objetivo principal em mente e buscará restabelecer a comunicação.

A interpretação exigirá do ILS todo empenho e uso de todas as estratégias necessárias para que os participantes de determinado contexto possam se comunicar, ou seja, entender e ser entendidos. Compactuando com Nogueira (2016), entendemos que a interpretação simultânea é qualificada como uma atividade momentânea, instantânea. Acrescentamos ainda que o ato interpretativo não permite retornar a determinado momento do discurso interpretado para fazer melhorias, nem mesmo corrigir todos os erros. Além disso, a interpretação simultânea, por ser uma atividade geralmente realizada em situações de interações interpessoais que envolvem comunicação ao vivo e com frequência rápida, pode provocar surpresas e giros imprevisíveis que acarretam desafios adicionais ao intérprete, além da preparação e estudo prévio.

A interpretação simultânea segue um tempo diferente ao da tradução, em que o profissional pode contar com horas, dias e até meses para realizar todo o trabalho, além de que durante o transcurso da interpretação simultânea não há possibilidade de consultar materiais relacionados à temática, nem fazer buscas exaustivas para compreender o significado de termos técnicos, entre outros. No entanto, é válido destacar que, em situações de trabalho em equipe, o profissional atuante pode recorrer ao/s colega/s para resgatar algum termo que não conseguiu ouvir/ver bem, mas, mesmo utilizando esses recursos, haverá perdas.

Esse processo, que é realizado em um reduzido espaço de tempo, exige grande uso da memória de curto prazo (GILE *et al.*, 2015), dado que o discurso continua enquanto o

intérprete está processando as informações recebidas para transmitir a mensagem na língua de chegada. Portanto, todos os processos, desde o momento do recebimento da informação na língua de partida até a transmissão da mensagem na língua de chegada, acontecem na memória do intérprete a quem, em razão do tempo disponível para a realização da tarefa, é demandado um alto nível de concentração e, dependendo da intensidade do esforço, pode sofrer um grande desgaste físico e psicológico.

Além dos fatores psicofisiológicos considerados no ato interpretativo, o intérprete necessita ter controle do processo propriamente dito, pois é durante esse processo que ele necessita lidar com as línguas envolvidas e os aspectos culturais, identitários e ideológicos dos falantes.

Para Ronice Müller de Quadros (2004, p. 27), Sabine Gorovitz (2012, p. 3) e Michaël Oustinoff (2011, p. 119), traduzir não é somente um processo mecânico de transmissão de conteúdos, pois essa atividade exige conhecimentos linguísticos, culturais e conhecimento de técnicas de tradução para decidir qual é o caminho mais viável de se seguir. Também é necessário ter conhecimento do registro utilizado no contexto a ser traduzido, considerando aspectos como: formalidade, informalidade, tipo de discurso e gênero.

Com a intenção de esclarecer que a tradução não é somente “passar de uma língua para outra”, Gorovitz (2012, p. 3) afirma que

[...] a operação tradutória tem por vocação colocar línguas, homens, normas e realidades em relação [...] é possível pensarmos a tradução como um processo contrastivo que revela as normas e representações que as regem, essa relação entre línguas implicando uma série de parâmetros que vão além de critérios propriamente linguísticos, mas também fatores de natureza pragmática, cultural e normativa. (GOROVITZ, 2012, p. 3)

É necessário lembrar que todos os aspectos apontados pelos teóricos devem ser considerados, tanto na tradução quanto na interpretação, mesmo que esta tenha um tempo significativamente curto para sua realização. Assim, quando a interpretação é realizada para um público adulto que tenha determinado grau de instrução, não será realizada da mesma forma com que se faria se fosse para crianças de pouca idade, assim como tampouco seria adequado empregar uma linguagem que se utiliza em um contexto político para interpretar para alguém que não faça parte dele, pois o uso de certos termos e de uma oratória rebuscada não fará mais sentido e a interpretação não cumprirá seu papel.

Na mesma linha, Batalha e Pontes Jr. (2007) declaram que o ato de traduzir não é simplesmente linguístico, já que entendem a tradução como uma recontextualização do original: “Trocando em miúdos, traduzir é recontextualizar um pensamento original,

sabemos, entretanto, que esse processo não está isento de ideologias e motivações diversas que vão além das simples questões de ordem linguística” (BATALHA; PONTES JR., 2007, p. 74). Isso deixa claro que não há como o tradutor/intérprete agir como um funil que faz com que um líquido adentre a uma garrafa sem que seu conteúdo seja alterado; ao contrário, o tradutor/intérprete pode ser considerado como um filtro, pois, de certa forma, o conteúdo que passa por ele não sairá da mesma maneira que estava antes, ou seja, não será exatamente como a forma original.

Após discorrer de modo geral sobre a interpretação simultânea, agora será discutida a interpretação simultânea sob a perspectiva da modalidade linguística, uma vez que este trabalho discute a interpretação entre línguas de sinais e também de línguas de sinais para línguas orais. Primeiramente, é necessário esclarecer que Libras é uma língua de modalidade visual-espacial (é expressa pelas mãos e corpo do locutor, acontece no espaço em frente a seu corpo e é recebida pelos olhos do interlocutor) e que o português é uma língua de modalidade oral auditiva que é expressa pelo aparelho fonador e recebida pelos ouvidos. Assim, a diferença de modalidade reflete na maneira como cada língua é sistematizada e organizada para a realização de uma interlocução.

Eduard Bartoll (2016, p. 71) menciona que a interpretação em língua de sinais pode ser realizada de maneira consecutiva ou simultânea, mas que a simultânea tem prevalecido. Acredita-se que isso ocorre em razão da modalidade distinta entre essas línguas, que acaba por permitir mais do que em outras línguas de mesma modalidade a interpretação simultânea, pois podem estar falante e intérprete lado a lado sem que o intérprete interfira no discurso exposto nem tome espaço físico em relação ao locutor, o que não é possível com línguas de mesma modalidade (oral) sem que haja uma cabine para o intérprete e fones de ouvido para o público que usufrui de seus serviços. Certamente a preferência por esse tipo de interpretação também tem relação com as situações de emergência de comunicação e o tempo disponível para a realização de uma reunião de negócios, uma conferência ou uma aula, como é o caso da interpretação simultânea de língua de sinais no Brasil. Tal fator não é diferente nas línguas orais, pois, conforme Reynaldo Pagura (2003, p. 211), a interpretação simultânea também tem sido a modalidade mais utilizada por permitir que aconteça a interpretação para várias línguas ao mesmo tempo.

É importante acrescentar que o ILS é um indivíduo que ganha intensa visibilidade durante sua atuação, especialmente quando o ato interpretativo ocorre na direção português oral para língua de sinais. Tal exposição pode influenciar diretamente no desempenho de sua

atividade, pois a maioria das vezes está frente a frente com o público que recebe a interpretação (no caso de uma interpretação Português-Libras, os surdos), podendo ser avaliado tanto por esse público quanto por outros intérpretes que talvez estejam presentes no mesmo espaço, por outros falantes bilíngues e até mesmo pelos espectadores que sequer compreendem a língua de sinais, mas ficam com os olhos fixos no intérprete.

Devido à exposição, o ILS poderá receber tanto uma resposta positiva (um olhar, um balançar de cabeça sinalizando um sim ou expressão de satisfação) sobre sua atuação, o que poderá dar certo estímulo ao profissional, como um *feedback* não tão positivo (um olhar de dúvida ou expressão de insatisfação), passível de afetar seu desempenho e interferir em questões emocionais, desestabilizando-o. Sabemos que tais avaliações, julgamentos e apontamentos também podem ocorrer com intérpretes de línguas orais, contudo, a exposição desse profissional, principalmente em contextos de conferência, é inferior se comparada a de um ILS, já que o intérprete de línguas orais muitas vezes está na cabine, fora do contato direto com o público.

Além da exposição que o ILS sofre, a interpretação envolvendo língua de sinais adiciona mais desafios em razão da modalidade linguística. Conforme assevera Carlos Henrique Rodrigues (2013, p. 114), a modalidade das línguas interfere diretamente no ato interpretativo: “Nesse sentido, os intérpretes de sinais, que interpretam entre uma LS e uma LO, são intérpretes bimodais ou, mesmo, intermodais. Essa interpretação entre línguas de distintas modalidades impacta diretamente a atividade interpretativa”. O teórico acrescenta que:

Nas LS, diferentemente das orais, a produção da fala articula-se de maneira externa ao corpo do falante, as partes do corpo é que se articulam e dão forma à língua. Nesse sentido, o falante torna-se fisicamente visível na produção da fala. Além disso, tem-se na produção das LS, dois articuladores independentes e iguais – as mãos – as quais permitem uma diversidade de combinações e construções simultâneas. Portanto, se nas línguas orais, os articuladores da fala são internos, ficando, quase totalmente, ocultos, nas línguas de sinais eles se destacam, sendo aparentes e explícitos. (RODRIGUES, 2013, p. 129)

Assim, em uma situação de interpretação entre línguas de modalidades distintas, a demanda cognitiva é ainda maior do que em línguas de mesma modalidade devido à maneira como a comunicação ocorre em cada uma das línguas. Enquanto na língua oral é possível a produção de uma palavra por vez, na língua de sinais diversos elementos são produzidos simultaneamente, pois, para formar um único sinal é necessário utilizar os seguintes parâmetros: configuração de mão (o formato das mãos); orientação da palma (a direção da palma, se está para cima, para baixo, para a esquerda ou para a direita etc.); ponto de

articulação (o local onde o sinal é feito, se tem contato com o corpo de quem se expressa ou se é feito no espaço em frente ao corpo de quem está sinalizando); movimento (se as mãos, os dedos, antebraço, braço etc. apresentam algum movimento durante a produção do sinal) e expressões não manuais – envolvem as expressões faciais, como levantar as sobrancelhas, inflar bochechas, arregalar os olhos, e também as expressões corporais – (FERREIRA-BRITO, 1995; QUADROS; KARNOPP, 2004; VIANA SILVA, 2019).

Outro elemento importantíssimo na língua de sinais é o espaço, pois é nele que o discurso acontece. Conforme Ronice Müller de Quadros e Xavier (2008, p. 173), “as Línguas de Sinais são línguas produzidas com as mãos, a face e o corpo. Portanto, é uma língua que se constitui por uma gramática que se utiliza dos canais articulatorio-perceptuais, visuais e espaciais (olhos e corpo)”.

Em consonância, Barbosa (2014, p. 84), em sua pesquisa de mestrado sobre omissões na interpretação simultânea, discorre que:

[...] como observamos nas demandas que surgiram com relação à diferença nas modalidades, e principalmente a não linearidade da Libras, todos os elementos linguísticos que compõem a sinalização em Língua de Sinais de forma simultânea (elementos manuais, expressão facial, expressão corporal, etc.) foram destacados pelos sujeitos de pesquisa como fatores que demandam mais atenção e tempo para que sejam produzidos na interpretação.

Assim, ao interpretar um discurso de língua de sinais para a língua oral, o intérprete terá que transmitir a mensagem da língua fonte para a língua alvo buscando os elementos necessários para dar a linearidade e a ordem que existem na língua oral.

2.2.2 Interpretação de língua de sinais em contexto de conferência

Este estudo investiga a interpretação simultânea de língua de sinais em contexto de conferência multilíngue. Portanto, nesta seção discutiremos aspectos pertinentes à atuação em contexto de conferência com base em Pagura (2003), Barbosa (2014) e Nogueira (2016).

Pagura (2003) discute a interpretação de conferência, apresentando semelhanças e diferenças entre tradução e interpretação. Também, apresentando um breve histórico dessa atividade a partir das línguas orais, o estudioso argumenta que:

a interpretação de conferências mais próxima do que conhecemos atualmente teve início com a Primeira Guerra Mundial. Anteriormente, as negociações internacionais eram realizadas basicamente em francês, uma vez que essa era a língua comum aos diplomatas da época. Foi o que aconteceu, por exemplo, no famoso Congresso de Viena, realizado em 1814-1815. Com a entrada dos Estados Unidos na Grande Guerra, torna-se necessária a interpretação entre inglês e francês,

uma vez que alguns dos representantes americanos, como também os da Inglaterra, não falavam francês com a fluência necessária para as negociações. Considera-se que o primeiro dos intérpretes modernos foi Paul Mantoux. Nascido e educado na França, era professor do University College, de Londres. Foi o principal intérprete das conferências realizadas na França imediatamente após a Primeira Guerra, que negociaram o Tratado de Versalhes. (PAGURA, 2003, p. 213)

De acordo com Pagura (2003), com o passar do tempo, já no final da Segunda Guerra, durante o Julgamento de Nuremberg dos criminosos de guerra alemães, cresceu a necessidade de intérpretes para outras línguas que não fossem apenas as línguas interpretadas até aquele momento. Além disso, em razão do tempo disponível para o julgamento, observaram que a interpretação consecutiva naquele contexto seria inviável. Então, optou-se por realizar interpretação simultânea, mesmo não dispondo de pessoal competente nesse tipo de interpretação (a argumentação feita pelo teórico é baseada nos registros da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC 1996) e em Gaiba (1998)).

O teórico relata que com o surgimento da Organização das Nações Unidas – ONU e da União Europeia, as demandas por interpretação tornaram-se cada vez maiores, e inicialmente não havia formação para intérpretes:

Os primeiros intérpretes atuantes em Nuremberg, na ONU e na CECA foram formados na prática. Nos meios profissionais, diz-se que esses intérpretes foram “formados” pelo método “sink or swim”, expressão em inglês que significa literalmente “afogue-se ou nade”, e que se refere ao fato de que os intérpretes simultâneos eram colocados na cabine para interpretar sem que recebessem previamente qualquer treinamento formal. (PAGURA, 2003, p. 216)

Diante do cenário da crescente demanda e da escassa formação, surge a primeira escola para formação de intérpretes na Universidade de Genebra, na Suíça, em 1941. Salientamos que a interpretação simultânea de línguas de sinais em conferência veio após a interpretação de línguas orais, e apenas após a prática é que se pensou no treinamento formal específico para esse contexto. No tocante à atuação de ILS, a formação do intérprete também perpassa por vários percalços.

Barbosa (2014) foi um dos pioneiros na discussão dessa temática no Brasil. Apoiado em Silvana Aguiar dos Santos (2013), ele afirma que as pesquisas sobre interpretação simultânea de língua de sinais até o momento têm sido em outros contextos, especialmente o educacional. Além disso, citando Rosa (2005), o autor aponta que, durante anos, a atuação do ILS ficou restrita ao contexto religioso.

Entretanto, o teórico destaca que o contexto de atuação do ILS foi modificando-se devido à participação das pessoas surdas em outros contextos para além do educacional e religioso:

Entre estes espaços alcançados, o contexto de conferência é o que tem se destacado, pelo fato de as pessoas surdas terem a oportunidade de dialogar com outras instâncias sociais sobre questões que dizem respeito à própria Comunidade Surda. Este diálogo começou a se tornar possível em conferências sobre a educação, direitos humanos, direitos linguísticos, entre outros, nas quais há algumas décadas a presença de ILS nem sempre existia. A partir da obrigatoriedade respaldada pelo Decreto 5.626, que garante o acesso das pessoas surdas a diferentes âmbitos sociais, os profissionais começaram a ser contratados para esse tipo de trabalho, a Interpretação de Conferência. (BARBOSA, 2014, p. 66)

Baseado em Rodrigues (2010) e em sua própria investigação, Barbosa relata que “[...] a interpretação de conferência ainda é pouco pesquisada a nível nacional, trazendo ainda mais insegurança para o ILS por estar chegando a um novo ambiente de trabalho e desconhecendo quais demandas perpassam este local de atuação” (BARBOSA, 2014, p. 67). A consideração feita pelo teórico é de extrema relevância, pois, quando há escassez de estudos relacionados a determinado campo de atuação, o ILS não tem onde se apoiar e buscar orientações sobre o trabalho de interpretação nessa situação, e é certo que cada contexto apresenta novos desafios e surpresas ao profissional.

O autor destaca um diferencial da atuação em conferência em contraposição a outros contextos no que diz respeito às interrupções ou interferências no discurso:

O contexto de interpretação de conferência não permite ao intérprete nenhuma interrupção do palestrante, diferentemente da interpretação comunitária ou face a face, fazendo com que o fluxo da interpretação seja mantido mesmo se existir a incompreensão. O suporte do profissional nestes casos é a preparação prévia, através dos estudos, do(s) intérprete(s) de apoio e dos recursos visuais que o palestrante utilizar [...]. (BARBOSA, 2014, p. 93)

Considerando as particularidades desse tipo de trabalho e a lacuna existente, no que diz respeito a pesquisas sobre o assunto, o teórico pondera também a importância das pesquisas sobre a temática para o embasamento teórico-científico na formação de ILS.

Nogueira (2016) também foi um dos iniciadores na pesquisa sobre interpretação simultânea de língua de sinais em contexto de conferência no contexto brasileiro, mais especificamente sobre a interpretação em equipe nesse tipo de situação. Segundo ele, não há relatos pormenorizados sobre o início do trabalho de ILS em conferências. Apoiado em alguns autores, este autor afirma que, no âmbito brasileiro, o ILS começou a atuar aproximadamente em 1980 e os primeiros trabalhos foram no contexto religioso. O autor acrescenta que esses primeiros ILS tiveram grande importância para a visibilidade da língua de sinais. O teórico cita Leite (2005) que apresenta um fato histórico da atuação de ILS no Brasil:

Por ocasião da constituinte que preparou a Constituição Brasileira de 1988 surgiram as comissões de luta das pessoas portadoras de deficiência. No Rio de Janeiro, a representação dos surdos foi constituída por Ana Regina de Souza Campello e João Carlos Carreira Alves, que tinham como intérprete nos eventos a jovem pernambucana, Denise Coutinho, que se encontrava nessa cidade para estudar. Era ela já conhecedora da língua de sinais e, portanto, assumia, corajosamente, a tarefa de interpretar em público em uma época que nenhum incentivo existia para o exercício dessa função, muito pelo contrário, era uma atuação considerada por profissionais da área, como sendo um retrocesso à imagem social dos surdos e das pessoas que assim, por ventura procedessem, sendo, severamente criticadas e desprestigiadas. A estudante Denise Coutinho foi a primeira pessoa a assumir a interpretação da LIBRAS publicamente, em evento coletivo, podendo ser considerada a primeira intérprete de LIBRAS no Rio de Janeiro, quiçá no Brasil. (LEITE, 2005, p. 38 *apud* NOGUEIRA, 2016, p. 75)

Nogueira (2016), comentando a entrevista realizada em 2014 à profa. Ana Regina Campello pela ACATILS, relata a falta de intérprete de língua de sinais em um congresso de pessoas com deficiência, em 1981, em Recife:

Ely Pietro, como por um “milagre”, se aproximou dos surdos quando estavam reunidos em um grupo de trabalho do evento, informando que era ouvinte e que sabia a LS, e questionando se os surdos precisavam de auxílio. Então, a partir daquele momento, os surdos começaram a perguntar para ele o que as pessoas estavam falando e ele fazia a interpretação. Não se tinha a consciência, como informa Campello, de que aquela atividade era uma interpretação ou que Ely era um intérprete. (NOGUEIRA, 2016, p. 76)

O teórico afirma que o relato apresentado por Campello antecede ao que foi narrado por Leite (2005) sobre a atuação de ILS em conferências, mesmo que esse último tenha ocorrido de modo desprezioso e, acrescentamos, de forma não planejada. Outro fato marcante narrado por Campello foi o primeiro congresso de ILS que aconteceu em 1988. Ela assinala a presença de várias pessoas que naquele momento já realizavam interpretação: Ronice Müller de Quadros, Ricardo Sander, Ely Pietro, Evanise e Denise Coutinho. Na ocasião, os ILS reuniram-se para discutir “o papel dos intérpretes, a necessidade da criação de um código de conduta ética, além da proposta de criar dentro da FENEIS um departamento nacional de intérpretes” (NOGUEIRA, 2016, p. 77).

Os relatos apresentados mostram as dificuldades iniciais que o ILS enfrentou até estabelecer-se como profissional, pois, conforme já mencionamos, a atuação nesse período não era uma atividade considerada profissional, até porque nem a língua de sinais era reconhecida. Assim, não havia nenhum reconhecimento do ILS e muito menos formação, e aqui tomamos emprestado a expressão utilizada por Pagura (2003, p. 216), “afogue-se ou nade”, para descrever como os intérpretes de línguas orais iniciaram seus trabalhos para ressaltar que o caminho percorrido pelo ILS não foi diferente.

Nesse período, a interpretação era realizada de forma voluntária. A partir disso, podemos afirmar que a atuação do ILS surgiu da empatia, da dificuldade e da emergência na comunicação entre surdos e ouvintes que não dominavam a língua de sinais. A partir de seus dados, Nogueira constata que, apesar das demandas por ILS em conferências terem apresentado crescimento, as necessidades variam a depender da localidade:

Alguns locais, devido a suas características comerciais e econômicas, demandam mais serviços de interpretação de conferência. Por exemplo, a região Sudeste do Brasil ao compararmos com outras regiões, constatação levantada a partir das falas dos intérpretes. (NOGUEIRA, 2016, p. 165)

Outra questão relevante levantada por Nogueira (2016), com base em Souza (2014), é a presença de pessoas surdas em conferências, não apenas como audiência ou espectadores, mas como conferencistas, ministrando as conferências em língua de sinais. Nesses casos, o público que necessita de intérprete é formado por pessoas ouvintes que têm pouco conhecimento ou não dominam a língua de sinais.

Assim como Barbosa (2014), Nogueira (2016), ao abordar o contexto de conferência, menciona algumas especificidades desse tipo de situação:

O contexto de conferência é um dos principais espaços de atuação, um local que envolve múltiplas características, como o tipo de discurso e a configuração entre os participantes, por exemplo, exigindo do profissional que irá atuar nesse ambiente o domínio de tais características (NOGUEIRA, 2016, p. 65).

Acreditamos que o ILS que irá atuar nesse tipo de situação deve estar atento a esses fatores, organizar-se e se preparar previamente, pois, conforme Nogueira (2016), a preparação para a atuação é indispensável. Ele acrescenta que muitos palestrantes não preparam as apresentações com antecedência de modo que possam ser enviadas para os intérpretes (em nossa experiência, isso também é uma realidade). Mas o teórico assinala que a preparação não depende unicamente desse material; o profissional poderá recorrer a outros textos para inteirar-se da temática.

2.2.2.1 Interpretação em equipe

O trabalho de interpretação em equipe é amplamente discutido por Nogueira (2016) em sua dissertação de mestrado. O autor descreve a atuação em equipe de intérpretes de língua de sinais em um contexto de conferência, mais especificamente o “IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa”. Na ocasião, o autor descreveu a atuação dos profissionais em equipe que aconteceu de dentro de

uma cabine de interpretação simultânea. A forma como o trabalho aconteceu foi algo inusitado no contexto brasileiro, pois é mais comum a interpretação acontecer de forma visível para o público.

Inicialmente, Nogueira (2016) fundamenta sua discussão na normativa NR 17- Ergonomia que tem como finalidade regulamentar e estabelecer parâmetros visando adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, para proporcionar um máximo de conforto e segurança no desempenho das atividades laborais.

Segundo o autor, equipes costumam ser formadas quando é uma atividade de longa duração ou que apresenta complexidade. Ele faz as seguintes considerações com base em Hoza (2010):

notamos que as equipes são formadas principalmente quando ocorrem situações com momentos de longa duração, ou que se tenha uma organização complexa e com necessidades específicas ou até mesmo que envolva um ambiente emocional e fisicamente complicado e delicado. (NOGUEIRA, 2016, p. 82)

O autor relata que, quando o profissional já está atuando há muito tempo, poderá sofrer um processo de fadiga e comprometer a qualidade da interpretação. Nogueira (2016) cita Napier, McKee e Goswell (2006), os quais argumentam que o tempo adequado para a concentração do intérprete seria de 20 a 25 minutos e após esse tempo inicia-se o processo de fadiga.

Nogueira (2016) recomenda a atuação em equipe devido aos fatores já mencionados. Entretanto, ele afirma que ainda não é comum que os intérpretes de línguas de sinais atuem em equipe em todos os contextos e espera que com a formação a realidade possa modificar-se:

o trabalho em equipe ainda não é uma realidade em todas as situações ou instituições em que intérpretes de Libras – Português atuam. Porém, essa realidade se torna mais frequente e comum, principalmente devido ao processo de formação e profissionalização, bem como com a abertura de novos campos de atuação, o que nos leva a acreditar que esse é um ponto que precisa ser melhor investigado, de forma aprofundada. (NOGUEIRA, 2016, p. 84)

Com base em Nogueira (2016) e em nossa experiência, sabemos frequentemente de relatos de ILS que tentaram negociar com os contratantes argumentando sobre a necessidade e importância de ter mais de um profissional. No entanto, a realidade dos ILS brasileiros ainda não é a da atuação em equipe, apenas a minoria dos profissionais tendo vivenciado esse formato de trabalho. Mas, mesmo com a realidade existente, acreditamos que é por meio da pesquisa científica e pela luta da própria categoria profissional por meio de suas negociações,

esclarecimentos e orientações ao contratante que a realidade poderá modificar-se para um cenário com maior saúde do trabalhador e qualidade de trabalho.

Ainda segundo este autor, para considerar que determinado tipo de atuação se configura como trabalho em equipe, é necessário haver pelo menos a presença de dois profissionais:

entendemos, de forma geral, que a presença de uma equipe conta com no mínimo duas pessoas, que atuam em conjunto, a fim de que exista o revezamento na produção da interpretação, pois sabemos que a interpretação quando realizada por longos períodos, torna-se física e mentalmente exaustiva. Além de contribuir para evitar o cansaço físico, existe a possibilidade de ter o auxílio desse colega, qualificando o processo interpretativo, apoiando a produção do discurso. (NOGUEIRA, 2016, p. 85-86)

O autor entende que o trabalho em equipe é uma estratégia, um mecanismo para solução de problemas de interpretação de uma língua para outra e que também ajuda a minimizar dificuldades de caráter psicofisiológicas. Nota-se que, na atuação em equipe, enquanto o intérprete na ativa realiza a interpretação, o apoio pode contribuir para o bom andamento da interpretação. Esse apoio pode ocorrer por meio de sinais/palavras que foram perdidas durante o transcorrer do discurso e também termos específicos do contexto de atuação cuja perda causaria grande prejuízo ao público alvo.

Nogueira (2016) também apresenta procedimentos que devem ser considerados para que essa interpretação em equipe aconteça de forma efetiva. Os elementos apresentados por ele foram levantados por Napier, McKee e Goswell (2006), conforme quadro 1:

Quadro 1 – Estratégias para uma interpretação em equipe efetiva.

1. Decidir onde e se sentar ou ficar de pé, garantindo uma posição clara em relação ao outro, e, se necessário, contribuindo ou alertando com sinais.
2. Decidir como dividir o trabalho. Em algumas situações como reuniões, pode ser mais eficaz um intérprete se concentrar em uma única direção de interpretação. As direções acordadas podem ser alternadas, para que se iguale a carga de trabalho.
3. Discutir a melhor forma de dar e receber contribuições, quando a informação é perdida.

<p>4. Usar anotações para ajudar uns aos outros; o intérprete de apoio anota itens que são difíceis de reter tais como nomes e números grandes, para que o intérprete atuante possa olhar e recuperar sem interromper o fluxo da interpretação.</p>
<p>5. Negociar os turnos de interpretação e quando realizar a troca; o intérprete de apoio geralmente controla o tempo, mas o intérprete do turno que geralmente decide o momento preciso para essa troca.</p>
<p>6. Acordar como a troca será “coreografada” para minimizar a possibilidade de interromper os outros participantes (isto é, não tropeçando uns nos outros ou empurrando o outro para fora do local definido).</p>
<p>7. Esclarecer a forma de dar e receber <i>feedback</i> sobre o trabalho de cada um.</p>
<p>8. Discutir e acordar opções de termos especializados de antemão.</p>
<p>9. Monitorar um ao outro, no estabelecimento de locais de referência no espaço e manutenção da sequência lógica do texto na língua-alvo e, caso seja preciso, realizar a alteração ao longo da apresentação.</p>
<p>10. Em contextos de conferência, onde há uma série de apresentadores, dividir os discursos entre os intérpretes e, dessa forma, se aproveita o conhecimento pessoal do assunto e/ou familiaridade com o palestrante.</p>

Fonte: NAPIER, MCKEE E GOSWELL (2006, p. 137) *apud* NOGUEIRA (2016, p. 88).

Com base em alguns autores, Nogueira (2016) pondera que, na atuação em equipe, os intérpretes podem atuar revezando, sem se preocupar em concentrar na interpretação do colega, pensando apenas em evitar a fadiga. Por outro lado, podem atuar revezando e colaborando com a interpretação do colega. No caso de ILS, enquanto o intérprete A está na ativa, o intérprete B está de apoio aguardando qualquer indício de que o colega precise de ajuda ou mesmo sem o colega sinalizar e ele notar, por exemplo, que o colega não consegue visualizar a apresentação de slides do palestrante que está nas suas costas, poderá auxiliar nesse sentido. No caso do evento observado pelo autor, os intérpretes atuaram no formato de interpretação apoio, em que um colabora com o trabalho do outro.

A visão do teórico vai ao encontro de Fabio Alves, Célia Magalhães e Adriana Pagano (2000) pois, ao tratar sobre estratégias de tradução, menciona que, durante o processo tradutório, o profissional recorre a subsídios internos e externos para a realização da tarefa, e sugere consultar um especialista no assunto, dicionários e até mesmo glossários especializados. Apesar de acreditarmos que a interpretação apresenta especificidades em relação à tradução, cremos que na interpretação simultânea também há necessidade de recorrer a subsídios internos e externos, o que é facilitado pela possibilidade de atuação em equipe.

Ainda tratando sobre o desgaste sofrido por ILS, embasar-nos-emos na discussão realizada por Ana Cristina Guarinello *et al.* (2017) sobre a qualidade de vida do ILS. Os autores fundamentam-se em pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América. Segundo eles, o intenso esforço psicológico e os movimentos repetitivos podem acarretar dores e afetar a qualidade de vida do profissional:

os intérpretes de língua de sinais, além de muitas vezes sofrerem pressões psicológicas devido à carga horária extensa e ao próprio trabalho de tradução simultânea de uma língua para outra, também estão expostos a várias intempéries como, por exemplo, movimentos repetitivos e constantes em membros superiores, como pescoço, mão, antebraço etc. Tais movimentos podem causar dores e esforços repetitivos, os quais afetam diretamente a qualidade de vida desses profissionais. (GUARINELLO *et al.*, 2017, p. 464)

Além de colaborar para a preservação da saúde do profissional, a atuação no formato de revezamento contribui para minimizar prejuízos na interpretação. Guarinello *et al.* (2017) mencionam ainda uma pesquisa americana para dizer sobre o risco ergonômico que a profissão apresenta, podendo ocasionar problemas como tendinite.

a profissão de tradutor e intérprete de língua de sinais é uma das profissões com mais riscos ergonômicos, especialmente no que diz respeito às extremidades do corpo, há um aumento nos níveis de estresse cognitivo e mental e maior risco de desenvolver lesões musculoesqueléticas como a tendinite. (GUARINELLO *et al.*, 2017, p. 464)

No tocante ao Brasil, não encontramos pesquisas que trabalham a relação da prática do ILS e problemas ergonômicos, entretanto, o desempenho da interpretação em formato individual, conforme apresentado por Guarinello *et al.* (2017), pode facilitar a presença de problemas, uma vez que o intérprete utiliza as extremidades superiores do corpo para sua atividade.

2.2.2.2 Intérprete surdo em conferência

Sabemos que, devido à realidade de barreiras linguísticas entre pessoas surdas e ouvintes que não dominam a língua de sinais, há necessidade de intérprete para que a comunicação possa acontecer. Entretanto, pouco se discute sobre o surdo ser um mediador comunicacional, sendo o mais comum o surdo ser o cliente que necessita da interpretação. Ele é a razão pela qual o ILS foi contratado. Contudo, a contemporaneidade tem colocado cada vez mais línguas em contato, inclusive as línguas de sinais, o que tem influenciado a forma de comunicar-se. Isso tem se refletido no cenário da interpretação em conferência. Iniciaremos a discussão nesta seção pelo seguinte: quem é o intérprete surdo e qual o papel desempenhado por ele?

De acordo com Weslei da Silva Rocha (2013), a partir do que é defendido pela *World Association of Sign Language Interpreters – WASLI*, em português, Associação Mundial de Intérpretes de Língua de Sinais, o intérprete surdo:

é um especialista que fornece interpretação, tradução e serviços de transliteração em língua de sinais seja brasileira ou de outro país, e outros tipos de comunicação, como a visual e tátil, utilizadas por indivíduos que são surdos, com dificuldades de audição ou visual, e os surdocegos. Como uma pessoa surda, o Intérprete Surdo seria um profissional com um conjunto distinto de experiências linguísticas e culturais, organizados ou por seu próprio estilo de vida ou pela formação que tenha, o que permite uma compreensão diferenciada na promoção de uma interação em ampla gama de linguagem visual e formas de comunicação influenciadas pelas suas características regionais, culturais e identitárias. (ROCHA, 2013, p. 155-156)

O exposto acima evidencia que pessoas surdas podem atuar como intérpretes ou tradutores em diversas situações, e é cada vez mais frequente encontrar intérpretes surdos exercendo a função de mediadores entre línguas de sinais ou atendendo às necessidades comunicacionais de pessoas com surdocegueira. Portanto, a diferença entre um intérprete e outro são as línguas de trabalho e as competências que cada um tem para desempenhar determinada atividade.

Ana Regina Campello (2014, p. 146), a partir de Felipe (2000), relata que, de algum modo, o papel de intérprete surdo já havia sido desempenhado desde 1875 por Flausino Gama, um “repetidor” do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no Rio de Janeiro. Mas a autora não apresenta muitas informações sobre as atividades desempenhadas por ele. A esse respeito, Cássia Geciauskas Sofiato e Luciana Helena Reily (2011) esclarecem que:

O professor repetidor tinha muitas funções dentro do Instituto. Como refere Rocha (2007), o repetidor tinha de assistir à aula e depois repetir as lições do professor aos alunos que tinha sob a sua responsabilidade. Também era de sua incumbência o acompanhamento dos alunos no recreio e o seu retorno à sala de aula. Além disso, acompanhava os visitantes do Instituto, pernoitava com os outros alunos, corrigia os exercícios dados pelo professor e fazia a sua substituição quando necessário. Quanto à sua nomeação, esta ocorria se mostrasse conhecimento e capacidade na disciplina escolhida para tal designação. Dessa forma, cada disciplina tinha o seu repetidor. (SOFIATO; REILY, 2011, p. 628)

Campello (2014) afirma que, apesar de os surdos já exercerem a atividade de interpretação em contextos comunitários, a primeira atuação em contexto de conferência ocorreu no ano de 1993⁷. Ela narra brevemente o ocorrido:

Isso acontece na Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, quando foram promovidos os cursos no pré – II Congresso Latino Americano de Bilingüismo (Língua de Sinais / Língua Oral) para Surdos. Os cursos elaborados pelos professores Surdos: americano Ken Mikos e sueco Mats Jonsson foram traduzidos / interpretados pelo intérprete Surdo de ASL/Libras, Nelson Pimenta de Castro. (CAMPELLO, 2014, p. 146)

Com base em Flaviane Reis (2013) e Campello (2014), existem diversas possibilidades de atuação do intérprete surdo. A primeira que podemos destacar é interpretando de uma língua de sinais para outra língua de sinais, fazendo interpretação interlingual. Assim, um intérprete surdo brasileiro tem a possibilidade de interpretar, por exemplo, de Libras para Sinais Internacionais e vice-versa ou trabalhar com a combinação Libras–Língua de Sinais Americana (ASL). Compreende-se que esse profissional possui mais facilidade para a realização de interpretações entre combinações linguísticas que envolvem sua primeira língua, a língua de sinais, uma modalidade linguística que exige grande percepção visual, bem como agilidade visual. Além disso, esse profissional poderá apresentar mais habilidade para lidar com elementos culturais e elementos linguísticos que fazem parte da cultura surda devido a sua grande vivência de experiências visuais não auditivas (CAMPELLO, 2014, p. 148).

A outra possibilidade apresentada pelos autores é a interpretação intralingual na língua de sinais, pois há casos de surdos que, durante a vida escolar, acabam auxiliando na compreensão de outros colegas que apresentam um nível linguístico limitado em Libras. Isso ocorre porque o aluno A tem um nível linguístico e compreende a interpretação realizada pelo ILS, por outro lado, o aluno B não compreende da mesma forma em razão de seu nível linguístico, assim, A auxilia B, fazendo uma nova interpretação.

⁷ É válido ressaltar que Campello tem vasta experiência em realizar interpretações e traduções interlinguais, intralinguais, intermodais e intramodais, no âmbito nacional e internacional.

Outro exemplo de interpretação intralingual é de Libras para língua de sinais tátil para surdocegos. Nesse caso, o surdo poderá observar uma interpretação que tem como língua de chegada a Libras e em seguida transmitir a mensagem para um surdocego. Ao realizar a interpretação, ele poderá atuar de forma espelhada, imitando os sinais do outro intérprete, ou poderá fazer adequações que achar pertinentes para o entendimento do cliente, observando o nível linguístico dele. É importante salientar que existem diferentes modos de sinalização para as pessoas surdocegas: enquanto com algumas o guia-intérprete se comunica utilizando Libras em campo reduzido, com outras deve empregar Libras tátil.

Além desses exemplos, é possível encontrar tradutores surdos atuando com a tradução propriamente dita de textos em uma língua escrita para a língua de sinais, por exemplo, de Português para Libras, podendo realizar traduções de editais e materiais didáticos.

2.3 A formação de intérpretes de língua de sinais e a preparação para atuar em contextos multilíngues

Uma pesquisa realizada pelo Fórum Europeu de Intérpretes de Língua de Sinais (CALLE, 2012) mediante aplicação de um questionário junto a 17 associações nacionais de intérpretes de língua de sinais dos países da Europa com o intuito de identificar se existe uma demanda por novas habilidades e perfis profissionais no campo da interpretação de língua de sinais no continente europeu em virtude da emergência de novas situações de trabalho, mudanças na comunidade surda, avanços tecnológicos e desenvolvimento da profissão do intérprete surdo, apontou para a necessidade de alguns países atualizarem os programas de treinamento desses profissionais, em função das práticas de interpretação encontradas em cada país. A seguir, comentamos alguns dos desafios apontados.

2.3.1 Desafios

Um dos aspectos levantados pela pesquisa foi a falta de treinamento formal para intérpretes surdos, já que sua atuação no mercado é cada vez mais visível e, sem uma titulação reconhecida, correm o risco de não receber um tratamento igualitário com relação aos demais colegas. Por outro lado, falta preparação dos intérpretes não surdos para trabalhar em equipes com intérpretes surdos.

Um outro aspecto apontado como deficitário de muitos países foi a falta de formação para trabalhar com uma terceira língua. Embora a ampla maioria dos participantes confirmasse a demanda por profissionais com esse perfil em seus respectivos países, o escasso reconhecimento dado no mercado para essa habilidade acaba desmotivando os profissionais a procurar formação complementar.

Ainda menos frequente nos países europeus é o treinamento para trabalhar em contextos internacionais, apesar da alta demanda por profissionais com esse perfil na maioria dos países participantes. Inclusive, a presença de pessoas surdas de diversos países nestes contextos tem aumentado a necessidade de interpretação entre línguas de sinais diferentes, entre línguas orais e de sinais e interpretação para surdocegos.

Outras demandas, como a formação em interpretação remota, a interpretação diferenciada para pessoas com implante coclear e a regulamentação e reconhecimento da profissão do intérprete surdo foram levantadas.

Maya de Wit (2010) faz uma discussão sobre atuação do intérprete de língua de sinais em contexto multilíngue e apresenta orientações sobre a atuação nesse tipo de contexto com base em sua extensa experiência profissional. Ela afirma que os intérpretes de línguas de sinais são treinados para trabalhar entre duas línguas e culturas e faz um alerta para os novos cenários para além de duas línguas de trabalho, que de Wit (2010) denomina “contextos internacionais multilíngues”. Assim, ela define esses contextos como contextos com línguas e culturas adicionais às duas nas quais o intérprete de língua de sinais foi treinado e que podem se dar em situações muito diversas, na comunidade local ou em outro país, mas todas elas incluindo o uso de mais de duas línguas e culturas (DE WIT, 2010, p. 227).

A teórica menciona que esse tipo de contexto apresenta mais desafios, tais como trabalhar com um nível de fluência inferior na língua apresentada na situação, maior demanda da capacidade de processamento cognitivo, ter que interpretar falantes não nativos da língua ou línguas em questão e aumento do número de línguas envolvidas (DE WIT, 2010, p. 227). Outro fator apontado por ela é que os treinamentos de intérpretes de língua de sinais costumam focar na interpretação de duas línguas apenas. De acordo com a autora, na Áustria e na Espanha existe a possibilidade de treinamento em mais de uma língua de sinais, mas cita Scholl (2008) para apontar a escassez de intérpretes capazes de trabalhar com o nível de proficiência necessário em três línguas (DE WIT, 2010, p. 230).

Para De Wit, um dos maiores desafios do intérprete que atua em contextos multilíngues é sensibilizar os clientes sobre as especificidades e a complexidade da

interpretação em contextos internacionais, já que, em última instância, o responsável pela qualidade da interpretação será o próprio intérprete, e convém evitar decepções decorrentes da situação. Por exemplo, é prudente avisar o cliente quando um dos palestrantes apresenta um sotaque marcado que poderá acarretar maiores dificuldades para a plateia e o intérprete acompanharem a palestra (DE WIT, 2010, p. 238), assim como também pode ocorrer de um palestrante surdo realizar sua intervenção em uma língua de sinais diferente da sua e que não domina completamente (DE WIT, 2010, p. 229). Também é frequente encontrar casos de alternância de código em contextos de conferências internacionais, como quando o palestrante inclui em seus *slides* citações em outras línguas. Nesses casos, pode ocorrer de o intérprete não dominar aquela língua e precisar recorrer rapidamente a estratégias compensatórias para apreender o que está sendo dito (DE WIT, 2010, p. 239).

Tendo em vista o contexto repleto de desafios, de Wit (2010, p. 240) declara que a interpretação em contextos internacionais multilíngues requer determinadas qualidades e estratégias, incluindo o domínio de línguas adicionais e de estratégias específicas da interação multilíngue, assim como conhecimento cultural e habilidade para realizar a interpretação dessa/s língua/s. Quando não é possível interpretar de uma língua, a estratégia utilizada é a interpretação *Relay* (também conhecida como interpretação de *Relais*, Indireta ou Retransmissão). Nesse caso, a pesquisadora aponta que

a mensagem de partida é interpretada pelo primeiro intérprete e, a partir dessa interpretação, o segundo intérprete a transmite em uma língua diferente. A segunda interpretação é, portanto, completamente dependente da primeira. Por esse motivo, o primeiro intérprete pode sentir uma responsabilidade adicional de ter que providenciar uma interpretação que seja compreensível e siga um ritmo adequado para que o segundo intérprete possa interpretá-la. (DE WIT, 2010, p. 233, tradução nossa⁸)

A autora ainda acrescenta que a interpretação em contextos multilíngues requer diversas qualidades do intérprete, como um alto grau de proficiência em uma segunda ou terceira língua, extensa experiência em interpretar e conhecimento sobre o assunto a ser interpretado (DE WIT, 2010, p. 235). Além disso, é preciso estudar e assimilar nessas línguas a terminologia específica da área de especialidade em questão.

⁸ Do inglês: [...] the source message is interpreted by the first interpreter and from this interpretation the second interpreter renders it into a different target language. The second interpretation is thus fully dependent on the first interpretation. The first interpreter might, therefore, feel an additional responsibility of having to provide an interpretation that is understandable to the second interpreter and delivered at a rate that can be interpreted from.

2.3.2 A formação de intérpretes na Espanha

Instigadas pela afirmação da autora, investigamos a situação da formação do ILS na Espanha, com o intuito de saber qual tipo de treinamento é oferecido a seus intérpretes. Pelo que foi possível constatar, no país, antes da regulamentação da profissão, a única entidade que capacitava os intérpretes de língua de sinais era a Confederação Estatal de Pessoas Surdas (CNSE), desde suas diversas associações e federações.

Com a regulamentação da profissão, em 1996, antes inclusive do reconhecimento da oficialidade das línguas de sinais pelo Estado Espanhol – hoje o Estado reconhece duas línguas de sinais, a Língua de Sinais Espanhola, desde 2007, e a Língua de Sinais Catalã, desde 2010, para o território da Catalunha –, foi criado o Título de Técnico Superior em Interpretação da Língua de Sinais⁹ (Carga horária de 2.000 horas), e foi estabelecido o currículo do Ciclo Formativo de Grado Superior (CFGS), que constituiria um grande avanço para os profissionais, os usuários e a sociedade (FILSE, 2016).

Hoje, o curso é ofertado em centros educacionais de diversas regiões do país e trabalha com a língua de sinais correspondente a cada região. Dentre os componentes curriculares, encontramos Língua Estrangeira: Inglês, Interpretação em Sinais Internacionais e Linguística aplicada às Línguas de Sinais, o que mostra uma preocupação pela formação de profissionais aptos para atuar em contextos multilíngues que envolvem línguas orais e línguas internacionais, dando prioridade, porém, às línguas mais produtivas como *línguas francas*: o inglês e os sinais internacionais.

Em 2008, surgiu o primeiro curso de graduação que incluiu formação em interpretação de língua de sinais. Trata-se do curso de Tradução e Interpretação da Universidade Pública Pompeu Fabra, de Barcelona¹⁰, que inclui a Língua Catalã de Sinais como uma das línguas a serem estudadas, no mesmo nível e quantidade de horas que as outras línguas orais estrangeiras. O estudante, além de estudar Espanhol e Catalão como línguas obrigatórias, deve escolher mais duas línguas desde/para as quais irá interpretar, podendo escolher entre a Língua de Sinais Catalã, Inglês, Francês ou Alemão. Porém, não lhe é ofertada nenhuma disciplina de outras línguas de sinais, nem de Sinais Internacionais. Um

⁹ Site do curso: <http://todofp.es/que-como-y-donde-estudiar/que-estudiar/familia/logse/servicios-socioculturales-comunidad/interpretacion-lengua-signos.html>.

¹⁰ Site do curso: <https://www.upf.edu/es/web/traduccio/traduccio-i-interpretacio>.

aspecto positivo é que inclui várias disciplinas de interpretação obrigatórias, com diversas combinações possíveis (Catalão-Espanhol, L1-L2, L1-L3), e uma cadeia de disciplinas optativas que compõem o perfil formativo de intérprete de Língua de Sinais Catalã, dentre as quais constam disciplinas como Interpretação de Conferências¹¹ e Linguística das Línguas de Sinais.

Ao contrário do que se esperava, com a renovação do Catálogo de Qualificações Profissionais que elevou o nível de formação do ILS para o grau superior, não se produziu uma proliferação de cursos de graduação; alguns foram criados, mas depois extintos. Outro problema foi a coexistência de cursos de formação em níveis diferentes, diante do qual a Federação Espanhola de Intérpretes de Línguas de Sinais e Guias-Intérpretes (2013, p. 5) expressou sua preocupação pelo fato de profissionais que desenvolvem as mesmas competências profissionais – independentemente das línguas de trabalho –, poderem ser formados em níveis educacionais não equivalentes.

Em 2014, o Governo espanhol substituiu a regulamentação do título de Técnico Superior em Interpretação de Língua de Sinais pelo título de Técnico Superior em Mediação Comunicacional, o que também causou a perplexidade da Federação, pois o curso técnico em Mediação Comunicacional, apesar de incluir conteúdos curriculares da língua de sinais e das técnicas básicas de mediação comunicacional, não foi desenhado para capacitar intérpretes e guias-intérpretes, formação que, insiste a Federação (2016), deve ser de nível universitário por requerer uma qualificação profissional superior.

Ao consultar o buscador de cursos universitários de 2019 de *El País*, apenas é possível identificar dois cursos de graduação que incluem a língua de sinais¹²: o curso de Tradução e Interpretação da Universidade Pública Pompeu Fabra, que, conforme já foi mencionado, é voltado para a formação de tradutores/intérpretes plurilíngues, podendo escolher a Língua de Sinais Catalã como uma das línguas de trabalho dentre outras línguas orais, e o curso Língua de Sinais Espanhola e Comunidade Surda¹³, ofertado na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Pública Rey Juan Carlos, de Madri. Esse curso oferece formação nas duas línguas de sinais oficiais da Espanha, ao incluir uma disciplina obrigatória de 3 créditos¹⁴ de Língua de Sinais Catalã, mesmo não sendo uma língua oficial da região de

¹¹ Porém, esta disciplina parece não estar sendo ministrada, pois não aparece na lista dos planos docentes: [https://gestioacademica.upf.edu/doa/consultaPublica/look\[conpub\]BuscarPubGuiaDocAs?entradaPublica=true&idiomaPais=es.ES&_centro=334&_estudio=3343&_anoAcademico=2019](https://gestioacademica.upf.edu/doa/consultaPublica/look[conpub]BuscarPubGuiaDocAs?entradaPublica=true&idiomaPais=es.ES&_centro=334&_estudio=3343&_anoAcademico=2019).

¹² A lista de cursos pode ser consultada no link: <https://elpais.com/especiales/universidades/titulaciones/>.

¹³ Site do curso: <https://www.urjc.es/estudios/grado/2000-lengua-de-signos-espanola-y-comunidad-sorda>.

¹⁴ Pelo sistema de créditos ECTS, cada crédito equivale a 25-30 horas de trabalho. O curso integraliza 240 créditos, a serem cursados em 4 anos.

Madri. Oferta também uma disciplina obrigatória de 3 créditos de Interpretação no Sistema Internacional e outra de 15 créditos de Guia-Interpretação para Pessoas Surdocegas, mostrando, também uma preocupação na formação de profissionais preparados para atuar em ambientes multilíngues com envolvimento de pessoas surdas e surdocegas.

É possível perceber que os dois cursos de graduação descritos preparam perfis de profissionais diferentes. O curso da Pompeu Fabra fornece uma formação sólida em tradução e interpretação em diversas modalidades linguísticas, o que possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências idôneas para trabalhar em contextos multilíngues, incluindo a Língua de Sinais Catalã como uma possibilidade de escolha linguística com a mesma carga horária que as demais. Porém, não há, nesse curso, nenhuma disciplina voltada para outra língua de sinais ou sinais internacionais nem para a guia-interpretação para pessoas surdocegas, e a disciplina de interpretação de conferências parece não estar sendo ofertada. Já a graduação da Rey Juan Carlos permite ao estudante se familiarizar, mesmo que superficialmente, com a Língua de Sinais Catalã e com os sinais internacionais, conhecimentos desejáveis para trabalhar em contextos multilíngues com envolvimento de pessoas surdas e surdocegas e para trabalhar em equipes formadas por intérpretes surdos e não surdos.

Por outro lado, de todos os cursos analisados, apenas o curso técnico em Mediação Comunicacional garante a acessibilidade universal¹⁵ para que as pessoas que o cursem desenvolvam as competências especificadas no currículo. Porém, conforme alerta a Federação (2016, p. 5-6), o perfil do profissional formado por esse curso e do público destinatário de seus serviços não são equivalentes aos do intérprete: enquanto o tradutor/intérprete presta serviços a pessoas surdas, surdocegas ou com deficiência auditiva competentes em uma das línguas de sinais do país e/ou que se desenvolvem com fluidez em um sistema de comunicação adaptado a suas características pessoais, mediando sua comunicação com pessoas usuárias de outras línguas, a função do mediador é promover a autonomia de pessoas surdas, surdocegas ou com deficiência auditiva que, podendo ou não ser usuárias de uma língua de sinais, apresentam uma competência insuficiente e precisam da aplicação de programas em seu ambiente familiar, educativo e social que as auxiliem a desenvolver as habilidades linguísticas necessárias para comunicar-se, relacionar-se e participar na sociedade.

¹⁵ Informação extraída do Real Decreto 831/2014, que estabelece o título e a formação mínima correspondente: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2014-10871>.

Essa distinção é importante para entender a necessidade de oferecer dois tipos de formação ao futuro profissional surdo: se ele desejar atuar como intérprete – interpretando entre línguas de sinais –, ele precisa ter a opção de cursar uma graduação, já que a titulação mínima exigida ao intérprete no país é de grau universitário. Mas, se ele quiser atuar como mediador, facilitando o desenvolvimento de pessoas surdas e surdocegas que enfrentam barreiras comunicacionais, por enquanto não é exigido título universitário, sendo suficiente uma formação de nível técnico.

A partir das observações realizadas, chama a atenção a falta de um curso de graduação em interpretação que contemple o perfil do estudante surdo, evidenciando uma situação de discriminação e desigualdade de oportunidades educacionais e profissionais.

2.3.3 A formação de intérpretes no Brasil

A formação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais – TILS¹⁶ em nível superior iniciou-se no Brasil no ano de 2008 com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A instituição foi pioneira ao fundar o Bacharelado em Letras/Libras na modalidade EaD, curso específico para formar esses profissionais. O curso iniciou-se com polos em vários estados brasileiros e serviu de modelo para outros cursos se fundarem. Dessa forma, nos anos seguintes, diversas instituições também passaram a ofertar curso de nível superior para formar TILS (LACERDA, 2010; QUADROS 2014; RODRIGUES; 2018).

A discussão desta seção tem por fundamento o que é exposto por Daiane Ferreira (2015), Carlos Henrique Rodrigues (2018), Juliana Guimarães Faria e Anabel Galán-Mañas (2018), Maya de Wit (2010) e em leis vigentes que tratam sobre tradução/interpretação de língua de sinais.

Ferreira (2015), em sua dissertação de mestrado, realizou um estudo comparativo de currículos de cursos de graduação para formar TILS no contexto brasileiro, verificando o que é contemplado na formação dos discentes desses cursos. A análise realizada pela pesquisadora foi referente aos cursos das instituições: UFSC, UFSCAR, UFES, UFRJ e UFRR, nas quais os cursos já estavam em funcionamento no momento da pesquisa. A UFG e a UFRGS, mesmo com seus cursos em funcionamento, não tiveram seus cursos analisados devido a modificações no PPP (Projeto Político Pedagógico), que não aconteceram em tempo

¹⁶ A expressão TILS será utilizada sempre em que houver referência à formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais em nível superior, pois, até o momento, a formação não é direcionada apenas à tradução ou à interpretação. Além disso, os autores utilizados para fundamentar essa discussão fazem uso desta expressão.

hábil para a coleta de dados da pesquisa. Metodologicamente, o estudo proposto por Ferreira (2015) tem natureza documental e bibliográfica.

A análise realizada por Ferreira (2015) identificou que há grande necessidade de realizar uma formação continuada com os TILS, uma vez que, mesmo havendo formação em nível superior, ainda apresenta um aspecto generalista. A autora ressalta que é necessário mudar a visão generalista a respeito desses profissionais, pois, em outras profissões, sempre há possibilidade de especializar-se em uma área, entretanto, o que tem ocorrido até o momento é que os TILS são “[...] faz tudo” (FERREIRA, 2015, p. 126).

Rodrigues (2018) apresenta um panorama da formação de intérpretes e tradutores de Libras–Português nas universidades federais brasileiras e propôs-se a analisar o currículo dos cursos da UFSC (modalidade EaD e presencial), da UFRJ, da UFG, da UFES, da UFRR, da UFSCar e da UFRGS para identificar os objetivos de formação e os conteúdos oferecidos. A partir da análise, Rodrigues (2018) identificou que os cursos para intérpretes e tradutores de Libras–Português em sua grande maioria dão destaque especial à atividade de interpretação em detrimento da atividade de tradução.

Além disso, Rodrigues (2018) aponta que em seus objetivos, os cursos apresentam diversas possibilidades de atuação aos egressos, embora a formação oferecida não atenda a isso, visto que é generalista. “Portanto, fica claro que a formação proposta, em todos os cursos, não tem como ir além da formação de um profissional generalista que, nesse caso, tem como foco central a tradução e a interpretação de Libras–Português” (RODRIGUES, 2018, p. 207).

O autor assevera que os currículos dos cursos necessitam atentar-se para a modalidade gestual-visual da Libras para que os discentes adquiram as habilidades e competências que são peculiares a esse tipo de modalidade de língua, pois o desenvolvimento da competência tradutória é que diferencia um profissional de um falante bilíngue.

As teóricas Faria e Galán-Mañas (2018) realizaram um estudo comparativo do curso de Letras: Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/Português da UFG e o curso de graduação em Tradução e Interpretação da Universidade Autônoma de Barcelona – UAB, curso para tradutores e intérpretes de língua oral. Metodologicamente, o estudo apresenta uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, considerando que as estudosas analisaram as disciplinas ofertadas a partir dos projetos de ambos os cursos. As autoras constataram que o curso de TILS da UFG é fortemente influenciado pela linguística e literatura, ao contrário do curso da UAB. Além disso, a

formação acontece de forma genérica, pois não há possibilidade de se especializar em determinada área. Outro fator marcante entre os dois cursos é a diferença entre a carga horária ao que se refere à formação prático-operativa, já que no curso da UAB corresponde a 60,5% da sua carga-horária, enquanto que na UFG, corresponde a apenas 36 % da formação.

Para a análise de currículos realizada para esta pesquisa, replicou-se a metodologia utilizada pelos referidos autores. A discussão aqui proposta sustenta-se ainda com base no Decreto nº 5.656/2005, que impulsionou a criação de cursos de nível superior para formar tais profissionais TILS, pois o Decreto aborda a formação, conforme se lê no Art. 17: “A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras–Língua Portuguesa”.

É necessário fazer destaque à Lei nº 12.319/2010, que reconhece a profissão do tradutor/intérprete de Libras e dispõe sobre a formação e sobre a competência esperada para a atuação: “Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2010, [s. p.]). A partir do exposto, nota-se que a própria legislação menciona o par linguístico Libras/Português, sem mencionar outras línguas adicionais, provavelmente devido à realidade vivenciada pela comunidade surda naquele período, no qual tais línguas solucionavam praticamente todos os problemas de comunicação, o que não é o caso atual.

Para finalizar esta seção trataremos brevemente sobre a formação de intérpretes surdos no Brasil. Como já vimos, a formação no âmbito brasileiro surgiu para propiciar o ensino formal de TILS para atender a demanda de comunicação entre surdos e demais pessoas que não têm domínio da língua de sinais, portanto, a formação é para interpretar Libras–Português. É importante ressaltar que nenhum dos cursos restringiu o ingresso apenas a ouvintes. Ferreira e Rodrigues (2019, p. 113) apoiados em Ferreira (2019), declaram que “[...] existem seis surdos que concluíram cursos de graduação que visam à formação de tradutores e de intérpretes intermodais ouvintes de Libras-Português, os quais são ofertados por universidades federais”. A afirmação dos autores revela que a formação existente pode contemplar aqueles surdos que almejam atuar com Libras e Português, mas não contempla discentes surdos que tenham interesse em atuar com um par de línguas de sinais, a exemplo de Libras–Sinais Internacionais. Mais adiante, na seção “Análise dos currículos dos cursos de graduação que formam tradutores/intérpretes de língua de sinais no Brasil”, faremos considerações que evidenciam esses aspectos.

No âmbito nacional não identificamos a existência de formação que contemple surdos que se interessam em atuar com Libras–Sinais Internacionais ou outras combinações envolvendo línguas de sinais.

3 A PESQUISA

Este capítulo é destinado à apresentação da metodologia adotada na realização desta pesquisa. Inicialmente serão apresentados os procedimentos metodológicos para, depois, analisar os dados coletados pelos diferentes instrumentos de pesquisa utilizados. Em seguida, será realizada uma discussão dos resultados.

3.1 Metodologia

De acordo com os tipos de pesquisa apresentados por Antonio Carlos Gil (2008, p. 28) este estudo parte de uma abordagem qualitativa e é uma pesquisa descritiva: “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Considerando o principal objetivo desta dissertação, que é descrever a atuação de intérpretes de língua de sinais em um contexto de conferência multilíngue, acreditamos ser importante colocar em evidência a formação desses profissionais no âmbito nacional. Dessa maneira, o primeiro passo da presente pesquisa foi uma análise documental e bibliográfica para levantarmos as temáticas abordadas pelos cursos de formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais nas instituições de ensino brasileiras. A análise consistiu em identificar a possível oferta de outras línguas de trabalho, além de Português e Libras. Também se observou se em algum momento a temática “atuação em contexto multilíngue” aparece.

Analisamos os currículos dos cursos de graduação para tradutor/intérprete de língua de sinais ofertados nas seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É válido mencionar que, além dos cursos mencionados, há também o curso da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que no período de nossa análise, 2018/2, ainda não estava em funcionamento.

Em seguida, tendo em vista o objetivo principal do estudo, realizou-se a observação da atuação dos intérpretes em um contexto de conferência multilíngue. Tal iniciativa parte da importância de observar uma situação real de interpretação, que oferece surpresas e grandes desafios, em detrimento de uma situação de interpretação em que o pesquisador

prepara os participantes antes da atuação. Portanto, a situação escolhida foi o “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa”, “2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras”, eventos nacionais que acontecem a cada dois anos, e o “*V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*”, evento que ocorre na América Latina. Os eventos aconteceram de forma integrada entre os dias 01/10/2018 e 05/10/2018, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis (SC).

O Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa e Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística têm garantido lugar de destaque na comunidade acadêmica interessada na temática. Acredita-se que a edição de 2018 ganhou ainda mais visibilidade com o *V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*, que, de acordo com site de divulgação dos eventos, tem por objetivo reunir estudantes e pesquisadores de línguas de sinais da América Latina para a promoção da troca de experiências acadêmicas visando o fortalecimento de intercâmbios entre os pesquisadores. O contexto escolhido é reconhecido por grande parte da comunidade surda brasileira, por surdos de outros países e também pelos pesquisadores que se interessam por pesquisas relacionadas às línguas de sinais.

Os eventos contaram com a participação de surdos de diversas localidades do Brasil e também dos países: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Portugal, Suécia e Uruguai, representando claramente uma situação de multilinguismo. Com a finalidade de garantir o direito linguístico aos participantes, o evento elegeu a Libras como língua oficial, garantindo interpretação simultânea para Português, Espanhol e Língua de Sinais Internacional. Na página de divulgação do evento, houve um informativo avisando que participantes que fizessem uso de outras línguas deveriam levar seus próprios intérpretes.

Cumprir relatar que, meses antes do evento, contatamos a comissão organizadora por e-mail para solicitar autorização para registrar o evento, por meio de vídeos, que seriam utilizados apenas para esta pesquisa. Entretanto, mesmo com as justificativas apresentadas, a comissão não permitiu a realização das filmagens, esclarecendo que em um momento posterior ao evento seriam disponibilizadas as filmagens oficiais na internet. Tendo em vista esse obstáculo, durante o momento do evento foi possível somente realizar observação, anotações e algumas fotografias. Em um momento posterior, foram disponibilizados os vídeos das palestras e tivemos acesso a eles. Entretanto, nas filmagens oficiais a maior parte do tempo está registrado apenas o palco onde as palestras ocorreram, apresentando o/s palestrantes/s e o intérprete ao lado dele/s e o áudio com a interpretação simultânea em

Português ou Espanhol; demais detalhes só puderam ser descritos a partir da observação presencial e pela análise de imagens produzidas pessoalmente durante o evento.

A partir dos dados em vídeo e da observação do evento, realizamos a análise descritiva dos seguintes aspectos:

- as línguas utilizadas entre uma palestra e outra;
- a disposição dos intérpretes de línguas de sinais;
- a disposição dos intérpretes de línguas orais;
- a divisão de trabalho entre os intérpretes;
- se houve revezamento;
- se foram pontuados aspectos que diferenciam a atuação nesse tipo de contexto

em relação à atuação em contextos bilíngues.

As questões que geraram dúvidas foram esclarecidas posteriormente junto ao coordenador da equipe de intérpretes. Uma vez finalizado o evento, aplicamos um questionário, via e-mail, por meio da plataforma de formulários da Google, aos intérpretes que atuaram no referido evento para sabermos: sua formação, tempo de atuação e experiência com esse tipo de contexto, com o intuito de compreender melhor o perfil desses profissionais. Além disso, procuramos saber suas impressões e opiniões referentes à atuação em contextos multilíngues. O questionário foi enviado para os intérpretes de Libras–Português, Libras–Sinais Internacionais e para os Guia-intérpretes. É necessário destacar que o questionário foi traduzido para Libras com a finalidade de possibilitar aos participantes surdos o acesso às questões em sua própria língua. Assim, no questionário em Português havia um *link* para ter acesso à tradução. O questionário foi enviado para 13 (treze) profissionais, entretanto, apenas 7 (sete) responderam. As respostas foram analisadas com base nos objetivos específicos desta pesquisa.

Por fim, foi realizada uma entrevista com o coordenador da equipe de intérpretes, que também desempenhou o papel de intérprete, para compreender melhor a organização da equipe e saber as impressões dele quanto à atuação em contexto multilíngue. Todos os participantes receberam esclarecimentos sobre a pesquisa e tiveram a identidade preservada.

Após coletar os dados, foram analisados por meio do sistema de triangulação. Assim, informações contidas nas respostas dos questionários aplicados, observação do contexto e informações obtidas na entrevista foram contrastadas com as teorias que fundamentam esta pesquisa.

É importante frisar que esta pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, pelo parecer nº 3.720.848, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAEE: 24692819.1.0000.5540. Os dados obtidos foram parametrizados e são apresentados no subitem 3.2.

3.2 Resultados

Nessa seção, serão apresentados os resultados de nossa pesquisa. Inicialmente será apresentada a análise dos cursos que formam tradutores/intérpretes de língua de sinais. Em seguida, os resultados obtidos a partir da observação do contexto multilíngue e, por fim, a análise dos questionários e da entrevista.

3.2.1 Análise dos currículos dos cursos de graduação que formam tradutores/intérpretes de língua de sinais no Brasil

A formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais iniciou-se a partir de cursos livres (FERREIRA, 2015; FARIA; GALÁN-MAÑAS, 2018; RODRIGUES, 2018), e foi se aprimorando e chegando até o nível superior, tendo a UFSC como iniciadora desse processo no ano de 2008 com a primeira turma de Bacharelado em Letras: Libras a Distância (FERREIRA, 2015; FARIA; GALÁN-MAÑAS, 2018; RODRIGUES, 2018). No ano de 2009, a referida instituição passou a ofertar o curso na modalidade presencial e manteve a oferta do curso a distância no mesmo ano. A partir de então, UFG, UFSCar, UFRJ, UFRGS, UFRR e UFES também passaram a oferecer formação para tradutores/intérpretes de língua de sinais, todas na modalidade presencial.

Conforme mencionado por Ferreira (2015), Faria e Galán-Mañas (2018) e Rodrigues (2018), o objetivo dos cursos de graduação para tradutores e intérpretes de língua de sinais ofertados por instituições de ensino superior públicas brasileiras é formar para a atuação com o par Libras–Português. Para que essa peculiaridade dos cursos seja mais bem compreendida, apresenta-se o quadro 2, produzido por Rodrigues (2018), contendo os objetivos dos cursos analisados:

Quadro 2 – Objetivo dos cursos brasileiros para formação do tradutor e intérprete de Libras – Português.

INSTITUIÇÃO	OBJETIVO
<p>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)</p>	<p>Letras Libras: Bacharelado (EaD) [...] objetiva produzir e divulgar conhecimento nas áreas de língua, literatura e cultura, buscando disponibilizar os meios que possam contribuir para a capacitação do futuro professor e do futuro bacharel, integrados à sociedade através da formação de profissionais competentes, críticos e criativos [...] de modo a exercer de maneira plena as atividades de professor, pesquisador, crítico literário, tradutor, intérprete, revisor de texto, roteirista, assessor cultural, lexicógrafo, entre outras, enfim, atividades de profissionais das letras inseridos nos atuais contextos promovidos pelo advento da globalização [...] [esse trecho se refere tanto ao bacharelado quanto à licenciatura]</p> <p>Letras Libras: Bacharelado [...] objetiva produzir e divulgar conhecimento nas áreas de língua, literatura e cultura, buscando disponibilizar os meios que possam contribuir para a capacitação do futuro professor e do futuro bacharel, integrados à sociedade através da formação de profissionais competentes, críticos e criativos [...] o bacharel poderá prestar serviços linguísticos de diferentes tipos como revisão e redação de textos, tradução e consultoria linguística, por exemplo.</p>
<p>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p>	<p>Letras Libras: Bacharelado [...] possui o objetivo específico de formar tradutores e intérpretes de LIBRAS-Português, com sólidos conhecimentos de teorias da área de Estudos da Tradução, Interpretação, Linguística e Literatura. [...] Este curso formará profissionais aptos para atuar como tradutor e intérprete de LIBRAS, em diferentes contextos, com foco na área da educação.</p>
<p>Universidade Federal de Goiás (UFG)</p>	<p>Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português: Bacharelado [...] destina-se à formação de tradutores e intérpretes de Libras para Português e vice-versa para atender às diversas demandas linguísticas existentes na esfera social. O bacharel deste curso poderá atuar, também, no desenvolvimento de pesquisas no campo da Linguística e da Tradução, bem como exercer funções que tenham como foco principal a linguagem em uso, especificamente no que diz respeito à tradução e interpretação de Libras para Português e vice-versa.</p>
<p>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)</p>	<p>Letras Libras: Bacharelado em Tradução e Interpretação [...] objetiva produzir e divulgar conhecimento nas áreas de língua, literatura, tradução e cultura. Os alunos receberão formação prático-teóricas no campo dos estudos da tradução e da interpretação de Língua Portuguesa Língua Brasileira de Sinais ou vice-versa. O bacharel em Letras-Libras poderá prestar serviços linguísticos de diferentes tipos, de tradução/interpretação de textos gerais, literários, jurídicos, econômicos, técnicos e científicos e em diferentes contextos de interpretação.</p>

Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Graduação em Letras/Libras: Bacharelado [...] pretende formar profissionais que sejam capazes de lidar com as linguagens nos contextos oral, sinalizado e escrito bem como tratar com a interculturalidade, construindo e propagando uma visão crítica da sociedade, considerando a formação de bacharéis que dominem a libras e a língua portuguesa bem como fatos relativos às culturas surda e ouvinte, de modo a exercerem de maneira plena as atividades de tradutor, intérprete, revisor de texto, roteirista entre outras atividades de profissionais das letras inseridos nos atuais contextos promovidos pelo advento da globalização [...]
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa O objetivo geral [...] é de formar profissionais com postura ética, crítica e reflexiva quanto ao seu papel e sua prática de atuação junto à comunidade surda. Os objetivos específicos do curso são: - capacitar profissionais tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa para lidar com as diferentes linguagens em circulação social em Libras e em Língua Portuguesa; - conscientizar os profissionais tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa sobre sua inserção na sociedade e nas relações com os outros; - capacitar profissionais tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa para atuarem nos diversos espaços sociais [...]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Bacharelado em Letras: Tradutor e Intérprete de Libras (Libras-Português e PortuguêsLibras) – linha de formação/ habilitação do Bacharelado em Letras [...] tem como objetivo formar profissionais capacitados para realizar traduções e versões de textos variados, além de oportunizar o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício da tradução [...] visando à formação de tradutores e intérpretes que tenham o domínio das línguas estudadas bem como de fatos relativos às suas culturas, de modo a exercer de maneira plena as atividades de intérprete, pesquisador, consultor linguístico , entre outras [...]

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2018).

No quadro elaborado por Rodrigues (2018, p. 206), nota-se que em diversos cursos se menciona claramente a preparação para a atuação em diversos contextos sociais (educacional, saúde, judiciário etc.) ou em diversos contextos de interpretação. Entretanto, não se menciona a possibilidade de atuação em contextos específicos de conferência nem em outros contextos em que a comunicação ocorre não somente por meio do par Português–Libras.

Conforme já mencionado neste trabalho, a Lei nº 12.319/2010, que reconhece a profissão do TILS, descreve as atribuições desse profissional:

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

- I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

- IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e
- V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010)

Entretanto, a referida lei não leva em consideração no rol de atuação descrito que surgem demandas de comunicação envolvendo pessoas surdas não apenas nas línguas de seu país, mas em outras línguas, especialmente espanhol e inglês. A ausência dessa previsão na legislação e nos currículos ocasiona entraves na atividade realizada pelos TILS, pois normalmente, quando as necessidades surgem, não há tantos profissionais com conhecimento linguístico e tradutório que possam ser considerados satisfatórios. Tais apontamentos evidenciam o distanciamento da legislação, que tem o papel de reconhecer a profissão e estabelecer as atribuições do TILS em relação ao contexto real de atuação desses profissionais, que tem se tornado cada vez mais diverso.

Em diversos contextos de conferência multilíngue, mesmo quando os intérpretes não apresentam competência suficiente para uma terceira língua de trabalho, há possibilidade de realizar a interpretação *Relay* (também chamada de interpretação *Relais*, Indireta ou Retransmissão), conforme apresentado por de Wit (2010) e Almeida-Silva e Russo (2014). Nesse formato de interpretação, o discurso realizado na língua A é interpretado para a língua B, em seguida, a informação que foi transmitida na língua B é interpretada para a língua C. Assim, quando há em determinado contexto usuários de Libras e os demais participantes se comunicam em inglês, português e espanhol, quando o TILS não domina as outras línguas de trabalho presentes na situação, a interpretação poderá seguir a dinâmica da interpretação indireta, realizando o TILS seu trabalho a partir do produto de uma primeira ou segunda interpretação.

Podemos apontar alguns exemplos de conferências com a presença de língua de sinais em que houve interpretação de *relay* (mesmo que de forma não predominante): a conferência “Rio+20 Desafios da Sustentabilidade”, promovida pela Organização das Nações Unidas e que ocorreu no ano de 2012; o “1º Encontro Nacional de Surdos e Surdas” que aconteceu em de 2015 na cidade de Goiânia (GO); e os eventos “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, 2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras e V *Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*”, que aconteceram simultaneamente no ano de 2018 em Florianópolis (SC), na Universidade Federal de Santa Catarina.

Em contraposição à realidade das conferências multilíngues, temos o campo educacional, uma realidade bastante distinta, pois não há possibilidade de haver interpretação

indireta sempre que o TILS tiver que trabalhar com uma língua na qual não possui competência. Nas aulas de línguas estrangeiras, a proficiência naquelas línguas torna-se requisito indispensável, mas também podemos mencionar situações em que o ato interpretativo exige conhecimentos mínimos de outras línguas, como nos cursos na área de Tecnologia da Informação, nos quais se utiliza com frequência termos em inglês. Isso é um fator complicador na atuação do profissional presente nesse tipo de contexto, pois a formação existente não amplia o horizonte dos egressos para esse tipo de situação, o que resulta em entraves na comunicação entre pessoas surdas e demais participantes do referido contexto.

Tendo em vista o problema existente, faz-se necessário apresentar uma experiência vivenciada pela autora deste trabalho em uma situação de interpretação em um contexto de nível superior de Tecnologia da Informação, em que os termos em inglês ofereciam grande dificuldade devido à falta de conhecimento para atuar com a língua estrangeira utilizada no contexto. Por isso, na tentativa de transmitir minimamente o que estava sendo dito, a intérprete recorreu em excesso à datilologia, ou seja, fez empréstimo linguístico do inglês para Libras utilizando o alfabeto manual. Em outras palavras, a intérprete utilizou o alfabeto manual da Libras para soletrar os termos em inglês (apenas os que conseguia com o apoio da apresentação de *slides* ou perguntando para o professor). A estratégia do empréstimo linguístico fez com que os termos em inglês permanecessem na língua de origem ao invés de interpretar para a língua alvo, comprometendo a compreensão do público alvo, nesse caso, o aluno surdo.

É importante destacar que, durante a atuação no referido curso, houve inúmeras tentativas de acesso prévio ao material, com a intenção de amenizar os problemas, mas, infelizmente, todas as tentativas foram infrutíferas. Ainda tratando sobre a experiência vivenciada pela pesquisadora, por diversas vezes, um professor levou as apresentações de *slides* totalmente em inglês para utilizar enquanto ministrava as aulas, mesmo sabendo da limitação da intérprete e de seu colega (pois atuavam em dupla).

Além da legislação concernente aos TILS, há também a Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS, fundada em 22 de setembro de 2008, que tem como papel apoiar e orientar a atuação dos TILS em diversos aspectos, como: postura profissional, direitos do profissional, orientações para prestação de serviços, dentre outros assuntos. Nesse sentido, emite diversos documentos e normativas como o Código de Conduta e Ética. O referido documento elaborado pela FEBRAPILS teve sua última alteração em 2014, e estabelece em seu Artigo 8º:

O TILS e o GI devem aceitar serviços de acordo com o seu nível de competência tradutória e com as circunstâncias e necessidades dos Solicitantes e Beneficiários, bem como:

I. Conhecer as necessidades específicas da situação de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.

II. Prestar informações ao Solicitante e/ou Beneficiário sobre sua atuação profissional.

III. Firmar contrato com o Solicitante, cumprindo as obrigações concernentes ao trabalho em questão.

Parágrafo Único. O TILS e o GI não aceitarão uma prestação de serviços a que não se julguem qualificados, contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação. (FEBRAPILS, 2014, p. 3)

Todavia, tal orientação só pode ser seguida em situações de trabalho *freelancer*, ou seja, para prestadores de serviço autônomos, pois os documentos emitidos pela FEBRAPILS não têm força de lei para ser aplicados em situações em que há uma legislação que rege o vínculo empregatício do prestador de serviço.

Dessa maneira, um profissional que atua como empregado de uma instituição privada de ensino superior e outro que tem vínculo efetivo com uma instituição pública de ensino superior, apesar de ter vínculos empregatícios distintos, ambos, mesmo sabendo que não possuem a competência necessária para aquele contexto multilíngue, não podem negar-se a atuar, haja vista que sua função na instituição é mediar a comunicação em todas as situações entre surdos e demais pessoas que não dominam a língua de sinais. Assim sendo, a postura de negação não será percebida pelo empregador como ato louvável pelo fato de o profissional reconhecer que não possui competência para tal função. Ao contrário, o empregador perceberá tal atitude como indisciplina e insubordinação do empregado em realizar as atividades para as quais foi contratado.

Apesar de já existir esses entraves na atuação dos TILS, a tendência é que isso cresça cada vez mais, em razão de mudanças ocorridas no cenário brasileiro no que diz respeito à educação, como a Lei de Cotas nº 13.409, vigente desde o ano de 2016, conforme apontam Faria e Galán-Mañas (2018), e o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem em Libras, que teve a primeira videoprova em Libras no ano de 2017.

Desde então, tem sido garantido aos surdos o acesso à prova em sua primeira língua, a língua de sinais, e o português como segunda língua. Além da prova, outras informações que são veiculadas sobre o exame, cartilhas informativas e o edital, também têm tradução para Libras. A iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, instituição responsável pelo Enem, ocorreu graças às lutas da comunidade surda brasileira que foi por diversas vezes ao Ministério da Educação – MEC e lutou judicialmente para que a solicitação fosse atendida e a ação efetivada.

Nesse contexto, a análise dos currículos dos cursos formadores de TILS torna-se essencial para identificar as possíveis melhorias, bem como pensar a prática do TILS em contextos multilíngues. Assim, apresentamos os resultados encontrados na análise dos currículos dos cursos. Inicialmente verificamos todas as disciplinas de conhecimento linguístico para identificar quantas e quais línguas são ministradas nesses cursos. Confirmou-se que Libras e Português são as línguas trabalhadas nos cursos e que somente em alguns deles menciona-se a oferta de alguma outra língua, mesmo que de modo optativo. A partir disso, com a intenção de apresentar os dados de modo mais didático, foi produzido o quadro 3, dividido em quatro colunas: na primeira coluna consta a instituição que oferta o curso; na segunda coluna a primeira língua (L1), que em todos os casos foi a Língua Portuguesa, pressupondo que os ingressantes são fluentes nessa língua (FARIA; GALÁN-MANÃS, 2018); na terceira coluna, elencou-se a segunda língua (L2), que neste contexto foi a Libras, considerando que os ingressantes não têm por que ter domínio dessa língua. Nessa categoria também se encaixaram os discentes do curso Letras/Libras Bacharelado EaD da UFSC, em que os ingressantes necessitam ter conhecimento de Libras. Além disso, devido ao objetivo deste trabalho, acrescentou-se a categoria de terceira língua (L3) para categorizar as possíveis disciplinas de conhecimento linguístico além de Português ou Libras. Após a análise, os dados encontrados foram dispostos no quadro 3:

Quadro 3 – Disciplinas de ensino de língua ofertadas por cada curso.

INSTITUIÇÃO	L1	L2	L3
UFSC (presencial)	Português 216 h	Libras 720 h	Sinais Internacionais 72 h (OPTATIVA)
UFSC (EaD)	Não citado	Libras 648h	Não citado
UFRGS	Português (leitura e escrita acadêmica I e II 120 h)	Libras 780 h	Sinais Internacionais ¹⁷ 60 h (OPTATIVA)

¹⁷ Sinais Internacionais, de acordo com Granado (2018) é resultado do contato de línguas de sinais em contextos internacionais de comunicação, desse modo não é considerado uma língua propriamente dita e surge da necessidade de comunicação nesses contextos. A autora acrescenta: “No Brasil, adotamos o termo “Sinais Internacionais”, em português, amplamente utilizado pela comunidade surda. Sinais Internacionais não é considerado como uma língua oficialmente, pois ele não tem uma comunidade de origem definida. Mesmo assim, serve como uma espécie de língua franca equidistante em eventos e encontros internacionais de surdos e é convencional para os membros da WFD” (GRANADO, 2018, p. 212).

UFG	Português 192 h	Libras 384 h	Não menciona oferta de outra língua.
UFSCar	Português (leitura e escrita acadêmica I, II, III e IV 240 h)	Libras 450 h	Disciplina Teórica: Outras línguas de sinais 30 h (OBRIGATÓRIA)
UFRR	Português (Leitura e produção de textos na língua portuguesa 60 h)	Libras 300h	Não menciona oferta de outra língua.
UFES	Português (Leitura e produção de textos 60h)	Libras (Libras e Produção Literária 60 h)	Não menciona oferta de outra língua.
UFRJ	Português (Produção textual em português 60h)	Libras 630 h (menciona-se ainda a disciplina de Libras acadêmica descrita como apenas teórica com carga horária de 30h)	Não menciona oferta de outra língua.

Fonte: Elaboração própria.

A partir das informações contidas no quadro 3, observamos que a oferta de L3 ocorre apenas nos seguintes cursos: UFSC (presencial); UFRGS e UFSCar. Todavia, é importante destacar que essa oferta não ocorre como parte integrante do currículo do curso. No que diz respeito à habilidade linguística esperada para os egressos do curso, essa oferta se dá de forma optativa (nos casos da UFSC presencial e da UFRGS) e com carga horária significativamente inferior à carga horária das línguas de trabalho do curso. Tal configuração curricular, conseqüentemente, não permitirá que os egressos tenham competência para interpretar de/para a L3 que escolherem. É importante destacar que há disparidade na oferta de disciplinas dentro dos dois cursos da UFSC, pois o curso presencial oferece como L3 Sinais Internacionais com uma carga horária de 72 h e, por outro lado, no currículo do curso EaD não é mencionada a oferta dessa disciplina nem de outras disciplinas optativas. Isso demonstra que não há uma previsão de os discentes cursarem nenhuma disciplina de conhecimento de língua que não tenha relação com o par linguístico do curso. A UFRGS disponibiliza também a disciplina de Sinais Internacionais, porém, com uma carga horária de 60 h e também de forma optativa. A UFSCar disponibiliza a disciplina obrigatória: Outras línguas de sinais (que é descrita no currículo como disciplina teórica). Consideramos que

essa disciplina traz um diferencial importante com relação aos outros cursos, todavia, não parece haver disciplinas de cunho prático que permitam aos discentes adquirir competência em alguma dessas línguas.

Já nas demais instituições, UFG, UFRR, UFES e UFRJ, constam disciplinas optativas ou, no caso da UFG, disciplinas de núcleo livre, dando ao discente a liberdade de escolher a disciplina que desejar cursar. Isso quer dizer que, mesmo que tenha oferta de uma disciplina optativa de Francês, não significa necessariamente que o aluno do curso de Bacharelado em Letras/Libras cursará essa disciplina; o aluno, assim, poderá cursar qualquer disciplina que não tenha relação com conhecimento de língua.

Além disso, apesar de não ser o objetivo deste trabalho, nota-se claramente no quadro 3 que existe diferença significativa na carga horária entre as línguas oferecidas como par linguístico. Presumimos que existe o entendimento de que os ingressantes nos cursos já tenham conhecimento e competência linguística suficiente na L1, devido ao fato de o curso ter surgido para atender a uma demanda de formação para tradutores e intérpretes ouvintes, logo, usuários de Português e que, portanto, não necessitam de uma carga horária tão intensa de aprendizagem dessa língua. É importante acrescentar que nesta pesquisa a verificação foi apenas dos currículos, para constatar as disciplinas ofertadas, dessa maneira, não houve análise das ementas das disciplinas para ter uma ideia dos conteúdos abordados e das bibliografias utilizadas nos cursos.

Mais adiante, após discutir os resultados obtidos mediante os outros instrumentos de coleta, discutiremos nossas propostas para que os cursos de graduação que o desejarem possam contemplar uma melhor preparação para atuar em contextos de conferências multilíngues.

3.2.2 Observação da atuação em contexto de conferência multilíngue

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos da observação dos eventos: “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa”, “2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras” e “*V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*”, ocorridos simultaneamente entre os dias 01/10/2018 e 05/10/2018 na UFSC, em Florianópolis (SC).

De acordo com o site oficial, o “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa” teve a seguinte temática:

Este evento tratará sobre a tradução e interpretação de Libras e Português analisada sob diferentes perspectivas do processo, a saber, elementos como: aspectos intermodais, aspectos interculturais, aspectos interlinguísticos e aspectos intersemióticos. Todas essas perspectivas geram impactos nos processos de tradução e de interpretação. Compreender as diferentes demandas ocorridas nesses processos possibilita ao tradutor e ao intérprete gerenciar melhor as tomadas de decisões. (UFSC, 2018)

Quanto à proposta do “2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras” e do “V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas”, foi apresentada da seguinte maneira: “O tema central deste Congresso será ‘Estudos Linguísticos da Libras’ que incrementa este espaço para que todos os pesquisadores dos estudos das línguas de sinais, em especial, da língua brasileira de sinais, compartilhem os resultados de suas pesquisas” (UFSC, 2018). Já o V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas objetivou:

reunir estudantes e pesquisadores de línguas de sinais da América Latina, com ênfase no intercâmbio entre os países da América do Sul. Atualmente, a interação entre os pesquisadores de línguas de sinais na América Latina precisa ser fortalecida por meio de intercâmbios mais substanciais entre os pesquisadores. Isso poderá propiciar também uma troca mais efetiva de experiências acadêmicas entre professores, pesquisadores e alunos. (UFSC, 2018)

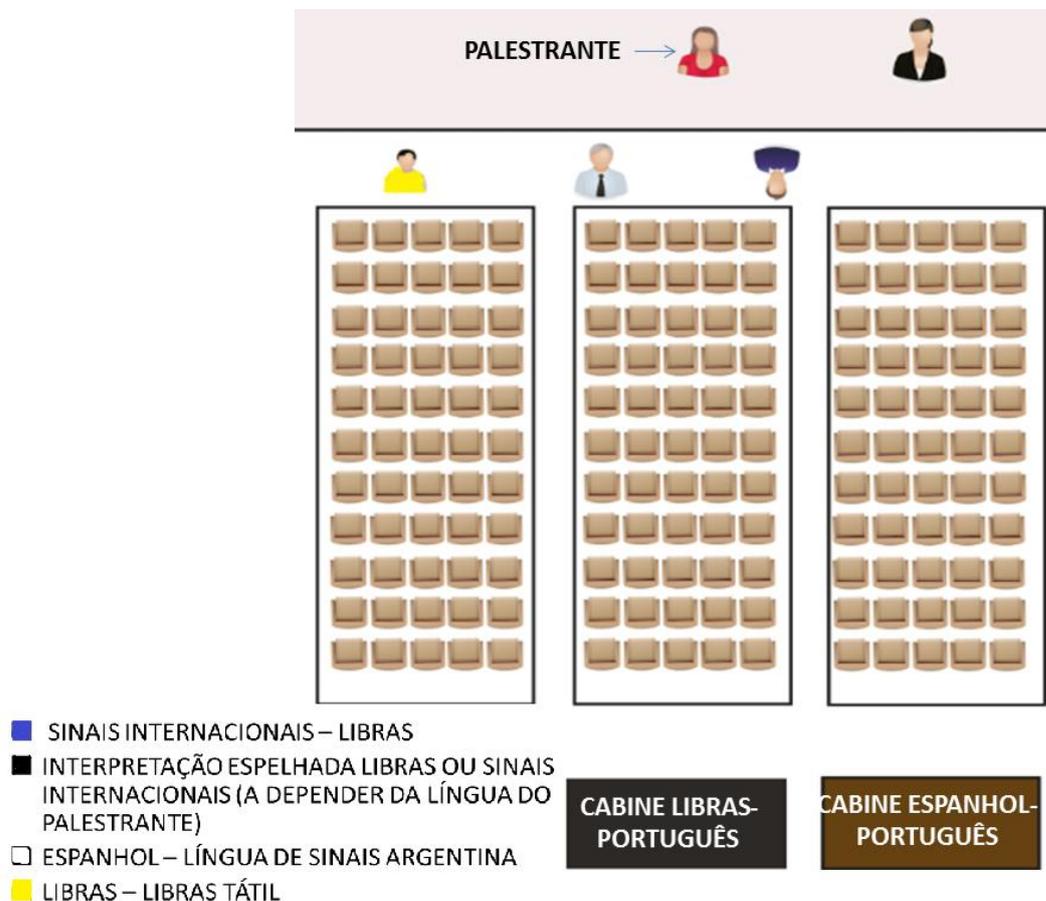
A comissão organizadora comunicou no site que a língua oficial do evento seria a Libras (LSB) e que haveria interpretação simultânea para Português (LP), Espanhol (ES) e Sinais Internacionais (SI). Já nos casos em que os participantes utilizassem línguas de sinais de países latinos, deveriam levar seus próprios intérpretes para interpretação de sua língua para o Espanhol; em seguida os intérpretes do evento interpretariam para Português e, na sequência, para Libras. Tal informação pode ser considerada uma boa iniciativa para manter o público informado antes de efetuar a inscrição nos eventos, de maneira que pudessem organizar-se antecipadamente.

Assim, a partir de nossa observação, notou-se que as interpretações das quais se encarregaram os participantes inscritos no evento foram:

- Libras (LSB) – Libras Tátil (LSBT)
- Espanhol (ES) – Língua de sinais argentina (LSA)
- Também foi possível notar que em algumas palestras havia um intérprete de Espanhol – Língua de sinais colombiana (LSC) e nos foi informado que houve interpretação Espanhol – Língua de sinais chilena (LSCH).

A figura 1 mostra o posicionamento dos respectivos intérpretes no local.

Figura 1 – Layout do espaço do evento e a localização dos intérpretes



Fonte: Elaboração própria.

É necessário esclarecer que o local definido na imagem como sendo para interpretação espelhada Libras ou Sinais internacionais não permaneceu dessa forma durante todo o tempo, pois, devido à frequente alternância de códigos linguísticos, esse espaço foi ocupado também por ILS que fazia interpretação direta Espanhol–Libras. Portanto, a imagem tem como finalidade apresentar apenas uma visão geral dos espaços ocupados pelas subequipes de interpretação, mais do que definir as direções das interpretações, que exporemos mais adiante neste trabalho.

Além disso, logo no início do evento, o mestre de cerimônias reforçou o aviso (figura 2) informando em Libras (com interpretação para as línguas mencionadas acima) aos participantes que quem necessitasse de interpretação Libras–Português ou Português–Espanhol devia pegar fones de ouvido antes de entrar no auditório, pois a interpretação não seria transmitida para todos os participantes, mas apenas ao público interessado.

As imagens a seguir, referentes a momentos do evento, foram produzidas a partir de materiais de domínio público disponibilizados no canal do *YouTube*, onde foram divulgadas as filmagens de todo o evento.

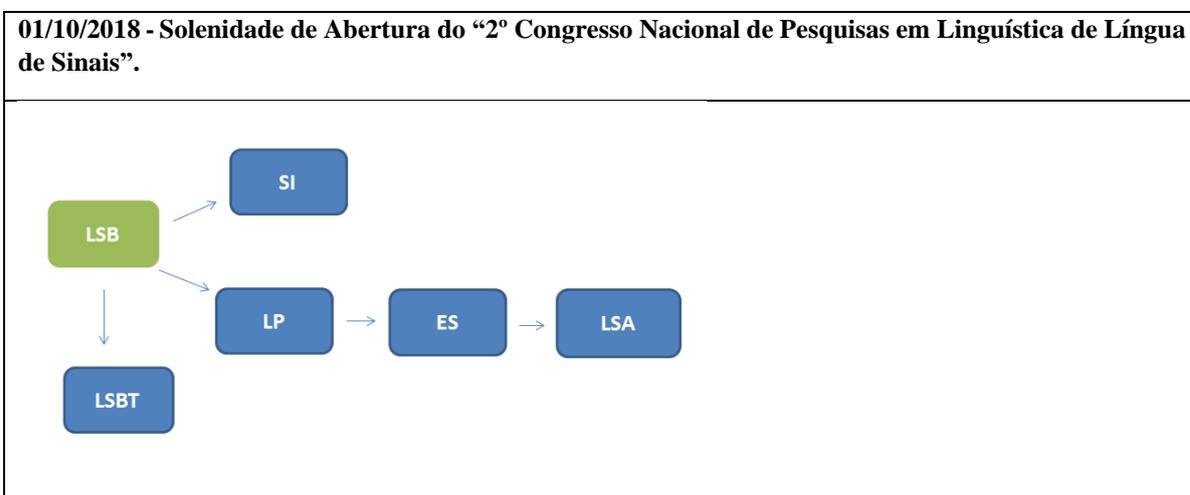
Figura 2 – Mestre de cerimônias conduzindo o evento em Libras.



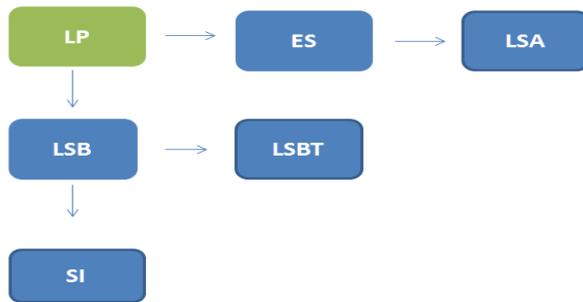
Fonte: Elaboração própria.

Nesse primeiro momento, apresentaremos as direções de interpretação do contexto observado. É válido destacar que, como a programação foi bastante extensa, havendo repetição das direções das interpretações, optamos por selecionar alguns momentos para relatar, evitando repetições desnecessárias. Dessa forma, será apresentada a data, o tema da palestra, da conferência ou comunicação, se for o caso. E no quadro 4 são apresentados esquemas constando a língua de partida e a/as língua/s de chegada.

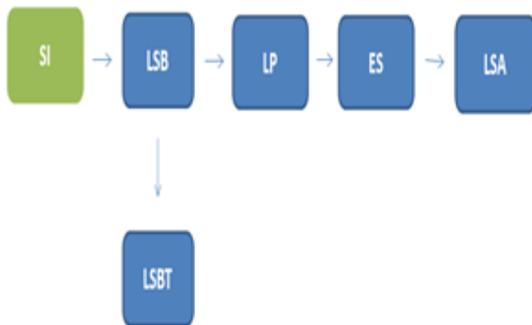
Quadro 4 – Línguas das palestras.



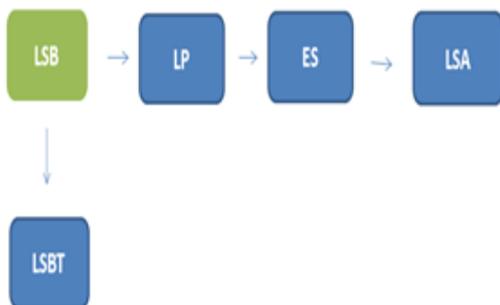
Em alguns momentos houve falas em Português na solenidade de abertura. Nesse caso, a interpretação teve a seguinte direção:



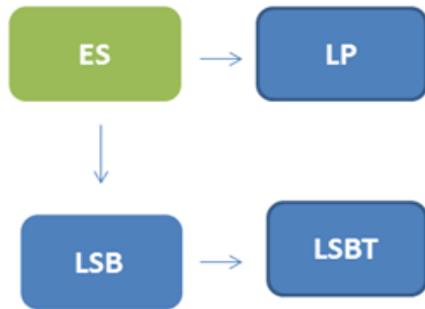
01/10/2018 - Conferência de Abertura: "O uso do espaço de sinalização nas línguas de sinais tácteis - ação construída co-formada". Conferencista: Johanna Mesch - *Stockholm University* (Suécia).



02/10/2018 Palestra 1: "Terminologia e Linguística de Corpus em Libras". Palestrante: Marianne Rossi Stumpf - Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/SC - Brasil).

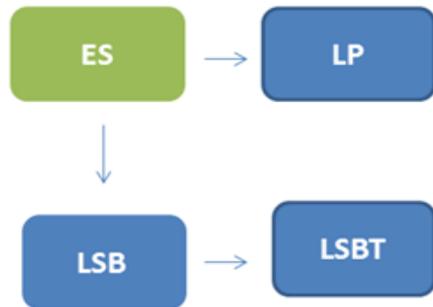


02/10/2018 Comunicação: ¿Cómo se organiza el discurso narrativo en lengua de señas chilena? Fabiola Otárola Cornejo - Pontificia Universidad Católica de Chile, Martín Álvarez- Universidad de Chile, Natalia Ortiz - Escuela para Niños y Jóvenes Sordos Santiago Apóstol.



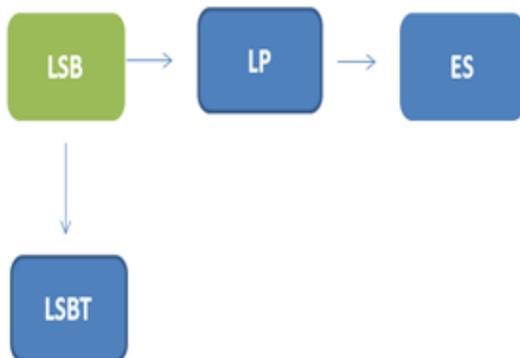
Nesse caso, houve uma apresentação bilíngue, ou seja, a mesma comunicação foi apresentada simultaneamente em língua de sinais chilena e em espanhol. Assim, a interpretação ocorreu a partir do ES. Este é um exemplo de interpretação direta do ES para a LP e para a LSB.

02/10/2018 Comunicação: Recursos lingüísticos en narraciones de experiencia personal realizadas en LSCH. Fabiola Otárola Cornejo - Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Andrea Pérez Cuello - Ministerio de Educación de Chile, Paula Ortuzar - Instituto de la Sordera.



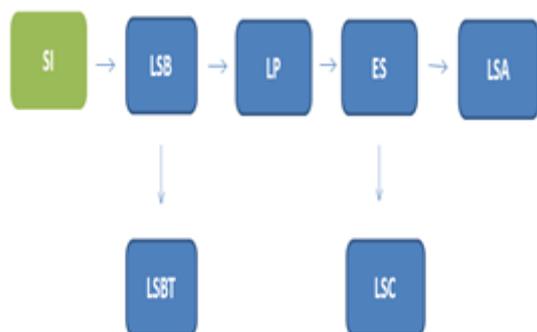
Nesse outro caso, também houve uma apresentação bilíngue. E a interpretação partiu do ES.

02/10/2018 Comunicação: Avaliação da recepção leitora em vídeos em língua de sinais visualizados em diferentes velocidades. Thiago Ramos de Albuquerque – UFPE, Williane Virgínia Holanda de Souza – UFPE.



A língua de partida foi a LSB com interpretação direta para as demais línguas.

02/10/2018 Palestra 2: "Mudança de perspectiva nas línguas de sinais: estrutura, aprendizagem de L2 e ensino" Palestrante: Christian Rathmann - *University of Berlin* (Alemanha).



Fonte: Elaboração própria.

A partir do exposto no quadro 4, podemos evidenciar que a interpretação dos eventos não ocorreu de forma predominantemente indireta, pois, nos momentos em que o discurso ocorreu em ES, a interpretação para Libras e para Português dava-se de maneira direta. Entretanto, os intérpretes de LSA frequentemente faziam interpretação indireta por já estar no final da cadeia de comunicação.

Outro aspecto importante de ser destacado é a frequente alternância de código linguístico durante uma conferência e outra. Isso exige grande organização da equipe de interpretação para evitar confusões e transtornos ao público que participa, pois, caso isso ocorresse, resultaria em problemas na comunicação, interrupções etc. Observamos que a equipe atuou de forma coordenada e essas questões resolviam-se rapidamente.

É importante destacar que a equipe de guia-intérpretes que trabalhou com o par LSB–LSBT foi composta por profissionais surdos e ouvintes. Então, quando a mediação era feita por um surdo, ele observava o produto da interpretação para LSB e em seguida o transmitia em LSBT; por outro lado, os ouvintes partiam do Português para LSBT.

A questão da direcionalidade foi abordada com a finalidade de apresentar possibilidades de definir a ordem de interpretação em uma situação multilíngue. No caso descrito, a língua oficial foi a Libras, por isso, o quadro 4 apresenta algumas direcionalidades partindo dessa língua, mas, em outros momentos em que os interlocutores apresentaram seu discurso em outras línguas, a cadeia de interpretação seguiu outra ordem. Em outras situações de interpretação outras direcionalidades poderiam ser propostas, pois entendemos que a

quantidade de línguas, as modalidades e a quantidade de intervenções/pronunciamentos que serão feitos nessas línguas afetarão diretamente a direcionalidade da interpretação, bem como a disposição dos profissionais no espaço, a quantidade de profissionais para interpretar as línguas e a logística do evento como um todo.

É interessante observar que os Sinais Internacionais não serviram em nenhum dos momentos analisados como língua de enlace: sempre foi ou língua de partida – como é o caso do palestrante alemão da última imagem – ou língua de chegada para usuários de línguas de sinais que não tinham serviços de interpretação para sua língua (ou que preferiram a interpretação direta para Sinais Internacionais ao invés de receber uma interpretação indireta). Quando houve interpretação *relay*, as línguas que serviram como intermediárias foram a Libras e línguas orais, como o Português e o Espanhol, havendo casos em que se formaram longas cadeias de interpretação indireta.

Outro fator observado é que a interpretação ocorria em função da demanda do público, ou seja, se não havia público que necessitava da interpretação em SI, ela não ocorria, por isso a falta de algumas línguas no quadro 4.

Trataremos agora da descrição dos fatos que se assemelham à atuação de intérpretes em conferências bilíngues LSB–LP. O primeiro ponto a ser destacado do contexto observado foi a atuação em equipe. De acordo com Nogueira (2016) e Guarinello (2017), esse formato de trabalho é recomendado em situações de grandes demandas físicas e cognitivas. Por esse motivo, atualmente tem crescido a atuação em equipes nos contextos de conferências, sejam bilíngues ou multilíngues.

No evento observado, os fatores destacados a seguir justificaram a necessidade de a interpretação ter sido em equipe: tempo de duração dos congressos (incluindo palestras, mesas e comunicações), a quantidade de participantes e o fato de que, por tratar-se de uma situação de grande diversidade linguística, aumentasse a demanda cognitiva e física dos profissionais, tornando indispensável a atuação em equipe.

Além dos teóricos que fundamentam a nossa discussão sobre interpretação em equipe, atualmente, a FEBRAPILS tem orientado os profissionais por meio de documentos disponibilizados em seu site. Um desses documentos, a Nota Técnica nº 02/2017, trata sobre a atuação em equipe e indica as situações que necessitam dela, reiterando a importância desse formato de trabalho, tendo como finalidade a qualidade do serviço prestado e também a saúde dos profissionais.

A partir do que é estabelecido pela nota técnica, podemos afirmar que a comissão organizadora do evento cumpriu o papel de garantir as devidas condições de trabalho aos intérpretes que atuaram. De fato, enquanto um intérprete realizava a interpretação, o outro servia como apoio, oferecendo o suporte necessário ao colega, conforme pode ser visualizado na figura 3, e a interpretação era dividida em turnos de 20 a 30 minutos, tempo recomendado para evitar a extenuação do profissional.

Figura 3 – Enquanto a intérprete da esquerda está interpretando de frente para a palestrante, a intérprete a seu lado serve como apoio.



Fonte: Elaboração própria.

Acrescenta-se que na situação observada, por tratar-se de interpretação de conferências, a equipe de intérpretes teve a cautela de seguir os critérios descritos no Código de Ética dos Tradutores Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, apresentando vestimenta e postura adequadas a um contexto de conferência. Outro aspecto a destacar sobre a atuação dos profissionais dos eventos citados foi a colaboração, envolvimento e atenção entre os membros da equipe. Se observarmos um contexto em que a interpretação ocorre apenas entre línguas orais, veremos que a atenção do intérprete estará principalmente voltada para o que está sendo dito, pois, mesmo sem ver o que está acontecendo no palco do auditório, o intérprete receberá a transmissão por meio dos fones de ouvido. Já no caso de uma interpretação que tem como língua de partida uma língua de sinais e como língua de chegada uma língua oral, ou uma língua de sinais para outra língua de sinais, exigirá atenção redobrada do intérprete, pois um piscar de olhos pode fazê-lo perder muitas informações que

poderiam ser importantes. A atuação em equipe contribui também para esses detalhes que parecem mínimos e, por vezes, considerados sem importância.

Conforme foi apontado, os documentos da FEBRAPILS são fundamentais para a categoria, entretanto, possuem apenas caráter orientativo. Por não terem força de lei, ou seja, por não terem caráter punitivo, não garantem que, caso determinado cliente ignore o que é veiculado na Nota Técnica, lhe seja imposta uma sanção penal ou cível. Conforme já mencionamos na fundamentação teórica deste trabalho, Nogueira (2016) afirma que a realidade de muitos profissionais está distante do que seria ideal. Sabemos que ainda há profissionais que atuam longas horas de trabalho, comprometendo sua saúde física e mental, acarretando, obviamente, perda de qualidade no produto da interpretação.

Apesar das semelhanças com a interpretação LP-LSB, o contexto multilíngue apresenta a peculiaridade de ter que lidar com uma maior diversidade linguística e com o desafio de realizar a interpretação de maneira indireta, isto é, uma interpretação a partir do resultado de outra interpretação (ALMEIDA-SILVA; RUSSO, 2014). De Wit (2010), ao tratar sobre a interpretação de línguas de sinais em contextos internacionais, menciona que esse tipo de contexto aumenta os desafios para o intérprete.

Desafios adicionais nesses tipos de situações são: (a) o nível de fluência do intérprete nas línguas presentes na situação, (b) aumento das demandas sobre a capacidade de processamento cognitivo do intérprete, (c) interpretação para falantes não nativos de uma ou várias das línguas em questão, (d) o número de línguas envolvidas. (DE WIT, 2010, p. 227, tradução nossa¹⁸)

Durante a observação do evento, foi possível constatar essa afirmação, pois a necessidade de aguardar a interpretação de língua A para língua B para, posteriormente, realizar a interpretação para a língua C gera uma grande demanda de processamento cognitivo para criar uma linearidade, uma conexão e contextualização das ideias para realizar uma nova interpretação. A autora pondera que o processo de captar uma mensagem de uma língua fonte para uma língua alvo é complexo e acrescenta que, em um contexto internacional multilíngue, a complexidade é ainda maior, exigindo mais esforço para a realização da tarefa. Além disso, ela acrescenta que o intérprete tem que lidar com sotaques desconhecidos e expressões faciais e corporais que não se utilizam na língua nativa do local, o que agrega mais desafios ao profissional que atua nesse tipo de situação.

¹⁸ Do inglês: “Additional challenges in such situations include: (a) the interpreter’s level of fluency in the languages present in the situation; (b) increased demands on the interpreter’s cognitive processing capacity; (c) interpreting for non-native speakers of one or more of the languages; and (d) the number of languages involved”.

Conforme foi comentado, algo peculiar à interpretação simultânea é o curto espaço de tempo para a realização da tarefa, já que o intérprete vai à zaga do palestrante com uma diferença temporal de uma fração de segundo até alguns segundos. A/s língua/s adicional/is de um contexto multilíngue contribuem para o aumento significativo de demanda cognitiva e, quando a interpretação acontece de maneira indireta, ou seja, a partir de uma interpretação prévia, a defasagem temporal aumenta consideravelmente, podendo ocorrer mais ruídos e hesitações na reestruturação do discurso na língua de chegada.

Tendo em vista as especificidades, desafios e grandes demandas no contexto multilíngue, De Wit (2010), tomando por base Seleskovich (1978), elenca algumas habilidades que entende ser necessárias para a esse tipo de atuação:

Interpretar em contextos multilíngues requer várias qualidades do intérprete, como um grau elevado de proficiência na segunda ou terceira língua, anos de experiência em interpretação e conhecimento sobre o assunto em questão. Além do mais, o intérprete precisa estudar e coletar terminologia e tópicos relevantes previamente ao trabalho de interpretação. (DE WIT, 2010, p. 235, tradução nossa¹⁹)

A ponderação da autora vai ao encontro daquilo que é necessário a todo profissional intérprete. Porém, quando observamos a realidade da formação de intérpretes de línguas de sinais no Brasil, notamos que para contextos especializados ela é escassa, e essa escassez e limitação estende-se no que diz respeito à formação para atuar com mais de duas línguas, independentemente da modalidade.

Outro fator importante nos contextos multilíngues de interpretação no Brasil é a presença do intérprete surdo, que tem sido mais habitual do que em contextos bilíngues, nos quais é mais comum ver o surdo enquanto usuário/cliente da interpretação.

No evento observado, os intérpretes surdos atuaram na interpretação de SI-LSB ou vice-versa (a depender da língua do palestrante), e acontecia como espelhamento da seguinte maneira: palestrante no palco do auditório realizando seu discurso em SI; logo abaixo, no auditório, um intérprete surdo observava o palestrante e realizava a interpretação em LSB; em cima do palco, outro intérprete surdo que estava ao lado do palestrante espelhava o discurso em LSB para a recepção do público, conforme a figura 4.

¹⁹ Do inglês: “Interpreting in multilingual settings demands several qualities in the interpreter, such as a degree of proficiency in the second or third language, years of interpreting experience, and knowledge of the subject matter. In addition the interpreter must study and acquire relevant terminology and topics prior to the interpreting assignments”.

Figura 4 – Intérpretes surdos realizando interpretação espelhada.



Fonte: Elaboração própria.

Conforme ilustram as figuras 5, 6 e 7, a palestra também era interpretada em Português e Espanhol pelos intérpretes que estavam nas cabines (à direita LSB–LP e, à esquerda, ES–LP), ao fundo do auditório, para que as pessoas interessadas pudessem acompanhar a palestra pelos fones de ouvido.

Figura 5 – Cabines de interpretação para Português e Espanhol.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 6 – Pessoas na plateia escutam a interpretação pelo fone de ouvido.



Fonte: Elaboração própria.

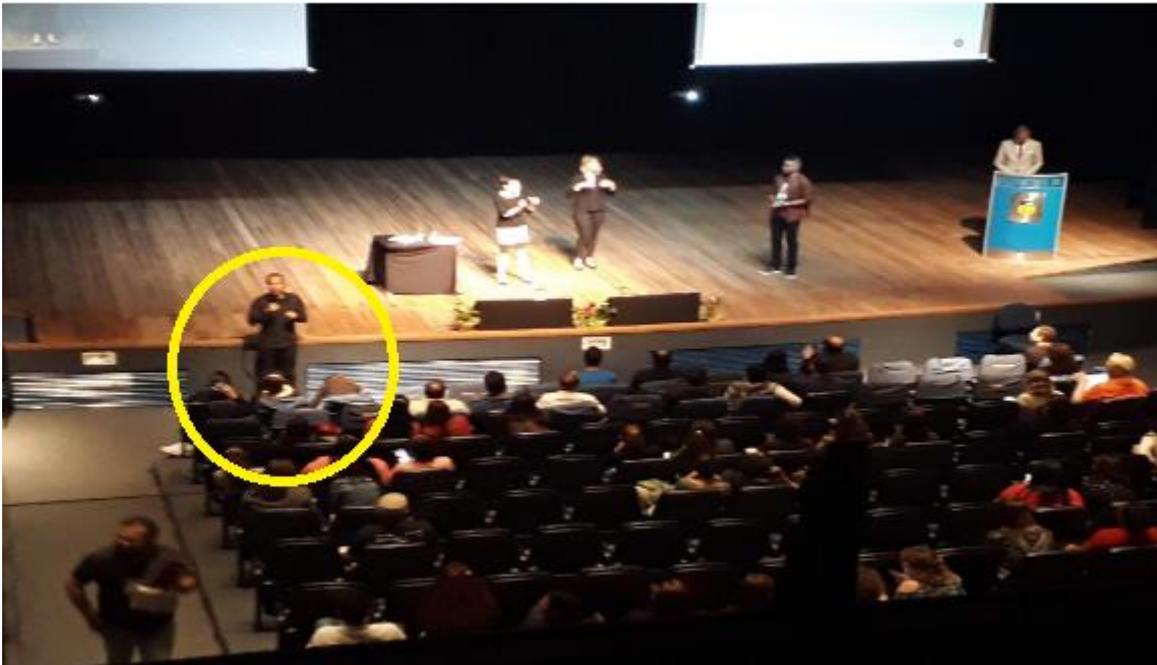
Figura 7 – Integrante da mesa utilizando fone de ouvido para compreender a mensagem por meio de língua oral.



Fonte: Acervo pessoal.

Enquanto isso, em outro lado do auditório, estavam os intérpretes de ES–LSA e de ES–LSC ouvindo a mensagem pelos fones de ouvido e transmitindo a interpretação para seu público, conforme vemos nas figuras 8 e 9.

Figura 8 – Intérprete de Língua gestual argentina.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 9 – Intérprete de língua de sinais colombiana.



Fonte: Elaboração própria.

Outro fator importante para garantir o acesso à informação durante o evento foi o retorno de vídeo em língua de sinais para quem estava na mesa (FIG 10) e por meio dos telões para a plateia.

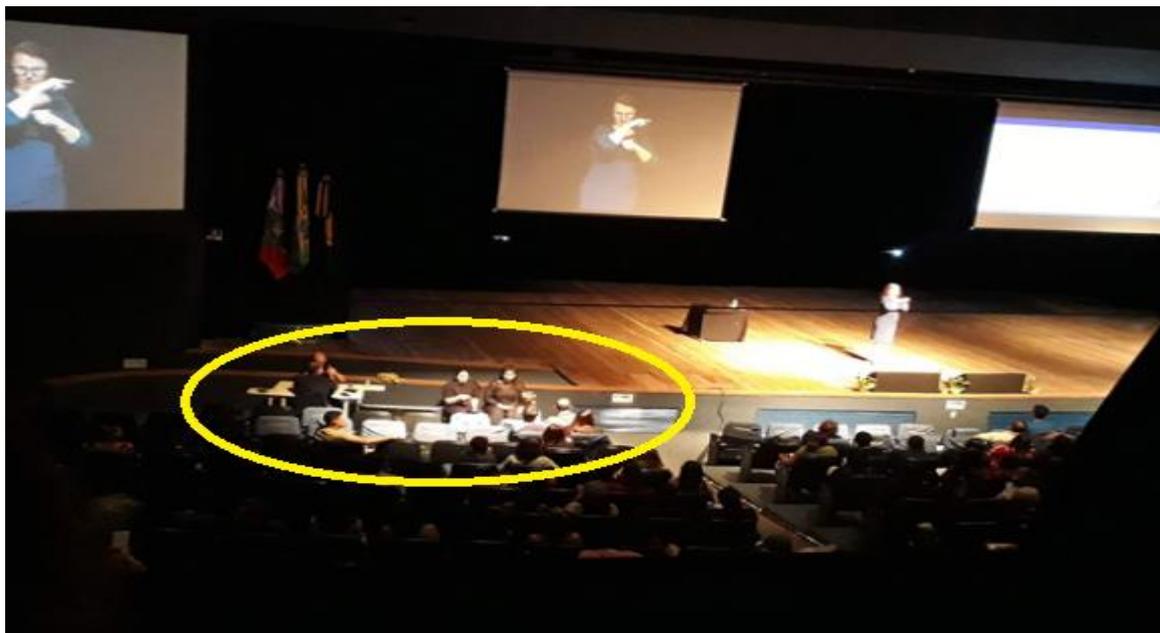
Figura 10 – Integrante da mesa direciona o olhar para o monitor.



Fonte: Elaboração própria.

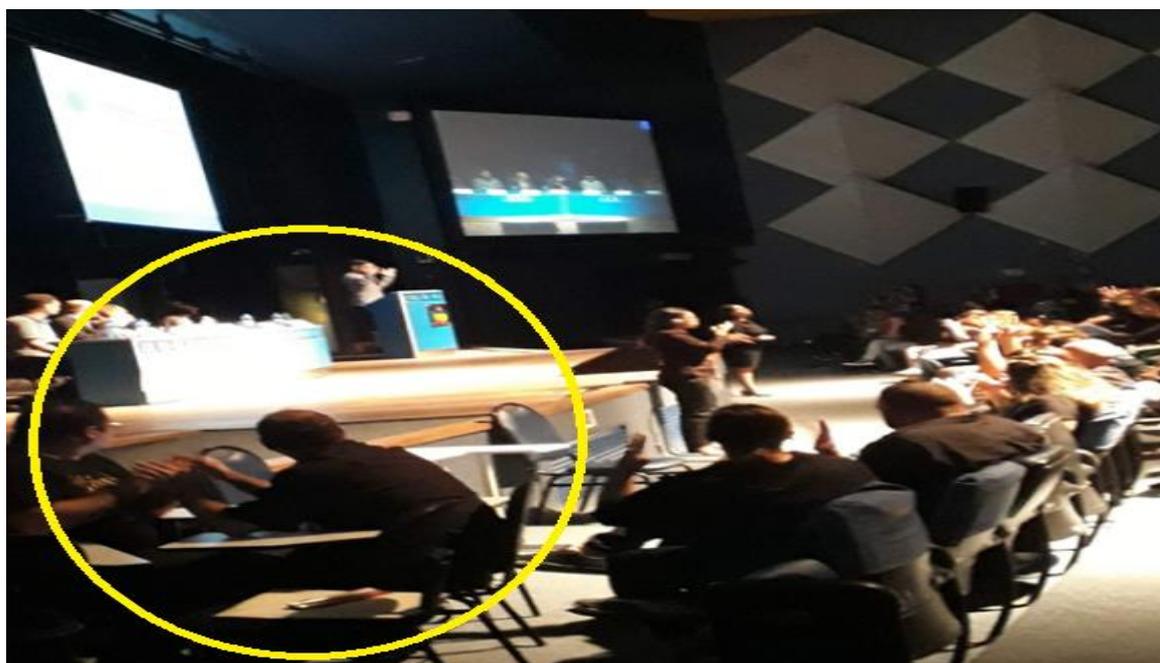
Nesse íterim, na primeira fila do auditório, próximo ao palco, havia pessoas surdocegas ou com baixa visão que recebiam interpretação em Libras Tátil, produzida de forma indireta/direta, a depender da língua da palestra. Nas figuras 11 e 12, os discursos foram em Libras, portanto, a interpretação foi direta LSB–LSBT.

Figura 11 – Guia-intérpretes em atuação.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 12 – Guia-intérprete atuando.



Fonte: Elaboração própria.

Algo que pôde ser notado no contexto observado foi que, por diversas vezes, os palestrantes faziam pausas para conferir se o intérprete estava acompanhando o discurso e até mesmo para dar-lhe tempo para finalizar determinado trecho do discurso. Isso pode ser notado figuras 13 e 14:

Figura 13 – Palestrante 1 pausa o discurso e aguarda revezamento dos intérpretes.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 14 – Palestrante 2 pausa o discurso e aguarda revezamento dos intérpretes.



Fonte: Acervo pessoal.

Tais comportamentos não costumam ocorrer no caso de interpretação entre línguas orais, já que, em grande parte das situações, o profissional está localizado em um espaço diferente do palestrante, na cabine de interpretação, fora de seu espaço visual e auditivo, o que não lhe permite perceber as possíveis hesitações, pausas e intercorrências da

interpretação. E cumpre salientar que muitos palestrantes, em outro tipo de eventos com uma maioria ouvinte (que não está familiarizada com o serviço de interpretação), o tempo da troca tampouco é respeitado, provavelmente por falta de conhecimento do palestrante. Considera-se que, pelo fato de os palestrantes, intérpretes e participantes do evento observado integrarem um nicho de interesses em comum, a postura adotada pelas palestrantes das figuras 13 e 14 pode ter a ver com o fato de elas saberem lidar com a presença de intérpretes de língua de sinais.

Nas figuras 13 e 14, também é possível notar a mudança da localização da intérprete. Enquanto na figura 1²⁰ os intérpretes estavam à esquerda, próximos a uma mesa onde a palestrante se direcionava para tomar água, na figura 14, em outra palestra, percebe-se que o intérprete aparece à direita. A mudança de localização ocorreu para que nem intérpretes nem palestrantes fossem atrapalhados durante suas atividades. Tal fato mostra o quanto é importante pensar no local onde o intérprete ficará para evitar transtornos durante o transcurso da interpretação. É ideal que, antes de qualquer interpretação, o ILS oriente a plateia sobre sua localização e de seu público. Isso facilitará a interpretação, evitando problemas de compreensão, pois se tratando de língua de sinais, qualquer interferência visual na frente de quem está proferindo um discurso ou mesmo fazendo a interpretação poderá causar prejuízos na informação a ser transmitida.

Uma peculiaridade marcante da situação de conferência descrita neste trabalho é a presença de pessoas surdas como conferencistas, palestrantes e comunicadoras. Esse diferencial traz à tona diversas discussões e embates enfrentados pela comunidade surda que, por inúmeras vezes, não pôde expressar-se e teve seu lugar tomado, usurpado. Acreditamos que eventos como esses necessitam ser registrados para dar visibilidade à participação dos sujeitos surdos, já que muita gente ainda desconhece que as pessoas surdas apenas diferem das demais por sua forma de expressar-se, e que têm os mesmos direitos e garantias dos outros cidadãos. Assim, entendemos que o formato como ocorreu esse evento, as escolhas do público ministrante das palestras, a liberdade de comunicação e expressão garantida, tornou-o acessível para surdos, surdocegos e ouvintes. Dessa maneira, além de ser um espaço de grande relevância para o campo científico, no que se refere a pesquisas, o contexto descrito neste trabalho servirá como base para outros eventos como exemplo de respeito à diversidade linguística e sensorial.

²⁰ Ver página 59.

Outro elemento que merece destaque é a organização estrutural do espaço onde o evento foi realizado. As conferências, palestras ou comunicações foram realizadas no palco do auditório de modo que ficasse visível ao público, entretanto, houve o cuidado de filmar e projetar o discurso que era proferido, em telões, para que de qualquer ângulo do auditório os participantes pudessem visualizar o que estava sendo dito. Acreditamos que aspectos organizacionais referentes à estrutura do espaço, iluminação e logística dos profissionais que interpretam devem ser pontos cruciais de um evento, especialmente quando estamos falando de um contexto onde a comunicação ocorre predominantemente em línguas de sinais.

3.2.3 Entrevista junto ao coordenador da equipe de intérpretes

Conforme mencionado na metodologia, aplicamos um questionário via e-mail aos intérpretes que atuaram no referido evento para sabermos sobre sua formação, tempo de atuação e experiência com interpretação de conferências, com o intuito de compreender melhor o perfil desses profissionais. Além disso, procuramos saber suas impressões e opiniões referentes à atuação em contextos multilíngues.

Também foi realizada uma entrevista com o coordenador da equipe de intérpretes do referido evento para constatar os critérios de seleção dos intérpretes, aspectos organizacionais e questionamentos sobre a atuação, pois, além de coordenar a equipe, ele também atuou e participou de todos os momentos (antes, durante e pós-evento). Assim, no primeiro momento, apresentaremos os resultados obtidos com base na entrevista.

A partir da entrevista concedida para esta pesquisa, o coordenador da equipe de intérpretes afirmou que um dos critérios de contratação dos profissionais foi que fossem intérpretes com experiência em contexto de conferência. Além disso, ele menciona que tentou manter um quantitativo igual de homens e mulheres, desse modo, a equipe de intérpretes Libras–Português foi composta por 8 profissionais, sendo 4 homes e 4 mulheres (o entrevistado não relatou a quantidade de participantes dos demais pares linguísticos porque havia profissionais contratados e também voluntários).

Outro critério foi a competência em interpretar diretamente Espanhol–Libras. Desse modo, dentre os 8 profissionais, havia uma mulher e um homem com essa competência, para os casos em que houvesse necessidade. A seleção dos profissionais considerou, ainda, a presença de intérpretes de diferentes regiões do Brasil. Portanto, havia intérpretes do Sul, Sudeste e do Nordeste. Tal fator foi considerado devido à participação de palestrantes de

diversas regiões brasileiras. Assim, dentro do critério regiões, priorizou-se a contratação de intérpretes que fossem de estados distintos. Esse critério justifica-se pela variação linguística existente e também pela familiaridade com as pesquisas dos palestrantes das respectivas regiões e estados, pois os profissionais já têm grande experiência com eventos da região.

Ao ser questionado sobre as estratégias de interpretação em um contexto multilíngue, o entrevistado mencionou que existem estratégias diferentes, devido à diversidade linguística. A diferença apareceu inicialmente nos materiais para estudo, que são em mais línguas, pois nem todos eram em Português ou Libras. Muitos materiais estavam em Inglês e Espanhol. Desse modo, os intérpretes que conseguiam ler Inglês eram escalados para atuar com sinais internacionais. Praticamente todos os intérpretes de Libras–Português tinham essa habilidade e alguns tinham habilidade para ler em Espanhol. Houve um grande cuidado ao organizar a equipe de intérpretes, pois havia intérpretes de outras línguas atuando.

Na parte de atuação, observou-se a língua do palestrante para definir as direções das interpretações, já em um evento bilíngue Libras–Português, por não apresentar a diversidade linguística que ocorre em um evento multilíngue, essa preocupação não existe. Mas no evento em questão havia Sinais Internacionais, Espanhol, Língua de Sinais Argentina, Língua de Sinais Colombiana e Língua de Sinais Chilena. Assim, era necessário pensar nas direções das interpretações. A coordenação da equipe já tinha ciência dessas direções previamente e definiu que, sempre que houvesse uma palestra, por exemplo, em LSA, a interpretação partiria dessa língua de sinais para o Espanhol e em seguida seria interpretada para Libras, com a finalidade de reduzir a quantidade de interpretações indiretas. Quando a palestra era em Sinais Internacionais, havia interpretação para Libras e depois para Português e Espanhol.

É válido ressaltar que, antes de iniciar o evento, todos os profissionais se prepararam para a atuação. De acordo com o coordenador, a preparação dos intérpretes acontecia de forma individual, sendo definida por cada intérprete a forma de se preparar. Além disso, havia a preparação de forma coletiva com todos os intérpretes. Desse modo, como o evento iniciava na segunda-feira, no domingo foi realizada uma reunião com todos os intérpretes e guia-intérpretes que fossem atuar. Os profissionais se dividiam em subequipes para estudar e esclarecer dúvidas pontuais sobre o material de cada palestra, mas isso ocorria de forma muito rápida, pois, antes disso, já havia sido feito o estudo individual. Esse momento servia para definir possíveis questionamentos e dúvidas da equipe de interpretação que seriam levadas aos palestrantes, pois a dúvida de algum dos colegas poderia ser sanada ali mesmo e tornava-se desnecessário levar aos palestrantes. Antes de cada turno (matutino e vespertino),

eram realizadas reuniões para ajustar detalhes do trabalho e em casos especiais de algum problema ocorrido ou algum comunicado para a equipe também se realizava reunião ao final do dia de trabalho para alinhar algo.

Outro ponto importante sobre a preparação é que os profissionais, na medida do possível, podiam se reunir com os palestrantes, considerando que os que iam atuar no vespertino reuniam-se com os palestrantes no matutino e quem atuava no matutino conversava com os palestrantes na véspera. No caso das comunicações, não havia possibilidade de fazer isso com todas, pois eram muitas e havia pouco tempo para isso durante o evento. Era a partir do estudo prévio que os próprios intérpretes avaliavam a necessidade de conversar com o comunicador, então, apenas em casos muito específicos havia conversa com os comunicadores. Devido ao tempo de duração de cada comunicação, que era de aproximadamente 20 minutos, cada dupla de intérpretes ficava responsável por interpretar uma, evitando a troca excessiva em períodos curtos de 10 minutos. Já no caso das palestras, com duração maior, os intérpretes se revezavam em turnos de 20 minutos.

Conforme apontado pelo entrevistado, em razão da diversidade linguística do evento, já no momento da preparação e nas conversas com os palestrantes havia interação entre as línguas, pois, nesses momentos, os profissionais se dividiam geralmente em trios e muitas vezes havia interpretação, até nos momentos de conversa e reunião de equipe, caso os intérpretes não compreendessem determinada língua. Muitas vezes o palestrante que falava em Sinais Internacionais era interpretado para Libras e um dos colegas transmitia a mensagem em Espanhol para os intérpretes de língua de sinais argentina. Assim, havia alternância de línguas nesses momentos.

Quando questionado sobre os desafios de atuar em um evento multilíngue, o participante pontuou que muitas questões são previstas antes de o evento iniciar para prevenir alguma eventualidade, já que desde a organização prévia deve saber-se em quais momentos determinadas línguas aparecerão, ou seja, é preciso definir as direções das interpretações. Segundo ele, no evento existiu todo esse cuidado para evitar sobreposição de línguas, e as cabines também foram pensadas tendo isso em mente. Apesar disso, ele aponta que uma dificuldade enfrentada pelo evento foi o recurso financeiro, o que impactou na impossibilidade de se ter uma equipe maior de intérpretes, em especial os de Sinais Internacionais. Devido a isso, esses intérpretes atuaram mais nas conferências e não puderam estar em todas as comunicações.

Outro fator importante considerado no momento que antecede o evento é a organização do espaço e aspectos logísticos. O coordenador da equipe declarou que o local estabelecido para os intérpretes foi discutido com a organização do evento e a equipe de cerimonial. Por ser um evento grande, com a presença de diversos equipamentos como *data show* para projeção, microfones, vídeos, houve muitos detalhes do palco que precisaram ser organizados com bastante antecedência. Assim, existiu um diálogo entre a coordenação de intérpretes, organização do evento e cerimonial. Houve pequenas alterações no decorrer do evento, por exemplo, o local do intérprete no palco e o local dos palestrantes, que se inverteram para que, na hora do revezamento, os intérpretes não esbarrassem na mesa de apoio dos palestrantes. Segundo o coordenador, apesar da organização prévia, a equipe de interpretação teve autonomia para fazer alguma modificação, caso verificasse a necessidade. Antes de o evento começar, foram realizados testes de iluminação, de câmera, observando-se as marcações feitas no piso do palco para ver se tudo estava correto. Entretanto, ele pondera que às vezes pode acontecer de o palestrante ficar na localização errada e naquele exato momento não ter como avisar ou modificar o esquema.

Mesmo com toda a preparação, houve alguns fatores que influenciaram negativamente o trabalho dos profissionais. O coordenador afirmou que no início do evento houve problemas técnicos com a iluminação no palco; o ângulo das luzes não ficou como desejado, pois a coordenação de intérpretes havia solicitado que os intérpretes fossem iluminados de cima e não de frente, pois a direção da luz afetaria a compreensão do público que necessitava ver e compreender o que estava sendo dito e também afetaria negativamente a compreensão dos intérpretes da cabine que interpretavam o par LSB–LP, mas, felizmente, após um tempo o problema foi resolvido.

O coordenador alegou que a projeção da filmagem nos telões que serviam para transmitir as palestras para o público e para os intérpretes Libras–Português na cabine gerou dificuldades para os profissionais, uma vez que em diversos momentos houve cortes na transmissão. Isso aconteceu porque os servidores e bolsistas da universidade que prestaram o serviço não estavam habituados a lidar com eventos em língua de sinais, apenas com eventos em línguas orais, cuja comunicação não depende tanto da visão. Em determinados momentos, a projeção dos telões tinha a imagem do auditório e não do palco, o que era o necessário naquele momento, então, a alternância das câmeras também se apresentou como um problema. Além disso, faltou qualidade na imagem feita pela câmera. Nesse sentido,

podemos observar que os problemas que aconteceram durante os eventos foram de ordem técnica.

Considerando-se que o coordenador é professor universitário e tem uma vasta experiência em interpretação nos mais diversos contextos, especialmente em contexto de conferências, questionamos a possibilidade de a formação de intérpretes abordar a atuação em contextos multilíngues, e ele respondeu:

Sim. Acredito que é interessante porque em conferência tem crescido cada vez mais o contato com outras línguas. Um intérprete hoje que só sabe libras e português fica muito limitado em muitas situações. Saber mais línguas é uma demanda de mercado. Também é importante que o intérprete compreenda o processo de interpretação em que ele recebe o produto de uma primeira interpretação, então, são coisas que precisam ser discutidas, sim, na formação. Hoje eu acho que isso não é trabalhado de forma efetiva. É necessário que o intérprete saiba se preparar para uma interpretação ao receber o material em língua estrangeira. (informação verbal²¹)

Quando questionado sobre um ponto positivo da atuação no evento em questão, o entrevistado afirmou que foi o contato com intérpretes de diferentes línguas, pois considera isso como um ganho imenso para todos os profissionais e uma experiência interessante, uma vez que, para alguns profissionais que atuaram, foi novidade atuar nesse tipo de evento e foi proveitoso para trocar experiências com os demais.

3.2.4 Questionários junto aos intérpretes do evento

Nesta seção apresentaremos uma análise das respostas obtidas no questionário aplicado aos intérpretes que trabalharam no evento. As perguntas e as respectivas respostas podem ser consultadas no Apêndice A.

Apesar de nosso trabalho discutir com mais especificidade a atuação dos ILS, também enviamos o questionário para os intérpretes surdos que atuaram com Sinais Internacionais e também para os guia-intérpretes, com a finalidade de enriquecer os dados aqui apresentados. Dos participantes do questionário, quatro (04) são ILS, sendo três (03) mulheres e um (01) homem; tivemos um (01) participante surdo, intérprete de SI-LSB; e dois (02) guia-intérpretes homens. É perceptível que os participantes que responderam ao questionário apresentam diferentes perfis, todavia, tal fator não é relevante para esta pesquisa, pois o foco foi analisar as práticas de interpretação no evento como um todo.

²¹ Entrevista concedida em conversa mantida por videoconferência com o coordenador em (02/01/2020, Goiânia).

O questionário apresentava dez (10) questões dissertativas, às quais os participantes poderiam responder de forma livre. Obtivemos a resposta de sete (07) participantes. A aplicação do questionário consistiu em identificar a formação dos profissionais que atuaram no evento, se tinham formação superior ou não. Procuramos investigar o tempo de experiência desses profissionais, bem como as impressões deles sobre a atuação no contexto em análise.

Apesar de a formação em nível superior para ILS existir no Brasil há aproximadamente doze (12) anos com a oferta do primeiro curso na UFSC e, em seguida, outras instituições (LACERDA, 2010; QUADROS 2014; RODRIGUES; 2018), apenas um dos participantes da pesquisa possui Bacharelado em Letras/Libras. Os demais participantes apresentam uma formação diversificada.

Esse dado evidencia o que é apontado na literatura (FERREIRA, 2015; FARIA; GALÁN-MAÑAS, 2018; RODRIGUES, 2018) de que formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais iniciou-se a partir de cursos livres, pois, mesmo com a existência de cursos de formação em nível superior, os sujeitos desta pesquisa iniciaram suas carreiras de ILS tendo formação em outras áreas. Outro ponto importante apresentado em nossa fundamentação teórica, com base em Nogueira (2016, p. 76), é que a atuação de muitos ILS surge do trabalho voluntário. Dessa maneira, considerando o tempo de experiência dos sujeitos da pesquisa (mínimo 4 anos e máximo 20 anos), é possível afirmar que boa parte deles iniciou suas atividades nesse cenário, onde a formação superior para TILS era inexistente. Assim, enveredaram por outras áreas de formação.

Ainda sobre a experiência, a partir das respostas obtidas, constatamos que a organização preferiu intérpretes com longa experiência no mercado de interpretação de línguas de sinais, pois a maioria atua na área há dez anos ou mais (apenas o participante 7 atua há 4 anos). Além disso, 6 dos 7 participantes possuem formação em nível superior, e registra-se uma tendência a uma formação contínua, havendo vários graduados, um mestrando e um doutorando. Um dos participantes não indicou o nível educacional, apenas disse ter formação como guia-intérprete, provavelmente por meio de cursos de capacitação ofertados por associações, já que, como vimos, os cursos de graduação existentes no país ainda não incluem formação para esse tipo de atuação. Podemos notar que poucos intérpretes possuem graduação na área de Letras, sendo a maioria com formação superior em outra área de conhecimento, tendo migrado para a tradução e interpretação de línguas de sinais.

Um ponto interessante de tratarmos é que o único intérprete surdo que participou da pesquisa (havia outros atuando) afirmou em suas respostas que todo o conhecimento adquirido sobre outras línguas de sinais e interpretação foi de forma empírica e por conta própria. Tal relato aponta para uma problemática comentada neste trabalho: a formação de intérpretes surdos. Conforme já dissemos no capítulo teórico, esses intérpretes também iniciaram suas atividades de forma informal, muitos como auxiliares na comunicação entre surdos de níveis linguísticos distintos, para, em momento posterior, receberem o status de intérpretes. Por isso, a situação do participante certamente é a de muitos outros intérpretes surdos, situação que não difere do início da carreira dos ILS ouvintes. Apesar disso, não podemos deixar de apontar novamente que, na atualidade, a WASLI já reconhece e descreve o papel dos intérpretes surdos, o que é importante para a categoria e viabiliza o acesso às demandas de trabalho que forem surgindo, tanto em contexto de conferência no Brasil quanto em outros países.

Conforme apontamos, os participantes apresentaram uma formação diversificada e apenas um deles tem formação em curso de graduação com foco em tradução e interpretação de língua de sinais. Entretanto, sabemos que um intérprete, independente das línguas de trabalho, necessita estar em constante formação/capacitação, e nesse ponto os profissionais respondentes do questionário demonstraram estar sempre se atualizando. Partindo do pressuposto de que, de algum modo, os profissionais teriam algum curso de formação que fosse direcionado para interpretação de língua de sinais, questionamos se durante a formação foi abordada a atuação em contextos multilíngues. Nas respostas, apenas três participantes disseram ter recebido alguma formação para atuar em contextos multilíngues, dois participantes afirmaram ter sido de maneira prática, com uma combinação linguística diferente de Libras–Português, e o outro participante de forma teórica. Acreditamos que os participantes obtiveram essa formação para atuar com outros pares linguísticos em cursos livres e, no caso do participante 3, que o conhecimento teórico foi adquirido durante a especialização cursada em Tradução e Interpretação.

Evidenciamos que os participantes não receberam, em sua maioria, uma formação multilíngue, entretanto, reconhecem a importância de a formação do intérprete abordar essa especificidade, não apenas por uma questão de oportunidades profissionais, mas para que o ILS possa desenvolver um trabalho melhor durante sua prestação de serviços em contextos de conferências. A respeito disso, o participante 5 aponta:

Sim, acredito ser essencial na formação do ILS, sobretudo na esfera de conferência. Embora o par linguístico de trabalho do intérprete neste caso seja Libras-Português, quando se trata de conferências, sempre há a possibilidade de outras línguas estarem envolvidas, ora um convidado, um palestrante, um congressista, enfim. Apesar de não ser da competência do ILS ter domínio em outras línguas, a não ser que o mesmo tenha sido contratado para esta finalidade, mesmo assim é importante saber como lidar nesses casos, para facilitar na dinâmica e organização do trabalho.

O posicionamento do participante vai ao encontro do que defendemos, pois acreditamos ser importante que um ILS que atua em contexto de conferência multilíngue tenha competência linguística e tradutória para além de um par linguístico. Todavia, ele tem que saber que será exigido dele essas competências e não deve ocorrer como no contexto educacional, em que o ILS é contratado para LSB-LP e é surpreendido com a presença de outras línguas. Nesse sentido, a formação formal no nível de graduação ainda não tem contemplado as demandas existentes. De acordo com de Wit (2010), os treinamentos de ILS têm mantido o foco na prática de apenas duas línguas, e isso foi evidenciado também na discussão sobre os currículos dos cursos de nível superior.

A justificativa para a necessidade de os cursos de graduação e os demais cursos abordarem a atuação em contexto multilíngue fundamenta-se na complexidade existente no mesmo. De Wit (2010) aponta que contextos multilíngues são mais desafiadores por fatores como maior demanda da capacidade de processamento cognitivo e a interpretação de discursos de pessoas que não são falantes nativos daquela língua. Para explicitar a afirmação da estudiosa, apresentamos o seguinte exemplo: um participante surdo francês usuário da língua de sinais francesa que fez seu discurso em SI certamente não realizará o discurso com tanto conforto por essa não ser sua primeira língua, o que pode resultar em um discurso truncado, que acarretará uma maior complexidade ao trabalho do ILS.

Apesar de considerar que o evento aqui analisado prezou pela diversidade linguística e pela garantia dos direitos linguísticos dos participantes, identificamos, em alguns momentos, que, ao ser escolhida uma língua, a Libras, como língua oficial do evento, as apresentações de alguns participantes (pessoas ouvintes usuárias de Libras como segunda língua) apresentaram um desafio adicional aos intérpretes ao produzirem um discurso numa língua que não dominam completamente, havendo momentos de discurso instável e um pouco confuso. Apesar de nenhum dos intérpretes ter apontado isso em suas respostas, acreditamos que esses casos possam ter aumentado o grau de dificuldade na interpretação.

Sabemos que em qualquer contexto o processo de interpretação exige estratégias e técnicas específicas. Nesse sentido, de Wit (2010) pondera que nos contextos multilíngues

há um grande uso da interpretação *relay* ou indireta, que, conforme já mencionado, é uma interpretação realizada com base em uma primeira interpretação. No contexto objeto de análise de nossa pesquisa não houve predominância da interpretação indireta, mas, nos momentos em que essa estratégia foi utilizada, notamos que os profissionais conseguiram lidar com a alta demanda cognitiva. Certamente, isso se deu pela ampla experiência dos intérpretes (relatada por eles em suas respostas), e não por causa da formação. No entanto, essa constatação foi feita analisando unicamente o trabalho deles durante o evento, não tendo sido feita uma análise qualitativa das cadeias de interpretação completas, algumas das quais incluíram múltiplas línguas intermediárias.

Em seguida, os sujeitos de pesquisa foram questionados se no “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa”, “2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras” e “*V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*” eles utilizaram outras línguas que não fossem Libras–Português. A partir das respostas e de nossa observação, a participante 6 realizou interpretação direta de Espanhol–Libras, sendo a única dos participantes que interpretou no evento com uma terceira língua²². Ela não recebeu formação específica em Espanhol ou em interpretação Espanhol–Libras em nível superior, conforme podemos depreender de sua resposta sobre a formação acadêmica: “Graduação em turismo e hotelaria; Cursos livres de interpretação; Mestrado em Educação; Doutoranda em linguística aplicada e estudos da linguagem”. Para essa participante, seria importante que a atuação em contextos multilíngues fosse abordada nos cursos de formação porque esse contexto de interpretação é cada vez mais comum, apresentando desafios diferenciados, como a interpretação *relay* e a necessidade de conhecer minimamente as características das línguas envolvidas, mesmo não sendo proficiente em todas.

Cumpramos relatar que os demais participantes, mesmo não atuando com uma terceira língua, tiveram a necessidade de algum conhecimento de outras línguas, para estudar os materiais e conversar com palestrantes e colegas – o que significa que, mesmo não sendo a função deles interpretar para/de uma terceira língua, o contexto de trabalho envolveu inevitavelmente o contato com várias línguas. Nas respostas deles podemos constatar que, em sua maioria, possuem conhecimento de outra língua, seja ela oral ou de sinais, em nível

²² Segundo os dados fornecidos pelo coordenador de intérpretes, foram contratados dois intérpretes para cobrir esse par linguístico.

básico ou intermediário, e que já atuaram antes em outros contextos multilíngues, em alguns casos de maneira informal.

Em termos gerais, os principais desafios apontados pelos ILS em contextos multilíngues são a terminologia, a logística, a interpretação *relay* e o acesso prévio do conteúdo para estudo preliminar, bem como a necessidade de estratégias de atuação distintas de um contexto bilíngue. Esses aspectos influem consideravelmente, conforme alegam os participantes, na preparação e nas estratégias a serem utilizadas pelo profissional, demandando dele uma maior agilidade e atenção às dinâmicas da equipe. A respeito dos desafios, o participante 5 pontuou o seguinte:

Atenção redobrada quanto a nomes de pessoas, lugares, terminologias. Um estudo bibliográfico do palestrante para entender o lugar de fala, o tipo de discurso que a pessoa utiliza, mesmo não sendo o caso de fazer uma interpretação direta daquela língua para a Libras, mas esse tipo de preparo auxilia durante a atuação.

A consideração feita pelo participante destaca a carga existente no papel dos intérpretes ao ter que considerar as línguas não somente como código, mas, para além disso, considerando também a identidade do falante. Tal posicionamento converge com Gorovitz (2012), quando afirma que o processo tradutório (aplicaremos a mesma ideia ao processo interpretativo) não é apenas uma transferência de códigos. A isto acrescentamos que não basta ter apenas domínio das línguas, afinal, falantes de uma mesma língua não se expressam da mesma forma; cada um tem seus interesses, sotaque, velocidade de fala. Especificamente no contexto em questão, a diversidade na forma de expressar-se de cada um dos falantes foi grandiosa, pois, conforme já dissemos, havia participantes de diversos países, alguns dos quais não se expressaram em sua língua nativa.

Outra consideração importante sobre a garantia dos direitos linguísticos foi a escolha da Libras como língua oficial, pois, em um país onde os surdos não têm seus direitos linguísticos amplamente assegurados, ter a Libras como língua oficial em um espaço institucionalizado é uma forma de dar visibilidade à língua de sinais, mostrar que é uma língua de fato, e não apenas um instrumento de comunicação em contextos estrategicamente escolhidos. O uso de línguas de sinais em um contexto de conferência que discute questões sobre políticas linguísticas para a língua de sinais e discute tradução e interpretação de língua de sinais é um modo de reafirmar que essa língua pode e deve estar em todos os espaços como língua oficial. É válido ressaltar que, apesar de a Libras ter sido definida como língua oficial, houve interpretação para outras línguas, garantindo assim, o direito linguístico de todos os participantes.

Também pudemos observar, por meio das respostas dos participantes, que o trabalho realizado pelo coordenador frente à equipe de intérpretes, com reuniões prévias, distribuição de material com antecedência e divisão do trabalho em equipes foram considerados os pontos mais positivos, e que a valoração geral foi positiva, não tendo sido apontado nenhum ponto negativo. Nessa perspectiva, o participante 2 ponderou:

Quando um evento é organizado levando em conta a equipe de intérpretes, os pontos sempre são positivos porque o direito linguístico da pessoa surda é garantido e nossa profissão é valorizada. O fator primordial são reuniões de equipes que antecedem o evento e, após o término das atividades, o dia para uma avaliação do trabalho desenvolvido pela equipe.

O posicionamento do participante ilustra muito bem que, quando um serviço de interpretação é bem articulado, organizado, e são feitas previsões dos possíveis problemas, surpresas desagradáveis serão evitadas ou, caso ocorram, há possibilidade de as coisas se reajustarem, pois, em uma situação de interpretação, independentemente da língua, quando a comunicação não acontece e a informação não chega ao público alvo, o direito linguístico de alguém não será garantido, ainda mais se pensarmos na realidade das pessoas surdas que, ainda hoje, não têm esse direito garantido em sua totalidade.

Os aspectos relacionados às condições de trabalho e à organização terem sido pontuados como positivos é importante para que possamos compreender que eventos tanto em contexto multilíngue quanto em bilíngue, quando bem planejados e organizados, com conhecimento das peculiaridades e com uma boa logística, terão maiores chances de ser percebidos como exitosos. Além disso, o trabalho o ILS deve ser considerado desde a concepção do evento, pois é necessário que se pense todo o evento para o atendimento do público surdo e também ouvinte, de forma a facilitar a compreensão de ambos os lados, sejam participantes, palestrantes, TILS.

3.3 Discussão

Neste momento, apresentaremos uma discussão dos resultados obtidos na pesquisa. Ela será norteadada pelas seguintes categorias: atuação em contexto de conferência multilíngue, direcionalidade, modalidades das línguas, trabalho em equipes mistas, formação em contexto de conferência e sugestões de formação em uma perspectiva multilíngue. Para cada categoria, serão propostos possíveis conteúdos curriculares que poderiam ser integrados aos cursos de graduação brasileiros com o intuito de contemplar uma formação voltada para a interpretação em contexto de conferências multilíngues.

3.3.1 Atuação em contexto de conferência multilíngue

Conforme vimos, os cursos universitários existentes no Brasil são de caráter generalista e formam tradutores e intérpretes para trabalhar com o par Português–Libras. Alguns incluem em seus currículos a atuação em contextos específicos e especializados, o que acreditamos ser de extrema importância. Inclusive, consideramos que a interpretação de conferências deveria receber mais atenção.

Sabemos que as profissões surgem a partir de uma demanda de mercado, assim, a formação profissional surge a partir disso. Com o ILS, a situação não é diferente. Os contextos de 30 anos atrás continuam a existir, mas, com eles, coexistem outros. Assim como os espaços de atuação se modificam, a formação deve modificar-se. Sob essa perspectiva, a nossa discussão se dá no sentido de que as universidades necessitam atentar-se para os novos cenários de atuação, afinal, os ILS que não se encaixarem nos perfis demandados pela sociedade terão dificuldades para consolidar sua carreira profissional. Por essa razão, é importante olhar com atenção para a interpretação em contexto de conferência, porque, de acordo com Barbosa (2014, p. 66), é nesse tipo de contexto que os surdos têm se posicionado e dialogado sobre questões relacionadas à comunidade surda. Nogueira (2016) aponta ainda para o protagonismo e o lugar de fala que os surdos têm garantido nesse cenário, passando do papel de espectador para o de palestrante. Essas considerações colocam em evidência que a formação nessa perspectiva é indispensável.

Em consonância com os teóricos mencionados ao longo do trabalho, nossa observação mostrou que interpretar em conferência exige do ILS uma postura profissional e uma preparação diferentes de uma situação de interpretação em contexto comunitário, porque a situação de conferência coloca em contato usuários de diversas línguas, e, pensando em um cenário de multilinguismo, uma carga cultural extremamente diversa. As peculiaridades de atuar em um contexto de conferência multilíngue foram apontadas também por meio do relato do coordenador da equipe de intérpretes que frisou a grande carga linguística e cultural que se refletiu nas temáticas abordadas pelos palestrantes.

Barbosa (2014, p. 93) declara que o contexto de conferência deixa o intérprete impedido de fazer interrupções na fala dos palestrantes, o que é totalmente diferente na interpretação comunitária, já que essa permite aproximação entre os clientes da interpretação

e o ILS. Dessa forma, o autor alerta para a preparação prévia da temática e o acesso à apresentação que os palestrantes forem utilizar.

Na mesma linha, Nogueira (2016, p. 65) menciona que o contexto de conferência apresenta características específicas, e também menciona “a configuração entre os participantes”. Acreditamos que essa expressão se refere à forma como o diálogo acontece nesse tipo de contexto, ou seja, o tempo de fala do palestrante é bem definido e, enquanto durar, não será aberto espaço a perguntas; somente quando a permissão é concedida, os participantes que estão na plateia poderão tecer comentários ou fazer seus questionamentos.

No contexto de conferência observado neste trabalho, os ILS puderam contatar os interlocutores das palestras e comunicações de forma antecipada e tiveram uma impressão prévia da forma do discurso e termos que seriam utilizados, dentre outras coisas. Por outro lado, não houve possibilidade de contato prévio com as pessoas que estavam na plateia assistindo, algumas das quais também teriam seu momento de fala, fazendo suas considerações sobre os assuntos abordados ou perguntas.

No caso da atuação em conferências multilíngues, vimos que se caracterizam por uma alta complexidade organizacional e logística, além de apresentar desafios adicionais para os profissionais envolvidos, como a interpretação *relay* e a necessidade de conhecer minimamente as características das línguas envolvidas, mesmo não sendo proficiente em todas, conforme apontou a intérprete que trabalhou no evento com o par Espanhol–Libras e reafirmaram os outros participantes, que, mesmo não tendo atuado no evento com uma terceira língua, tiveram a necessidade de algum conhecimento de outras línguas para estudar os materiais e conversar com palestrantes e colegas.

Em termos gerais, os principais desafios apontados pelos participantes no que diz respeito à atuação em conferências multilíngues são a terminologia, a logística, a interpretação *relay* e o acesso prévio do conteúdo para estudo preliminar, bem como a necessidade de estratégias de atuação distintas de um contexto bilíngue. Esses aspectos, segundo eles, influem consideravelmente na preparação e nas estratégias a serem utilizadas, demandando deles uma maior agilidade e atenção às dinâmicas da equipe. Os estudos comentados no capítulo teórico também levantaram questões como a presença de interpretação entre línguas de sinais diferentes, entre línguas orais e de sinais e para surdocegos. Ainda foi mencionado o surgimento de novas demandas, como a de interpretação remota e interpretação diferenciada para pessoas com implante coclear, assim como a necessidade de regulamentar e reconhecer a profissão do intérprete surdo.

A necessidade de uma terceira língua tem sido um ponto reiterativo, desde a bibliografia consultada até os comentários dos participantes da pesquisa, que alegaram já ter trabalhado antes com outras línguas, mesmo de maneira informal. Vista a crescente demanda por intérpretes com combinações linguísticas além do par Libras–Português, acreditamos que a maneira mais adequada de suprir essa demanda seria inclui-la nos objetivos formativos dos cursos de graduação, pois seria uma forma de valorizar essa competência profissional, uma competência que requer um amplo investimento por parte do profissional e que merece o devido reconhecimento no mercado.

As línguas adicionais podem aparecer no contexto de atuação de maneiras diferentes: ter que interpretar de/para línguas que o intérprete não domina completamente, ter que lidar com *slides* com textos em outras línguas, ter que interpretar discursos proferidos numa língua que não é a língua nativa do orador, o que pode acarretar desafios adicionais, seja por questões de pronúncia e sotaque ou por usos truncados da língua.

Pelos motivos citados, defendemos que um curso de graduação preocupado em formar profissionais para atuar nesse tipo de contextos deveria incluir disciplinas práticas de Interpretação de conferências e de Interpretação em conferências multilíngues. Uma disciplina voltada para Documentação e terminologia multilíngue também poderia complementar a formação dos futuros intérpretes. Por fim, uma disciplina que apresentasse uma introdução à Interpretação remota poderia ser importante.

3.3.2 Direcionalidade

A questão da direcionalidade converge com a discussão realizada por Moreno Cabrera (2016, p. 14) sobre a gestão do multilinguismo e a forma como ele é definido dentro de determinada instituição ou organização. O teórico assinala que existe uma relação de poder entre as línguas e, nesse sentido, reconhecemos que a escolha da Libras como língua oficial na situação analisada não se deve apenas à garantia de direitos linguísticos, mas também a uma postura de reconhecimento e valorização dessa língua como uma das línguas oficiais do Brasil.

A respeito disso, entendemos que outros dois fatores podem ter motivado a decisão de a Libras ser a língua oficial: o fato de a situação ter ocorrido no território brasileiro, em um auditório da primeira universidade do Brasil a idealizar e fomentar a formação para professores de Libras em nível superior e também a primeira a idealizar e fomentar a

formação de TILS em nível superior, assim como por já terem ocorrido nesse mesmo espaço as edições do “Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, e do Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras”.

Acreditamos que a forma como o multilinguismo foi gerido, além de conferir poder à Libras, também mostrou muito respeito pelas demais línguas de sinais presentes, afinal, era um espaço para apresentar e discutir pesquisas no campo da linguística e também sobre tradução e interpretação dessas línguas, e qualquer postura estimuladora do monolinguismo iria de encontro à natureza do evento. Indo na contramão de muitas instituições e eventos internacionais que optam por adotar uma língua hegemônica na esfera internacional, como o inglês – ou, no caso das línguas de sinais, a Língua Americana de Sinais –, este evento optou por colocar a Libras como língua oficial, não sem também garantir serviços de interpretação para várias outras línguas, evitando, assim, o surgimento de relações desiguais de poder.

Um ponto interessante de abordarmos é que, embora fosse um evento composto por três congressos (um deles latino-americano), com muitos participantes, comunicadores e palestrantes oriundos do Brasil e de diversos países, os Sinais Internacionais não foram eleitos como forma de comunicação oficial. A opção pelos Sinais Internacionais como língua oficial ou como *lingua franca* de evento é uma prática cada vez mais estendida em encontros internacionais de surdos, mas essa opção requer a existência de suficientes profissionais aptos para trabalhar com essa língua de contato e apresenta problemáticas particulares que precisam ser ponderadas e que não serão abordadas neste trabalho. Porém, cumpre salientar a presença desta língua no evento, corroborando com a afirmação de que não podemos ignorar a crescente presença desta língua em contextos internacionais.

A direcionalidade partindo da Libras (LBS, pela sigla utilizada nas figuras) coloca essa língua como língua oficial e dá aos surdos um lugar de fala que, por diversos momentos, não tiveram. O ato de colocar determinada língua como oficial pode ser enxergado apenas como um fator organizacional, logístico e metodológico, mas é também uma importante decisão política. Considerar uma língua como oficial confere-lhe poder e, conforme ressalta Calvet (2007), concede status aos seus usuários, como indivíduos e como grupo, em um espaço institucionalizado. A língua da qual partem as decisões, as ordens, especificações de como as coisas se darão, certamente faz com que seus usuários se sintam empoderados em posicionar-se. No nível da equipe, isso é extremamente importante para os intérpretes surdos. E, do ponto de vista do público, em diversas situações em que a autora deste trabalho esteve como ILS ou mesmo como participante/espectadora de uma conferência, é perceptível como

o público surdo se posiciona em uma palestra proferida em língua de sinais e o quanto ela se torna mais atraente a esse público, pois, de fato, veem a sua língua sendo considerada e respeitada. Obviamente, nesse espaço de acolhimento e respeito, eles se sentirão mais à vontade para se posicionar do que em um contexto que não propiciasse todos esses elementos.

Desse modo, podemos entender a direcionalidade das línguas em uma conferência multilíngue como uma forma de assegurar os direitos linguísticos (definidos pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos) e contribuir para a implementação de políticas linguísticas (CALVET, 2007), pois o grupo usuário da Libras utilizou a situação em questão para discutir temáticas inerentes à Libras e também a outras línguas de sinais, além disso, o espaço serviu como uma oportunidade de evidenciar a Libras como uma língua tão complexa e funcional quanto as demais.

A garantia dos direitos linguísticos foi algo percebido e apontado não somente a partir de nossa observação, mas também pelos relatos dos participantes. Por exemplo, um deles afirmou: “Quando um evento é organizado levando em conta a equipe de intérpretes, os pontos são sempre positivos porque o direito linguístico da pessoa surda é garantido [...]”. Concordamos com o apontamento do participante e acrescentamos que, ao longo do evento, os direitos linguísticos dos surdocegos e das pessoas ouvintes (falantes de LP e ES) também foram garantidos.

A questão da direcionalidade abordada neste trabalho também traz à tona fatores de ordem prática que ocorrem no dia a dia de um profissional que, se não forem devidamente trabalhados durante a formação, poderão acarretar problemas graves. Por exemplo, nem todos os ILS se sentem habilitados para dar voz a discursos proferidos em Libras. Com a crescente participação dos surdos em todas as esferas da sociedade e com o reconhecimento de seus direitos linguísticos, a demanda por este tipo de interpretação é cada vez maior. Na situação em discussão, os ILS permaneceram sempre na mesma direcionalidade, ou seja, havia ILS responsáveis por interpretar LSB–LP e ES–LSB. A interpretação LSB–LP é uma direção de interpretação considerada pela maioria dos intérpretes como sendo uma direção não confortável. Por outro lado, a falta de preparação para realizar interpretação *relay*, às vezes combinando línguas de modalidades diferentes ou várias línguas intermediárias na cadeia de interpretação, pode prejudicar a compreensão da mensagem por parte dos públicos envolvidos.

A permanência de alguns profissionais em determinadas direcionalidades ocorreu devido à habilidade que eles possuíam para tal atividade. Por exemplo, na direção ES–LSB

havia apenas dois ILS, então, nas situações em que ocorria essa direcionalidade sempre eram os mesmos intérpretes e isso teve a ver com a logística do trabalho (relato na entrevista do coordenador). Embora não tenhamos presenciado, durante a observação do evento, nenhuma ocorrência de mudança de direcionalidade com essas línguas, o coordenador da equipe relatou que durante as reuniões de preparação dos intérpretes houve interpretação LSB–ES.

Em resumo, no que diz respeito à direcionalidade da interpretação em contextos multilíngues, sugerimos que os cursos de graduação poderiam abordar, de forma prática, aspectos como: Interpretação na direção Libras–Português, Interpretação *relay* e Interpretação de/para Línguas Internacionais. Também seria recomendável promover a aprendizagem formal de línguas adicionais – inclusive, outras línguas de sinais brasileiras, principalmente no caso de cursos oferecidos em regiões onde essas línguas são utilizadas.

De maneira a evitar a imposição de línguas hegemônicas, o que ocasionaria a discriminação e minorização das demais línguas, poderiam ser ofertadas, como optativas ou optativas seletivas, disciplinas de línguas diferentes. Isso permitiria aos estudantes transitar entre mais de duas línguas e, mesmo que não desenvolvessem a competência de interpretar com outras combinações, ao menos lhes permitiria desenvolver repertórios mínimos para se comunicarem com palestrantes e intérpretes usuários daquelas línguas e trabalhar em ambientes multilíngues. Além disso, poderiam oferecer disciplinas introdutórias sobre Interpretação em contextos internacionais, Gestão do multilinguismo e Gestão de equipes, visto que uma das funções possíveis dos intérpretes é a de coordenador de equipe.

3.3.3 Modalidades das línguas de trabalho

A discussão sobre as modalidades das línguas de trabalho tem por finalidade promover reflexão a respeito da importância que é dada às línguas de modalidade visual-espacial e também sobre o poder que as línguas orais possuem em detrimento das línguas de sinais, ou seja, as relações de poder entre as línguas.

Diferentemente de outros espaços institucionalizados, os resultados da observação da situação de conferência constataram que, embora fosse um espaço de discussão sobre línguas de sinais e a língua oficial do evento fosse a Libras, em um mesmo espaço houve línguas de diferentes modalidades: as línguas de sinais que são de modalidade visual-espacial, as línguas orais-auditivas e a Libras Tátil, que é uma das maneiras que os surdocegos utilizam para comunicar-se. Portanto, é interessante tratar da questão do multilinguismo não apenas pela

via da diversidade linguística e cultural, mas para dar atenção às modalidades das línguas na gestão no multilinguismo.

A questão da modalidade linguística se reflete também na formação dos ILS, afinal, uma das peculiaridades da formação é lidar com línguas de trabalho de diferentes modalidades. Conforme discutido por Rodrigues (2013, p. 114): “são intérpretes bimodais ou, mesmo, intermodais”. A formação no âmbito brasileiro, conforme já expusemos, é composta por uma língua oral (Português) e uma língua de sinais (Libras). Entretanto, o contexto em análise nos mostrou uma demanda de mercado que necessita ser atendida, que é a do público surdocego.

Sabemos que a demanda desse público não é restrita apenas a conferências multilíngues, afinal, os surdocegos também têm direito de participar dos diversos contextos sociais nos quais os não surdos e surdos participam, e esses contextos podem estar relacionados à interpretação comunitária e de conferência, conforme descrevemos. Partindo disso, retomaremos alguns pontos já abordados nos resultados referentes à análise dos currículos dos cursos de nível superior para TILS, com o intuito de discutir a relevância da guia-interpretação. Decidimos discutir isso nesta categoria, por entendermos que a comunicação dos surdocegos não se dá na mesma modalidade que a dos surdos não cegos.

O primeiro ponto a ser retomado é a legislação que reconhece a profissão do TILS. A razão de retomarmos esse ponto refere-se ao fato de que a lei (e a formação) compreende que um profissional pode desempenhar tanto o papel de tradutor quanto de intérprete. Assim, a Lei nº 12.319/2010 estabelece que a interpretação/tradução será entre Libras e Português e, ao descrever em seu Art. 6º um rol de atribuições do TILS, declara: “I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa” (BRASIL, 2010). No entanto, a legislação não se atenta para o fato de que a comunicação dos surdocegos não se dá exatamente como a de surdos que não são cegos, pois esses têm a percepção da Libras por meio da visão, já os surdocegos, em razão de não ter esse sentido, compreendem a língua por meio do tato. Assim, há necessidade de que a interpretação para esse público ocorra em um formato diferente.

Outra demanda ainda incipiente, mas já apontada pela pesquisa realizada pelo Fórum Europeu de Intérpretes de Língua de Sinais (CALLE, 2012), é a de serviços de interpretação diferenciados para pessoas com implante coclear, que também recorrem a sistemas alternativos de comunicação.

O segundo ponto é a formação de TILS. Iniciaremos a discussão deste parágrafo retomando o quadro 2 adaptado de Rodrigues (2018, p. 206), disponível na seção “Análise dos currículos dos cursos de graduação que formam tradutores/intérpretes de língua de sinais no Brasil”. O quadro descreve os objetivos de cada curso de acordo com cada instituição, e em nenhum dos cursos há alguma menção de que a formação possibilitará a atuação mediando a comunicação de surdocegos. Não obstante, esse primeiro olhar não dá uma robustez suficiente para afirmar que os cursos não preparam os discentes nesse aspecto. Mas, ainda assim, acreditamos na relevância de tratar sobre esse assunto e alertar sobre a importância de práticas direcionadas para atender a esse público.

O alerta se dá com base em indícios relacionados ao crescimento das demandas para atender a esse público. Assinalamos isso considerando, por exemplo, a Lei de Cotas nº 13.409/2016, que possibilitará um número maior de surdos e também de surdocegos nas instituições de ensino superior. Por essa razão, é fundamental a disponibilidade de profissionais habilitados para interpretação e guia-interpretação.

Trataremos agora sobre as outras línguas de sinais existentes no território brasileiro, mas que não são consideradas na formação de TILS. De acordo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL, 2010), “estima-se que mais de 250 línguas sejam faladas no Brasil entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades”, conforme pontuamos no capítulo direcionado ao multilinguismo. A diversidade linguística existente é muito grande e o INDL menciona as línguas de sinais evidenciando que o Brasil não possui apenas uma língua de sinais. Esse dado também é apontado por Ferreira (1995), quem afirma a existência da Língua de Sinais Kaapor Brasileira, oriunda da tribo indígena Urubu Kaapor. Ainda sobre a diversidade linguística de línguas de sinais, Vilhalva (2009) destaca a presença de surdos indígenas em ambientes multilíngues em zonas de fronteira no território brasileiro.

Entretanto, apenas a Libras é reconhecida pela legislação brasileira por meio da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005. É essa língua de sinais que é considerada pelos cursos livres, pelos cursos técnicos direcionados para intérpretes, as licenciaturas para professores de língua de sinais e os cursos de nível superior para TILS. Esse cenário aponta para a necessidade do fortalecimento dessas comunidades e de suas línguas, para que as mesmas instituições que fomentam pesquisas de mestrado e doutorado envolvendo essas línguas minorizadas, que promovem congressos, debates, palestras e seminários onde são

discutidas questões dos usuários dessas línguas, a considerem no âmbito da formação de TILS.

Esperamos que a visão e a postura defendidas neste trabalho, de considerar não só diversidade linguística e cultural, mas também as modalidades linguísticas, possam contribuir para que outros espaços de multilinguismo tenham uma mudança de posicionamento no âmbito institucional, nacional e internacional.

A inclusão de línguas de modalidades diferentes na formação do TILS também diz respeito à garantia de uma formação formal em igualdade de condições para intérprete surdo, pois, se os cursos oferecessem várias combinações linguísticas dentre as quais houvesse a opção de trabalhar com duas línguas de sinais, propiciariam um ambiente inclusivo e plural benéfico para surdos e ouvintes. Assim, defendemos a existência de cursos de graduação com um viés multilíngue, voltados para a formação de Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais não restritos ao par Português–Libras. E, mesmo para os cursos restritos a essa combinação, defendemos que sejam oferecidas disciplinas introdutórias de Sinais Internacionais. Por fim, sugerimos que a capacitação em Guia-Interpretação seja considerada, preferencialmente como disciplina obrigatória.

3.3.4 Trabalho em equipes mistas

Nogueira (2016, p. 84) ao dialogar sobre o trabalho de interpretação em equipe, aponta que não é uma realidade em todas as situações em que os ILS atuam, e pondera que a formação e profissionalização poderão modificar esse cenário. Nogueira (2016), Guarinello *et al.* (2017) e Febrapils (2017) apontam inúmeros fatores para justificar a relevância desse formato de trabalho, conforme vimos no capítulo teórico.

O contexto de interpretação analisado nesta dissertação propiciou aos ILS a atuação em equipe. A partir dos dados levantados durante a observação da atuação dos profissionais e a reafirmação pelo coordenador da equipe, que nos descreveu como foi a interação dos intérpretes de todas as línguas, desde os momentos que antecederam o evento ao início da atuação propriamente dita, sabemos que os profissionais do referido contexto têm, em sua grande maioria, grande experiência profissional. Isso, seguramente, colaborou para o trabalho ficar bem articulado.

Ao responder o questionário, especialmente a pergunta “Quais os desafios de atuar em um evento multilíngue?”, apenas o participante 2 mencionou, dentre os desafios, a

“organização da equipe”. Todavia, ele não especificou quais desafios seriam esses. Entendemos que o trabalho em equipe possibilita aos envolvidos um espaço de colaboração para garantir a qualidade da interpretação e preservar a saúde física e mental do ILS, dado que, especialmente na direção LP–LSB, há um grande sobrecarga física e cognitiva. A sobrecarga física ocorre devido à língua de sinais ser produzida pelo corpo e no espaço em frente ao corpo de quem expressa, o interlocutor (QUADROS, 2004, p. 9). A sobrecarga cognitiva, comum a qualquer trabalho de interpretação, é ainda maior ao trabalhar com interpretação *relay*. Obviamente, o trabalho em equipe contribuirá para o ILS reduzir a sobrecarga ocasionada pelos fatores elencados.

Por outro lado, tendo em vista a realidade apresentada por Nogueira (2016) e vivenciada em nossa carreira profissional, nos perguntamos se todos os ILS estão preparados para atuar em equipe, seja ela uma equipe mista ou composta apenas por ouvintes. Calle (2012), relata uma pesquisa promovida pelo Fórum Europeu de Intérpretes de Língua de Sinais que teve por finalidade identificar a demanda por novas habilidades e perfis profissionais no campo da interpretação de língua de sinais no continente europeu. A pesquisa, dentre outros pontos, apontou que, mesmo já estando no mercado, há uma escassez de formação para intérpretes surdos, e isso pode comprometer o tratamento igualitário nas relações de trabalho. A pesquisa também pontuou a falta de preparação dos intérpretes ouvintes para trabalhar em equipes com intérpretes surdos.

Sobre o trabalho de interpretação realizado por intérpretes surdos, Campello (2014, p. 146) relata que muitos surdos realizam interpretação há muito tempo, sem ao menos saber que aquilo que realizavam era uma interpretação. Isso mostra que não só os intérpretes ouvintes não percebem seus colegas surdos como intérpretes, como também os próprios intérpretes surdos não se enxergam como tais. Por essa razão, acreditamos que discutir a atuação em equipes e, especialmente, em equipes mistas contribuirá para uma reflexão e mudança de paradigma sobre a ideia de que “o surdo é sempre cliente do intérprete”, possibilitando a compreensão de que ele pode também ser ILS não só em contextos multilíngues como o que apresentamos neste trabalho, mas também em outros formatos.

Por esse motivo, é crucial que a discussão sobre a temática não fique restrita aos debates e discussões realizados em pesquisas, mas que adentre os espaços de formação de ILS nos diversos âmbitos para que seja abordada a importância do trabalho em equipe e também de equipes mistas e os discentes possam vivenciar por meio da prática o trabalho de interpretação nesses formatos, Napier, Mckee e Goswell (2006, p. 137) *apud* Nogueira

(2016, p. 88) elaboraram um quadro com procedimentos necessários para que o serviço de interpretação realizado em equipe seja bem-sucedido. Esses procedimentos podem ser abordados na formação. Assim os intérpretes, quando forem atuar profissionalmente, saberão como acontece e terão uma postura de colaboração tanto com os ILS ouvintes quanto na atuação em equipes mistas com surdos.

Entendemos que é necessário sensibilizar a categoria dos ILS ouvintes frente à atuação de intérpretes surdos, e abordar isso desde a formação pode contribuir para o reconhecimento dos ILS surdos e da importância de sua presença não só em contextos multilíngues, mas em todos os contextos de interpretação. Propomos, portanto, a inclusão de uma disciplina voltada para o Trabalho em equipe, disciplina que leve em conta essa realidade que será cada vez mais frequente: a do trabalho em equipes mistas.

Todas as questões levantadas nesta seção carecem de reflexão, debate e pesquisa nos Estudos da Interpretação de Línguas de Sinais. Entendemos que o período de formação profissional é o ideal para que o ILS tenha contato com todas as peculiaridades que caracterizam a atuação em contextos específicos, como as conferências multilíngues, assim, ele compreenderá que a postura profissional não tem um padrão, e que cada contexto definirá não só a sua vestimenta, não só quanto tempo ele poderá atuar sozinho, sem equipe, ou o quanto ele vai receber pelo serviço. Sobretudo, define e exige dele um perfil específico para atuar em determinado contexto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por objetivo principal descrever a atuação de intérpretes de língua de sinais em um contexto de conferência multilíngue, com o intuito de entender quais são as peculiaridades desse âmbito de atuação em comparação com as conferências bilíngues e os desafios, estratégias e habilidades exigidas para os profissionais envolvidos.

O capítulo teórico destinou-se a definir o conceito de multilinguismo, o lugar epistemológico da interpretação de línguas de sinais e a situação atual da formação dos intérpretes de língua de sinais em dois países: a Espanha e o Brasil.

Partindo de uma visão da língua como um meio de expressão das visões e concepções individuais e sociais sobre o mundo, aceitamos a afirmação de Moreno Cabrera (2016) de que nenhuma língua materializa de forma unívoca todos os elementos das representações humanas. Sendo cada língua uma ventana para vislumbrar as diferentes características dessas representações, a possibilidade de cada indivíduo e grupo se expressar em sua própria língua constitui um direito fundamental que deve ser zelado ao idealizar as políticas linguísticas de um país, de uma instituição e de um evento. A tradução e a interpretação exercem, nesse contexto, um papel fundamental, pois possibilitam as relações humanas e o contato entre os falantes de línguas distintas, bem como o acesso a sua cultura e à interlocução/interação dos envolvidos, mesmo em meio à diferença.

Procuramos descrever os caminhos da formação dos intérpretes de línguas de sinais, enfatizando sua preparação para atuar num contexto multilíngue. Instigadas por um comentário de Maya de Wit (2010), segundo a qual na Áustria e na Espanha existe a possibilidade de treinamento em mais de uma língua de sinais, resolvemos analisar os cursos de ILS na Espanha e identificar possíveis aspectos que poderiam complementar a formação deste profissional no Brasil no que tange à atuação em contextos de conferências multilíngues.

Durante a pesquisa empírica, analisamos os currículos dos cursos de ensino superior especializados em formar tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil. Em seguida, observamos um contexto real de interpretação, especificamente o “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa”, “2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras” e “*V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*”. Por fim, foi aplicado um questionário aos intérpretes que trabalharam no evento e também foi realizada uma entrevista com o coordenador da equipe de interpretação.

Retomando os objetivos específicos deste trabalho, consideramos ter alcançado o que foi estabelecido, pois descrevemos as possibilidades de direções de interpretação do contexto elegido; apresentamos aspectos organizacionais da equipe de interpretação a partir das línguas de trabalho; identificamos os critérios de seleção de intérpretes para atuar em um contexto de conferência multilíngue; discorremos sobre o processo de preparação para a atuação em um contexto de conferência multilíngue; buscamos compreender o perfil dos intérpretes de língua de sinais que atuaram no contexto de conferência multilíngue sob análise e investigamos a formação para ILS em nível superior no âmbito brasileiro.

Ao final da coleta e análise dos dados, acreditamos que as questões norteadoras da pesquisa foram respondidas, embora não seja possível generalizar os resultados. Retomamos as perguntas a seguir:

1) Quais as possibilidades de direcionalidades de línguas de trabalho em um contexto de conferência multilíngue com a presença de intérpretes de línguas de sinais?

No que diz respeito ao evento analisado, durante a observação identificamos uma dinâmica de interpretação complexa entre várias línguas e direções, tendo em vista que o evento definiu a Libras como língua oficial e propiciou a comunicação em outras línguas. As línguas de sinais tiveram destaque, afinal, o espaço tinha por finalidade discutir questões pertinentes às línguas de sinais no campo da Linguística e nos Estudos da Tradução e Interpretação. Os intérpretes da equipe que participaram da pesquisa não trabalharam apenas com a combinação LSB–LP; além de um deles ter feito interpretação direta de ES–LSB, os demais, na preparação para a atuação, tiveram que lidar com outras línguas. Pelo que pudemos inferir na entrevista com o coordenador, essa foi uma preocupação da organização do evento.

A partir dos resultados obtidos, podemos afirmar que esse evento se destacou pela sua política de respeito à diversidade linguística, pela boa gestão do multilinguismo, logística na preparação das equipes, compreensão das especificidades de cada língua, bem como valorização da Libras, concedendo-lhe um reconhecido espaço de poder. Por ser realizado no Brasil, o evento poderia ter estabelecido o Português como língua oficial, pois contemplaria muitos participantes, ou o Inglês, uma vez que ela é uma das línguas mais difundidas no mundo. Por possuir um público de diferentes países, bem como palestrantes de várias nacionalidades, surdos e não surdos, também poderia ter escolhido os Sinais Internacionais

para possibilitar uma universalização dos dados, entretanto, tais escolhas poderiam ter como resultado a redução dos direitos linguísticos dos participantes e, como empecilho, a falta de suficientes profissionais aptos para trabalhar com essas línguas.

2) Como uma equipe de intérpretes de língua de sinais se organiza para atuar em um contexto de conferência multilíngue?

No evento analisado, propusemo-nos a compreender como a equipe de intérpretes de língua de sinais se organizou para atuar. Com base na observação, nas respostas do questionário e da entrevista, pudemos evidenciar que o trabalho dos profissionais não foi iniciado simultaneamente ao evento, pois realizaram reuniões para inteirar-se das temáticas a serem abordadas pelos palestrantes e comunicadores. Isso ocorreu tanto pela leitura de materiais enviados quanto na discussão entre a própria equipe e em conversas com os palestrantes.

Tal situação deveria ser constante e frequente na interpretação em contexto multilíngue, pois, além de permitir o trabalho colaborativo e assistência entre os membros da equipe, possibilita a criação de uma base de dados multilíngue da terminologia recorrente no evento, facilitando a unificação e coerência terminológica.

3) Quais as competências esperadas de um intérprete de língua de sinais para compor uma equipe que atuará em um contexto de conferência multilíngue?

A partir das informações obtidas na coleta de dados, identificamos que, no contexto sob análise, era esperado que pelo menos alguns membros da equipe de interpretação tivessem competência linguística em ES-LSB, devido à especificidade do evento, já que concomitantemente aos eventos nacionais que acontecem com a periodicidade de dois anos, no ano de 2018, ocorreu também o *V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*, que agregou participantes usuários de espanhol. Também foram garantidos pela organização do evento serviços de interpretação de e para Sinais Internacionais. Desse modo, foi possível garantir os direitos linguísticos de participantes surdos e não surdos. Também houve no evento guias-intérpretes para surdocegos.

Com base em todos os passos realizados durante esta pesquisa, verificou-se que a preparação para a atuação é primordial, especialmente em contexto multilíngue, por se tratar de um espaço com uma gama de diversidade linguística e cultural. É no momento pré-evento

que os profissionais podem consultar os termos e expressões desconhecidos. Além disso, tomam conhecimento do assunto a ser abordado pelo palestrante.

Identificou-se, ainda, que neste tipo de evento é esperado do profissional o conhecimento de outras línguas, pois isso tornará seu trabalho possível, afinal, essa habilidade é basilar quando se trata de interpretação e constitui um bom recurso na interação com os palestrantes e os colegas. Na situação especificada neste trabalho, os ILS que não tinham competência para interpretar uma terceira língua foram auxiliados por outros profissionais que mediavam a comunicação, possibilitando a interpretação indireta, entretanto, há outros contextos em que não existe essa possibilidade. Além disso, estar minimamente familiarizado com a outra língua foi apontado como um bom recurso para acompanhar o discurso e preencher lacunas na compreensão da mensagem.

Outra questão apontada pelos participantes é a importância de os cursos de formação de tradutores e intérpretes proporcionar aos discentes experiências em situações multilíngues. Tal observação vai ao encontro do que apontamos em nossa análise dos currículos dos cursos, que não consideram esse formato de trabalho.

Como vimos, a interpretação de língua de sinais de cada país e região apresenta características idiossincráticas, pelas quais não é possível fazer generalizações sobre as novas demandas do mercado. Conforme apontado por Nogueira (2016), no Brasil, a região Sudeste é uma das que mais demanda tem apresentado por intérpretes de conferências, devido a suas características comerciais e econômicas. Outras regiões podem não apresentar essa peculiaridade. É importante levar isso em conta na hora de considerar uma reforma curricular. Os resultados obtidos na pesquisa nos permitiram identificar aspectos que já foram levantados previamente por outros autores brasileiros e de outros países. Sem a pretensão de anunciar soluções definitivas para aprimorar a formação dos intérpretes de língua de sinais para atuar em contextos multilíngues, colocamos algumas sugestões para os cursos de graduação que desejarem formar profissionais para atuar em contexto de conferências multilíngues.

Uma das sugestões é incluir formação em línguas adicionais. Não podemos ignorar que o conhecimento de uma terceira língua também se torna um grande aliado – às vezes necessário – para a interpretação em contextos educacionais onde o Inglês é muito utilizado ou, inclusive, na interpretação de aulas de língua estrangeira. Cientes da dificuldade dos cursos de garantir vagas em línguas estrangeiras para todos seus discentes, consideramos que iniciativas como a da UFSCar, ao ofertar a disciplina teórica Outras línguas de sinais, é uma

iniciativa louvável a ser levada em conta ao planejar um curso de nível superior voltado para a formação de intérpretes de Libras.

Ademais, defendemos a inclusão de disciplinas práticas de Interpretação de conferências e de Interpretação em conferências multilíngues. Recomendamos disciplinas voltadas para a Documentação e terminologia multilíngue, Práticas de Interpretação na direção Libras–Português, Interpretação *relay* e Interpretação de/para Línguas Internacionais. Além disso, seria interessante oferecer disciplinas voltadas para Gestão do multilinguismo e Gestão de equipes, visto que uma das funções possíveis dos intérpretes é a de coordenador de equipe. Apesar de a interpretação remota ainda não ser uma realidade muito estendida no Brasil, os cursos poderiam ofertar uma disciplina introdutória, se antecipando a uma prática provavelmente em ascensão.

Visando a boa articulação da interpretação em equipe indicamos a oferta de uma disciplina voltada para isso, considerando também o trabalho em equipes mistas. Outra sugestão é a inserção de outras línguas de sinais para garantir uma formação em igualdade de condições para intérprete surdo, pois, com a oferta de várias combinações linguísticas dentre as quais houvesse a opção de trabalhar com duas línguas de sinais, se atenderia de maneira satisfatória as demandas de formação de intérpretes surdos e ouvintes. Essas línguas de sinais podem ser de peso internacional ou, então, de importância regional, pois há regiões brasileiras onde existe registro de utilização de línguas de sinais diferente da Libras, e seu conhecimento seria importante para os profissionais dessas regiões. Uma disciplina de Linguística das línguas de sinais também poderia colocar os estudantes em contato com a realidade diversa destas línguas.

Ressaltamos que, mesmo para os cursos restritos ao par Libras–Português, defendemos que sejam oferecidas disciplinas introdutórias de Sinais Internacionais e sugerimos que a capacitação em Guia-Interpretação seja considerada, preferencialmente como disciplina obrigatória. A oferta de línguas orais adicionais também pode enriquecer o repertório linguístico dos estudantes e prepará-los para transitar entre línguas diferentes.

A partir da discussão realizada neste trabalho, acredita-se que, para realizar a interpretação simultânea em contextos multilíngues, é demandada ao intérprete uma série de habilidades e competências além de um amplo domínio das línguas que fazem parte de seu contexto de trabalho para compreender os diversos níveis de comunicação, quer sejam formais ou informais. Além disso, é importante acompanhar as mudanças que as línguas sofrem no tempo, afinal, determinada língua falada há 20 anos não permanece inalterada nos

dias atuais, pois as línguas são vivas e refletem a mobilidade de seus falantes, podendo apresentar variações em razão do tempo, do lugar e da idade dos falantes. É essencial acrescentar que, além de dominar as línguas utilizadas no contexto de atuação, é imprescindível dominar habilidades e técnicas de interpretação/tradução e também compreender a cultura dos indivíduos que estão interagindo, haja vista que traduzir é transitar entre culturas, pois cada sujeito, comunidade e sociedade vê o mundo e se expressa de maneira distinta.

Ademais, considerando um contexto de multilinguismo, é importante que o intérprete atue com mais de um par linguístico. É necessário acrescentar que a capacidade e habilidade desse profissional dependem, inteiramente, de preparação e constante atualização, participando de cursos de formação, seminários, congressos e encontros para trocas de experiências com outros profissionais, ampliando, cada vez mais, seus horizontes, para se transformar e transformar o outro, pois, como já mencionado, as línguas apresentam variações e se transformam.

Especificamente tratando-se de um contexto multilíngue, constatou-se que a diversidade linguística cada vez maior, seja em organismos internacionais, conferências e até mesmo em contextos mais próximos da realidade de grande parte dos ILS brasileiros, é extremamente pertinente que as formações existentes olhem para esse novo cenário e promovam uma formação condizente com as novas demandas que se apresentam. Além disso, os novos contextos de interpretação exigem que os ILS já formados em um curso de nível superior para intérpretes procurem aprender outras línguas caso queiram atuar em determinados contextos de conferência multilíngue.

Acreditamos que este estudo, além de descrever a atuação de ILS em uma situação de conferência específica, contribuirá para reflexões a respeito da formação de ILS para além de um par linguístico, para inspirar as organizações de equipes de interpretação pensando em diversos aspectos que não permeiam apenas o ato interpretativo propriamente dito, mas outros que, muitas vezes, não são pensados como, por exemplo, a iluminação e posicionamento dos ILS no espaço, que podem influenciar diretamente no trabalho do ILS, já que esse profissional tem que lidar com uma língua de modalidade visual-espacial. Outro fator importante apontado neste trabalho e que nos provocou inquietações é a necessidade da manutenção do multilinguismo. Esperamos que as considerações realizadas nesta pesquisa contribuam para ampliar as discussões sobre o assunto, para que a diversidade linguística possa ser reconhecida nos distintos países, não ficando restrito o reconhecimento desse

fenômeno apenas em instituições e organizações transnacionais. Além disso, espera-se que o preconceito linguístico e cultural possa ser minimizado e que haja realmente respeito à diversidade de línguas presentes em determinada sociedade/comunidade/país, possibilitando a integração de pessoas de realidades linguísticas diferentes, permitindo que façam uso do preceito mais básico do ser humano: compreender e ser compreendido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-SILVA, Anderson; RUSSO, Ângela. Diferenças e similitudes entre a ‘interpretação indireta’ e a ‘interpretação indireta sinalizada’: uma análise sobre a posição de ‘intérprete-feed’. *In: IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Anais [...]*, 2014. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/2014/3094.pdf>. Acesso: 30 out. 2018.

ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. **Traduzir com autonomia**. São Paulo: Contexto, 2000.

ABRIL, Cristina Aránzazu Huertas. La traducción especializada en organismos e instituciones internacionales: los procesos de selección de traductores en la UE y la ONU. *In: Revista Demiourgia*. 2016. Disponível em: <http://demiourgia.com/00art03.html>. Acesso em: 27 mai. 2018.

BAALBAKI, Angela; RODRIGUES, Isabel Cristina. Meio legal de comunicação *versus* língua oficial: um debate sobre leis. *In: Revista línguas e instrumentos linguísticos*. ed. 27/28, 2011. p. 137-150. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao27e28/edicao27e28.html>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BARBERÁ, Gemma; BADIA, Toni; COSTELLO, Brendan; VILLAMERIEL, Saúl. El futuro de la formación en interpretación de LS: Las puertas de la universidad. *In: III Congreso FILSE “Interpretando el futuro”*. Barcelona, 6-8 dez. 2008. Disponível em: https://gemmabarbera.files.wordpress.com/2012/10/barbera-et-al-09_formacic3b3n_universidad.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

BARBOSA, Diego Maurício. **Omissões na interpretação simultânea de conferência: língua portuguesa-língua brasileira de sinais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. **Procedimentos Técnicos da tradução: uma nova proposta**. 2. ed. Campinas – SP: Editora Pontes, 2004.

BARCELONA. **Declaração universal dos direitos linguísticos**. Dispõe sobre os direitos individuais e coletivos do indivíduo. Junho de 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em 17 de março de 2020.

BATALHA, Maria Cristina; PONTES Jr., Geraldo. **Tradução**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARTOLL, Eduard. **Introducción a la traducción audiovisual**. Barcelona – ES: Editora UOC, 2016.

BURAD, Viviana. **La interpretación del par lengua de señas - cultura sorda lengua hablada- cultura oyente**. Brevíssima aproximación a algunas conceptualizaciones generales. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10436 de 22/04/02 e o art. 18 da Lei 10.098 de 19/12/00. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília, 2010.

BRITO, Karim Siebeneicher. A abordagem da intercompreensão na aprendizagem de línguas. *In: Revista Ensino & Pesquisa.* v.14, Suplemento Especial 2016. p. 117-131.

CALLE, Lourdes. EFSLI report. **New skills and professional profiles required for the sign language interpreter profession in Europe.** 2012. Disponível em: <http://efсли.org/efслиblu/wp-content/uploads/2011/03/R1201-New-skills-and-professional-profiles-required-for-the-sli-profession-in-Europe.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020. Acesso em: 20 dez. 2019.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CAMPELLO, Ana Regina. Intérprete surdo de língua de sinais: o novo campo de tradução / interpretação cultural e seu desafio. *In: Cadernos de Tradução.* n.3, Florianópolis- jan/jun 2014/1. p. 143-167.

DE WIT, Maya. Sign language interpreting in multilingual international settings. *In: MCKEE, Locker; DAVIS, J. (ed.). Interpreting in multilingual, multicultural contexts.* Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2010. p. 226-246.

EBERHARD, David M.; GARRY F. Simons; FENNING, Charles D. (ed.). **Ethnologue: Languages of the World.** Twenty-second edition. Dallas, Texas: SIL Internacional. Versão eletrônica. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acessado em: 17 mai. 2018.

FARIA, Juliana Guimarães e GALÁN-MAÑAS, Anabel. Um estudo sobre a formação de tradutores e intérpretes de Línguas de Sinais. *In: Trab. Ling. Campinas,* n (57.1), jan./abr. 2018. p. 265-286.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS (Brasil). **Código de Conduta e Ética.** Fortaleza: FEBRAPILS, 2014. Disponível em: <https://www.febrapils.org.br/documentos/>. Acessado em 20 dez. 2018.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS (Brasil). **Nota Técnica nº 02/2017.** FEBRAPILS, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3eZnKrWC6hcWnAyd3FIU2VFQmc/view>. Acesso em: 09 abr. 2019.

FERREIRA, Daiane. **Estudo comparado de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português no contexto brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FILSE. **La Formación de Intérpretes de Lenguas de Signos en la Universidad Española**. Federación Española de Intérpretes de Lenguas de Signos y Guías-Intérpretes, s. l., 2011. Disponível em: http://www.filse.org/sites/default/files/project/files/informe_filse-universidad.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

FILSE. **Intérprete de Lengua de Signos y Guía-intérprete vs. Mediador Comunicativo**. Federación Española de Intérpretes de Lenguas de Signos y Guías-Intérpretes, s. l., 2016. Disponível em: <http://www.cilsem.org/wp-content/uploads/Documento-FILSE-comparativa-ILS-GI-vs-Mediador-Comunicativo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FRANCESCHINI, Rita. The genesis and development of research in multilingualism: Perspectives for future research. *In*: Aronin, L.; Hufeisen, B. (Ed.). **The Exploration of Multilingualism: Development of research on L3, multilingualism and multiple language acquisition**. Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 27-62.

Gênesis. *In*: **A Bíblia Sagrada**. Versão revisada. 4. imp. Rio de Janeiro: Juerp, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GILE, Daniel. Interpreting studies: a critical view from within. *In*: **MonTI**, núm. 1, 2009. p. 135-155. Disponível em: <http://www.e-revistas.uji.es/index.php/monti/article/view/1647>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GILE, Daniel; WEININGER, Markus Johannes; SANTOS, Giovana Bleyer Ferreira dos; BARBOSA, Diego Maurício. Testando a hipótese da “corda bamba” do modelo dos esforços na interpretação simultânea – uma contribuição. Artigo Traduzido. *In*: **Revista Cadernos de Tradução**. Florianópolis, v. 35, n. especial 2, p. 590-647, jul-dez, 2015.

GOROVITZ, Sabine. A tradução como contato de línguas. *In*: **Revista Traduzires**. Brasília, v.1, n.2, 2012. p. 74-85.

GUARINELLO, Ana Cristina *et al.* Qualidade de vida do profissional intérprete de língua de sinais. *In*: **Distúrbios da Comunicação**. São Paulo 29(3), setembro, 2017. p. 462-469.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL - Inventário Nacional da Diversidade Linguística**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MENEZES, Leonarda Jacinto José Maria de. Plurilinguismo, Multilinguismo e Bilinguismo: Reflexões sobre a Realidade Linguística Moçambicana. *In*: **PerCursos Linguísticos**. v. 3, n. 7. 2013. p. 81-91. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/viewFile/4589/4578>. Acesso em: 17 mai. 2018.

MEYLAERTS, Reine. Multilingualism as a challenge for translation studies. *In*: MILLÁN, Carmen; BARTINA, Francesca (Ed.). **The Routledge Handbook of Translation Studies**. Taylor & Francis, 2012. p. 537-551.

MORENO CABRERA, Juan Carlos. **Multilingüismo y lenguas en contacto**. Madri: Síntesis, 2016.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista. **Formação de intérpretes de Libras e língua portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. **Intérpretes de Libras-Português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

OUSTINOFF, Michaël. **Tradução: história, teorias e métodos**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

PAGURA, Reynaldo. **A Interpretação de Conferências: Interfaces com a Tradução Escrita e Implicações para a Formação de Intérpretes e Tradutores**. São Paulo: PUC, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/13.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Estudos da Interpretação: quem tem medo das línguas de sinais? *In: Tradução em Revista*. 24, 2018-1. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34524/34524.PDFXXvmi=>. Acesso em: 22 out. 2019.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SOUZA, Saulo Xavier de. Aspectos da tradução/ encenação na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras-Libras. *In: QUADROS, R. M. de. (org). Estudos Surdos III*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara-Azul, 2008. p. 168-207.

RAMOS, Júlia Aldazira de Oliveira. **Multilinguismo e Multiculturalismo no Processo de Integração da África Ocidental: Importância do papel desempenhado pelo Tradutor e Intérprete na facilitação da comunicação num ambiente Multilingual e Multicultural**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 2016.

REIS, Flaviane. O surdo como intérprete. Instituto Nacional de Educação de Surdos (Brasil). Congresso Internacional (12.: 2013: Rio de Janeiro, RJ). *In: Anais do Congresso: a educação de surdos em países de Língua Portuguesa / [XII Congresso Internacional do INES e XVIII Seminário Nacional do INES]*. Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, 2013.

ROCHA, Weslei da Silva. O surdo como intérprete - O intérprete Surdo nesse Novo Cenário da Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais. Instituto Nacional de Educação de Surdos (Brasil). Congresso Internacional (12.: 2013: Rio de Janeiro, RJ). *In: Anais do Congresso: a educação de surdos em países de Língua Portuguesa / [XII Congresso Internacional do INES e XVIII Seminário Nacional do INES]*. Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, 2013.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: Desafios para a formação de intérpretes de língua de sinais.** *In: II Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **A interpretação para a língua de sinais brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais.** 2013. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Rodrigues, Carlos Henrique. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. *In: Translatio*, Porto Alegre, n. 15, jun. 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique; FERREIRA, João Gabriel Duarte. Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes Surdos: Prática profissional e competência. Instituto Nacional de Educação de Surdos. *In: Revista Espaço*. Rio de Janeiro, n. 51. p.109-125, jan-jun, 2019. Disponível em : <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revistaespaco/article/view/604/662>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ROSA, Andrea da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SANTIAGO, Judith Vilas Boas; OLIVEIRA, Juliano Salomon de; ROSA, Marcilene Magalhães Silva. A saúde do Intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais): Cuidados com a Prevenção de Possíveis Dorts. *In: Anais do X Encontro Nacional de Tradutores & IV Encontro Internacional de Tradutores* (ABRAPUFOP, Ouro Preto, de 7 a 10 de setembro de 2009). Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/anais2010/Juliano%20Salomon%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso: 09 de abr. de 2019.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010.** 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; REILY, Luciana Helena. “Companheiros de infortúnio”: a educação de “surdos-mudos” e o repetidor Flausino da Gama. *In: Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48. Dez. 2011. p. 625-640. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 dez. 2018.

TIMBANE, Alexandre Antônio. A complexidade do ensino em contexto multilíngue em Moçambique: políticas, problemas e soluções. *In: Revista Calidoscópico*. v.13 n.01 jan/abr 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/viewFile/cld.2015.131.09/4639>. Acesso em: 30 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, 2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras e V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas.** UFSC, Florianópolis. 2018. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/>. Acesso em 20 set. 2018.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

UNIÃO EUROPEIA. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum.** Bruxelas, 2008. Disponível: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0566:FIN:PT:HTML>. Acesso em 10 jan. 2020.

VIANA SILVA, Leandro. **A mudança lexical na Libras:** um estudo comparativo de sinais registrados em 1994, 2006 e 2018. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes:** um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

APÊNDICE A – Quadro com as perguntas e respostas do questionário.

<p>1- Há quanto tempo você atua como intérprete?</p> <p>Participante 1 - 14 anos.</p> <p>Participante 2 - Há mais de 20 anos.</p> <p>Participante 3 - 10 anos.</p> <p>Participante 4 - 12 anos.</p> <p>Participante 5 - Há aproximadamente 17 anos.</p> <p>Participante 6 - 20 anos.</p> <p>Participante 7 - Há 4 anos.</p>
<p>2- Qual a sua formação?</p> <p>Participante 1 - Guia-intérprete.</p> <p>Participante 2 - Graduada em Pedagogia.</p> <p>Participante 3 - Graduação em Gestão de Produção Industrial/ Pós em Tradução e Interpretação de Libras.</p> <p>Participante 4 - Bacharel em Letras Libras</p> <p>Participante 5 - Letras-Inglês (concluído) / Mestrado em Linguística (em andamento) / Pós-graduação em Tradução e Interpretação em Libras (em andamento)</p> <p>Participante 6 - Graduação em turismo e hotelaria; Cursos livres de interpretação; Mestrado em Educação; Doutoranda em linguística aplicada e estudos da linguagem.</p> <p>Participante 7 – Sou formado em História.</p>
<p>3- Na sua formação foi abordada a atuação em contexto multilíngue? (você vivenciou alguma experiência de interpretação com outras línguas além de Libras–Português? Ou interpretação <i>relais</i> (indireta)?). Justifique sua resposta.</p> <p>Participante 1 - Sim, de Inglês para Português.</p> <p>Participante 2 – Sim, de Inglês para Português e do Português para Libras.</p> <p>Participante 3 - De forma superficial e teórica discutimos, mas sem experiências práticas durante as aulas.</p> <p>Participante 4 - Nunca se falou nesses termos, mas sim na atuação com sinais caseiros. Sim, algumas vezes interpretei do Espanhol para a Libras.</p> <p>Participante 5 - Durante a minha formação nunca tive a oportunidade de discutir ou aprender sobre como atuar em contexto multilíngue. No entanto, já ocorreram situações em que atuei em atividades (acadêmicas, conferência, informal) em que havia outras línguas além da Libras e do Português.</p> <p>Participante 6 - Não.</p> <p>Participante 7 - Aprendi Língua de Sinais Americana e Sinais Internacionais estudando por conta própria. Além disso, o conhecimento de interpretação foi adquirido de forma empírica. Eu não tenho formação especializada em interpretação.</p>

- 4- Você acredita que é importante a formação do intérprete de língua de sinais abordar a atuação em contextos multilíngues? Ou interpretação *relais* (indireta)? Justifique sua resposta.

Participante 1 - Sim, porque os contextos são muito dinâmicos.

Participante 2 - Sim, é importante para adquirir experiências em contextos linguísticos e culturais diferentes.

Participante 3 - Acredito que seja importante, sim, abordar esses contextos multilíngues durante a formação do intérprete de Libras, entretanto, acredito também que parece ser mais viável modularizar a formação, ou seja, deixar para que o profissional decida se ele quer essa formação ou não, uma vez que parece menos aplicável aos intérpretes que optam por atuar em sala de aula, onde outras demandas são necessárias.

Participante 4 - Bem, se o intérprete possuir competência para interpretar/traduzir entre mais línguas é um mercado que se abre pra ele, mas penso que é uma outra formação em um outro curso, dos pares linguísticos em questão.

Participante 5 - Sim, acredito ser essencial na formação do ILS, sobretudo na esfera de conferência. Embora o par linguístico de trabalho do intérprete neste caso seja Libras-Português, quando se trata de conferências, sempre há a possibilidade de outras línguas estarem envolvidas, ora um convidado, um palestrante, um congressista, enfim. Apesar de não ser da competência do ILS ter domínio em outras línguas, a não ser que o mesmo tenha sido contratado para esta finalidade, mesmo assim é importante saber como lidar nesses casos, para facilitar na dinâmica e organização do trabalho.

Participante 6 - Sim, porque esse contexto de interpretação é cada vez mais comum.

Participante 7 - Sim, porque a formação me ajudará a conhecer técnicas e estratégias.

- 5- Você domina outra língua além do par linguístico Libras-Português? Qual/ais língua/s? Essas línguas são línguas de trabalho? Você consegue realizar interpretação delas/para elas? No “6º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa”, “2º Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras” e “*V Encuentro de Sordos e Intérpretes de Lengua de Señas*”) você precisou utilizar essa/s língua/s? Em que momento?

Participante 1 - Sim, conversei com alguns colegas intérpretes e palestrantes em inglês e espanhol.

Participante 2 - Conheço o espanhol, mas não tenho proficiência para interpretar.

Participante 3 - Conheço o inglês, mas não considero língua de trabalho. Consigo interpretar em contextos menos formais. Não precisei utilizar.

Participante 4 -Domino um pouco de espanhol, ASL e Sinais Internacionais, usei elas para interação com colegas de outros países e para estudar para as interpretações.

Participante 5 - Tenho conhecimento intermediário de Inglês (leitura, escrita, produção e compreensão) e básico em Espanhol (leitura e compreensão). No entanto, nenhuma dessas línguas são utilizadas para trabalho. Já fiz interpretação do Espanhol para Libras, Inglês para Libras e Libras para Inglês, porém em contextos informais. Nos congressos citados na pergunta minha atuação se deu apenas no âmbito do par linguístico Libras-português.

Participante 6 - Espanhol. Sim, fiz interpretação Espanhol-Libras no evento.

<p>Participante 7- Eu atuei interpretando Sinais Internacionais–Libras e Libras–Sinais Internacionais.</p>
<p>6- Você já tinha atuado em contextos multilíngues? Ou a interpretação no congresso da UFSC foi sua primeira experiência? Justifique sua resposta.</p> <p>Participante 1 - Sim, em São Paulo, na World Deafblind International.</p> <p>Participante 2 - Já havia interpretado em outros contextos multilíngues. O congresso da UFSC não foi minha primeira experiência.</p> <p>Participante 3 - O congresso da UFSC foi minha primeira experiência.</p> <p>Participante 4 - Já atuei, mas de forma mais informal, no congresso que vi a necessidade me aperfeiçoar mais.</p> <p>Participante 5 - Sim, já tinha atuado em grupos de pesquisa em que havia participantes falantes de outras línguas, palestras na universidade em que trabalho como intérprete, no congresso da UFSC e em outros congressos e eventos também.</p> <p>Participante 6 - Já, desde o ano de 2012, em outros eventos internacionais.</p> <p>Participante 7 – Já tive experiência em contexto religioso e outros contextos multilíngues. Mas, em evento da UFSC foi a primeira experiência.</p>
<p>7- Quais os desafios de atuar em um evento multilíngue?</p> <p>Participante 1 - Estar familiarizado com terminologias específicas.</p> <p>Participante 2 - Os desafios se apresentam de diferentes formas, desde o tema das palestras, à organização do espaço de atuação, acesso ao material dos palestrantes, organização da equipe.</p> <p>Participante 3 - Penso que o principal desafio nem é com relação às línguas em si, mas à logística da atuação para que todos os intérpretes consigam utilizar todos os recursos disponíveis da melhor forma possível.</p> <p>Participante 4 - Muitas informações co-ocorrendo.</p> <p>Participante 5 - Inicialmente o acesso ao material para estudo. Quando o palestrante /participante é de outro país, o material (quando) disponibilizado para estudo dos intérpretes às vezes vem na língua dele, este já é um desafio para o ILS. Dependendo do evento, um outro desafio é conseguir acessar o intérprete que atuará com as outras línguas, oral ou de sinais, pois nem sempre esse acesso é possível antes do evento. Um outro desafio é quanto ao fluxo das informações, pois caso o intérprete não tenha conhecimento da língua de partida (fonte), o produto final da interpretação será uma interpretação da interpretação, logo, as perdas serão inevitáveis e o prejudicado será aquele que depende do serviço de interpretação, que na maioria das vezes é o surdo.</p> <p>Participante 6 - A questão da interpretação relay é um desafio.</p> <p>Participante 7- O congresso apresentou pesquisas sobre tradução e interpretação de forma muito complexa e aprofundada, isso exigiu preparação da equipe (surdos e ouvintes), houve</p>

<p>necessidade de conversar com palestrante para compreender melhor os termos específicos que seriam utilizados.</p>
<p>8- A atuação em uma conferência multilíngue apresenta estratégias distintas da atuação em uma conferência bilíngue Libras-Português? Justifique sua resposta.</p> <p>Participante 1 - Sim, pela necessidade da compreensão de mais expressões e culturas linguísticas.</p> <p>Participante 2 - Sim. Como disse na questão anterior, a organização do espaço de atuação e organização da equipe são umas das estratégias distintas.</p> <p>Participante 3 - Com certeza. Penso que se olharmos para a logística de atuação, as estratégias serão, sim, bem diferentes, ou seja, interfere diretamente nos esforços da tradução e certamente as estratégias serão diferentes de acordo com as decisões logísticas.</p> <p>Participante 4 - Sim, é necessário que as informações façam sentido em mais culturas.</p> <p>Participante 5 - Penso que nestes casos os desdobramentos do ILS para se apropriar das temáticas e conteúdos a serem discutidos são maiores. Além disso, o posicionamento do intérprete às vezes sofre alterações, o trabalho em equipe, no caso do apoio, às vezes é prejudicado também.</p> <p>Participante 6 - Sim, pois acontecem várias direções de interpretação ao mesmo tempo e se essas tarefas não estiverem coordenadas, não funciona nada direito.</p> <p>Participante 7- Sim, porque às vezes o palestrante utiliza determinado termo que não possui um sinal em SI. Além disso, são muitas culturas diferentes envolvidas.</p>
<p>9- A atuação nesse contexto de conferência multilíngue exigiu algum tipo de preparação especial dos intérpretes? Que tipo de preparação? Discorra sobre isso.</p> <p>Participante 1 - Reuniões prévias foram realizadas para organização dos trabalhos, visão geral dos assuntos que seriam abordados.</p> <p>Participante 2 - Sim. Estudo do material específico, contato prévio com o palestrante, discussão com toda a equipe de intérpretes multilíngues.</p> <p>Participante 3 - O grupo teve um coordenador que orientou e pensou junto da equipe todos os passos de como seria o evento, deu liberdade para opiniões e isso antecipou possíveis problemas.</p> <p>Participante 4 - Interagir entre todas as línguas envolvidas e aprender muitas coisas rapidamente.</p> <p>Participante 5 - Atenção redobrada quanto a nomes de pessoas, lugares, terminologias. Um estudo bibliográfico do palestrante para entender o lugar de fala, o tipo de discurso que a pessoa utiliza, mesmo não sendo o caso de fazer uma interpretação direta daquela língua para a Libras, mas esse tipo de preparo auxilia durante a atuação.</p> <p>Participante 6 - Sim, exige que o profissional minimamente saiba as características das línguas envolvidas, mesmo que não seja proficiente em todas.</p> <p>Participante 7 - Alguns pontos importantes da preparação nesse contexto:</p>

- 1) Houve estudo do material previamente, por isso, foi importante os palestrantes entregarem material em PPT ou texto. Mas, tiveram alguns palestrantes que não entregaram material;
- 2) Os intérpretes surdos necessitaram ter atenção redobrada, para compreender um pouco sobre nacionalidade e de certa forma qual a visão de mundo dos palestrantes. Então, as conversas com os palestrantes ajudaram os intérpretes a ter segurança;
- 3) A interação entre intérpretes surdos e ouvintes foi um ponto importante;
- 4) Verificar a competência linguística e habilidade dos intérpretes surdos de acordo com a palestra para definir se naquele momento determinado profissional faria a interpretação ou espelhamento.

10- Você pode apontar pontos positivos da atuação no contexto multilíngue em questão? Por exemplo, se comparado a outros eventos multilíngues, este apresentou mais pontos positivos em relação às condições de trabalho e aspectos organizacionais? Explique.

Participante 1 - Em especial a organização por parte da Comissão me agradou muito, o intérprete (coordenador) foi mais uma vez muito competente e tanto na reunião de apresentação da equipe como durante o evento deu todo suporte e atendimento necessário, para que os guias intérpretes atuassem da melhor maneira possível. Além de ser um excelente intérprete ele é também um organizador extraordinário.

Participante 2 - Quando um evento é organizado levando em conta a equipe de intérpretes, os pontos sempre são positivos porque o direito linguístico da pessoa surda é garantido e nossa profissão é valorizada. O fator primordial são reuniões de equipes que antecedem o evento e, após o término das atividades, o dia para uma avaliação do trabalho desenvolvido pela equipe.

Participante 3 - Sem dúvida o evento em questão apresenta propostas de trabalho bem diferentes da maioria dos outros eventos multilíngues. Destaco a organização da escala de trabalho, clareza nas informações para a equipe, antecipação de conteúdos, uso de tecnologias para compartilhar as informações (Google Drive, Whatsapp etc...) e reuniões de alinhamento que acontecem antes, durante e depois de cada dia de evento.

Participante 4 - Mais pontos positivos, pois aprendi muito mais.

Participante 5 - No caso do congresso da UFSC, todos os profissionais envolvidos pertenciam à mesma área de atuação, logo, era do conhecimento de todos as especificidades e as demandas para atuar no evento. A comissão organizadora do evento designou um coordenador para organizar a equipe e distribuir as demandas, isso ajudou muito. Um ponto positivo desse evento era que antes das palestras que envolviam outras línguas, os intérpretes sentavam com o palestrante, que também tinha conhecimento sobre as necessidades desses profissionais para conversar sobre o trabalho, cujo conteúdo havia sido disponibilizado antes. Isso contribuiu diretamente para a organização do trabalho e para a atuação dos intérpretes propriamente dita.

Participante 6 - A coordenação deste evento em específico foi muito cuidadosa, antecipando problemas e esclarecendo situações difíceis para a equipe.

Participante 7 - O congresso na UFSC teve muitos pontos positivos, a qualidade equipe extremamente capacidade e conhecedora de estratégias de interpretação. Foi um momento de grande aprendizado poder atuar com outros interpretes surdos expert, aprendi muito. Outro ponto interessante foi a presença de representantes da WASLI (Associação Mundial de Intérpretes de Linguagem de Sinais) no congresso, o que acabou sendo uma oportunidade de aprendizado e diálogo sobre a formação de intérpretes de língua de sinais em contexto de conferência.